

ÉRICK FISZUK DE OLIVEIRA

**O IMPACTO DA “DESESTALINIZAÇÃO” SOVIÉTICA SOBRE OS
COMUNISTAS BRASILEIROS (1956-1961)**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

2012

ÉRICK FISZUK DE OLIVEIRA

R.A. 060420

**O IMPACTO DA “DESESTALINIZAÇÃO” SOVIÉTICA SOBRE OS
COMUNISTAS BRASILEIROS (1956-1961)**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

MARÇO DE 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

ÉRICK FISZUK DE OLIVEIRA

**O IMPACTO DA “DESESTALINIZAÇÃO” SOVIÉTICA SOBRE OS
COMUNISTAS BRASILEIROS (1956-1961)**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

Banca examinadora:

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (orientador)

Dr. Dainis Karepovs

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Ao historiador marxista
Edgard Carone (1923-2003),
exemplo de vida e de profissional
por ter sido grande na humildade,
e sem cujas contribuições
para a compreensão da República
este trabalho teria sido inviável.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu orientador, o Prof. Dr. Claudio H. M. Batalha, pela paciente orientação, pelas agradáveis conversas e pela inestimável amizade que tem me dedicado desde agosto de 2007, quando o procurei pela primeira vez para conversar a respeito de minha iniciação científica, a qual ele também orientou. Naquele semestre, ele me sugeriu o tema que eu iria pesquisar de agosto de 2008 a julho de 2009 e que terminei por retomar nesta monografia.

Também sou grato ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter financiado minha primeira pesquisa e ter me proporcionado acumular todo o material bibliográfico e documental que serviu de base para o presente texto.

Deixo ainda minha gratidão aos funcionários do Centro de Documentação e Memória da UNESP, que visitei em maio de 2009, e do Arquivo Edgard Leuenroth, ainda um destino frequente em minha vida acadêmica, por seu importantíssimo auxílio prático e por sua educação e cordialidade raramente encontradas em outras instituições do gênero.

Não posso deixar de recordar também os docentes e pesquisadores do Departamento de História que me permitiram realizar, em seus cursos, trabalhos finais sobre o PCB em suas diversas fases, conforme o período lecionado. São eles: o Dr. Vinícius Donizete de Rezende, a Prof.^a Dr.^a Margareth Rago, o Dr. Dainis Karepovs, membro da banca examinadora, e o Dr. Jefferson José Queler. Incluo aqui também o Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez, do Departamento de Ciência Política, por igualmente aceitar participar da banca e pelo estímulo intelectual concedido até agora.

Dirijo igualmente meus agradecimentos a todos os professores da UNICAMP que me deram o maior apoio intelectual e me deixaram os maiores exemplos. Entre eles destaco o Prof. Dr. Sidney Chalhoub, a Prof.^a Dr.^a Eliane Moura da Silva, o Prof. Dr. Leandro Karnal (Departamento de História – IFCH), o Prof. Dr. Zacarias Pereira Borges, o Prof. Dr. César Aparecido Nunes e o Prof. Dr. Silvio Sánchez Gamboa (Faculdade de Educação).

Por fim, mas com maior destaque, expresso meu carinho por minha mãe Tânia e por minha avó materna Vanda, as maiores apoiadoras de tudo o que me proponho a fazer para tornar meu círculo de convivência um pouco melhor.

– Transplante-se a árvore,
não importa o clima,
não se escolhe a terra!

[...]

planta-se a árvore de agosto.

Mas não levou muito tempo...

A árvore com as raízes fora da terra esturricou.

As folhas superfic[i]ais caindo,
sob o vento do quadrante esquerdo,

num rumor de tormenta,
assustaram as plantas em redor.

[...]

(Laci Osório, “Plantas de agosto”, publicado na
“Tribuna de Debates” do jornal Novos Rumos
de 5 a 11 de agosto de 1960.)

RESUMO

O objetivo desta monografia foi avaliar o impacto da “desestalinização” soviética sobre os comunistas brasileiros, mais precisamente a recepção, dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da leitura do “relatório secreto” sobre os excessos da ditadura de Ióssif Stálin pelo primeiro-secretário Nikita Khrushchov ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Buscou-se principalmente analisar quais foram suas consequências imediatas e duradouras para o comunismo no Brasil e verificar as mudanças ocorridas no funcionamento e na linha política do Partido Comunista. Para a execução da pesquisa, empregaram-se jornais e revistas partidários ou de grupos cindidos publicados na época estudada e que continham artigos teóricos ou tribunas de debate entre os leitores, a bibliografia especializada na história do Partido e da URSS e memórias de pessoas que presenciaram ou participaram dos fatos. Concluiu-se que, após a crise política, o PCB recuperou parte da influência perdida na primeira metade dos anos 1950 e assimilou novos elementos de análise da realidade, mas manteve a estreita ligação com Moscou, a resolução burocrática das crises internas, o modelo leninista de partido, o “culto à personalidade” de Prestes e a ausência de liberdade de expressão entre os quadros.

Palavras-chave: Desestalinização, PCB (Partido Comunista Brasileiro), história política do Brasil, movimento comunista internacional.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	
Os antecedentes da “desestalinização”: o pós-guerra e uma nova configuração global	15
CAPÍTULO 2	
O estouro da “desestalinização”: o XX congresso do PCUS e a crise no Movimento Comunista Internacional	32
CAPÍTULO 3	
Os filhos da “desestalinização”: heterodoxias e rearranjos de poder	52
CAPÍTULO 4	
Os frutos da “desestalinização”: a “nova política” pecebista e a confirmação da “coexistência pacífica”	72
CAPÍTULO 5	
O arranque da “desestalinização”: rupturas e o fim definitivo do monolitismo marxista	81
CONCLUSÃO	100
BIBLIOGRAFIA	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CC – Comitê Central (dos Partidos Comunistas)

CR – Comitê Regional (do PCB)

IP (somente em notas de rodapé) – Imprensa Popular, diário do PCB

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Kominform – Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários

Komintern – Internacional Comunista ou Terceira Internacional, por vezes também chamada de “Terceira Internacional Comunista”

MCI – movimento comunista internacional (sigla usada apenas como simples abreviação)

NR (somente em notas de rodapé) – Novos Rumos, semanário do PCB

NT (somente em notas de rodapé) – Novos Tempos, revista do grupo marxista “renovador”

PC – Partido Comunista

PCB – Partido Comunista do Brasil (até agosto de 1961), Partido Comunista Brasileiro (a partir de agosto de 1961)

PCdoB – Partido Comunista do Brasil (a partir de fevereiro de 1962)

PCF – Partido Comunista Francês

PCI – Partido Comunista Italiano

PCUS – Partido Comunista da União Soviética (a partir de 1952)

PEM – Plano de Estabilização Monetária (governo Kubitschek)

PHT – Partido Húngaro dos Trabalhadores (até outubro de 1956, quando se tornou o POSH, Partido Operário Socialista Húngaro)

POUP – Partido Operário Unificado Polonês

PSD – Partido Social Democrático

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

VO (somente em notas de rodapé) – Voz Operária, semanário do PCB

INTRODUÇÃO

A morte do dirigente soviético Ióssif Stálin, a 5 de março de 1953, impulsionou um processo, então ainda embrionário, de lenta abertura política, econômica, diplomática e cultural na URSS, continuada posteriormente por seu sucessor Nikita Khrushchov. O novo líder realizará ações ousadas que se tornaram ápices do chamado processo de “desestalinização”, sendo a primeira e mais marcante delas a leitura do “relatório secreto”, em sessão fechada do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em fevereiro de 1956, quando se denunciaram os abusos do período anterior. Levado ao conhecimento das direções dos Partidos Comunistas (PC’s) do mundo inteiro, o documento gerou neles uma crise política e de identidade: como explicar os excessos ordenados por quem era considerado um “guia genial” e “campeão da paz”? O choque foi grande porque a conduta recente desses partidos, por ocasião da vitória soviética na Segunda Guerra Mundial, formara-se no “culto à personalidade” de Stálin e no arsenal teórico elaborado por ele.

No Brasil não foi diferente, por ser o Partido Comunista Brasileiro (PCB) um dos seguidores da linha moscovita. Embora já houvesse divergências acerca de questões organizativas e programáticas desde o IV Congresso do Partido, em novembro de 1954, a discussão sobre o “relatório secreto”, sobre o passado da organização e sobre a realidade brasileira, iniciada somente em outubro, conheceu momentos de tensão e indignação. Apesar de controlada a crise e punidos os principais críticos, as mudanças no PCUS e o afrouxamento da repressão política com Juscelino Kubitschek impulsionaram mudanças no programa partidário vigente, marcadas pela “Declaração de Março” de 1958 e o V Congresso de agosto de 1960. Mesmo assim, tanto aqui quanto na URSS, as grandes resistências às mudanças serão decisivas no saldo final da tentativa de arejar o partidarismo anterior, a rigidez teórica, o controle soviético sobre os outros PC’s e a organização demasiado burocrática e centralizada dessas entidades.

Esta monografia buscou avaliar as mudanças ocorridas no PCB durante a “desestalinização” do movimento comunista internacional (MCI),¹ sobretudo os limites para uma verdadeira abertura na política intrapartidária e para mudanças na análise da conjuntura brasileira. Procurou-se pesar os fatores nacionais e internacionais que condicionaram as transformações e verificar se o Partido, com a crise iniciada em 1956, modificou profundamente ou apenas em parte a estrutura partidária e ideológica então vigente. Também

¹ Embora a sigla seja uma característica de documentos oficiais, foi usada aqui apenas para fins de abreviação.

se problematizou o próprio conceito de “desestalinização”, com questionamentos sobre o que ela foi realmente e o que se dizia ser, sobre sua duração e sobre sua efetiva existência. Escolheu-se como recorte temporal básico o período de 1956 a 1961, com algumas incursões entre 1945 e 1955 e em 1962, o qual cobre as principais manifestações do fenômeno, desde sua abertura oficial até sua estabilização. Para manter o foco na questão política dentro das possibilidades do trabalho, algumas questões foram deixadas de lado ou tratadas mais brevemente, como o trabalho no campo e nos sindicatos, a discussão sobre o “capitalismo de Estado”, a área cultural e a juventude comunista.

O principal motivo da escolha do tema foi a escassez de obras específicas sobre o impacto da “desestalinização” sobre o PCB, quando, na verdade, foi muito importante por ter quebrado o monopólio político e intelectual que Moscou possuía sobre o marxismo no mundo. Este estudo também se diferencia pela adoção de dois princípios norteadores para a estruturação das teses centrais. O primeiro é a distinção entre os processos de “dessovietização” e de “desestalinização” do MCI, tendo o primeiro começado ao longo da Segunda Guerra Mundial e com a dissolução do Komintern e o segundo, apenas com a morte de Stálin. O segundo princípio é a organicidade e influência mútua existente entre os PC's do mundo, a política institucional dos respectivos países, a arena política internacional, as superpotências da época e as enormes áreas cuja influência elas disputavam. É uma alternativa às análises que consideram apenas as “determinações” soviéticas e brasileiras sobre o PCB, e não as múltiplas relações que faziam as viragens políticas de qualquer um dos países serem condição de mudança de todo o cenário mundial.

Anita Leocadia Prestes afirma que um objeto histórico merece compreensão e explicação sem julgamento, defesa ou ataque, pois os historiadores devem manter a imparcialidade e a objetividade conforme suas possibilidades, já que eles também fazem parte da história.² Por sua vez, Eric J. Hobsbawm afirma que a história “oficial” pública de “qualquer organização” deve ser feita por historiadores profissionais “suficientemente simpatizantes” para não serem hostis e “suficientemente descomprometidos” para não temerem abordar temas ou períodos polêmicos ou delicados.³ Além disso, não se pode falar de “comunismo” no singular, mas de “comunismos”, considerados os regimes e partidos políticos que o defendiam no século XX. Da mesma forma, houve e há “marxismos”, desde Marx, Engels, Lênin e Stálin até os ditos “revisionistas” ou “heterodoxos”. Deve-se ainda

² Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB, p. 28.

³ Revolucionários: Ensaio Contemporâneos, p. 20.

distinguir entre as colaborações de Marx e Engels para as ciências sociais e a canonização de suas obras na URSS, que se tornou, assim, a sede de uma espécie de “Igreja laica”.⁴

Em artigo de 1980, Anita Prestes considera que o desconhecimento do passado do PCB é um terreno fértil para o surgimento de análises superficiais ou até “falsas e manipuladas” sobre os comunistas.⁵ Mesmo atualmente, a história do Partido e do marxismo no Brasil é pouco conhecida fora da academia, tornando sua abordagem vulnerável a deturpações ou exageros por ainda despertar paixões políticas em muitos grupos ou pessoas. Em 1988, Gildo Marçal Brandão escreveu que o encontro de diversas gerações de militantes na direção partidária no início dos anos 1980, indicando heterogeneidade e rotatividade, contrastava com a ausência de uma história oficial encomendada ou feita pelos dirigentes, o que demonstrava a impossibilidade ou incompetência em construir uma memória histórica sólida.⁶ Realmente, ainda hoje se notam os resultados da ausência de tradições consolidadas entre os comunistas, traduzida, por exemplo, na inexistência de uma história acadêmica ou oficiosa completa e reconhecida do PCB ou do PCdoB.

A mais significativa tentativa de suprir a carência de obras relativas ao impacto da “desestalinização” sobre o PCB foi o livro *A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*, de Raimundo Santos, publicado em 1988, bem contextualizado na discussão que os comunistas travavam sobre a “questão democrática” após o fim da ditadura militar. Apesar das preciosas informações que fornece, a primeira limitação está no recorte temporal restrito a 1956 e 1957, ou seja, tempo para algumas incursões no IV Congresso de 1954, o debate oficial ocorrido na imprensa partidária e a troca de dirigentes em agosto de 1957. Esta monografia, ao contrário, considera que os reflexos do “relatório secreto”, de certa forma, se estenderam até a fundação do PCdoB, em 1962, e julga essencial a inclusão da “Declaração de Março” de 1958, fruto mais evidente da crise. Da mesma forma, não parece que a viragem de 1958 e 1960 tenha sido a “primeira” renovação, nem mesmo que tenha sido uma total “renovação”. No sentido de uma mudança positiva, pode-se afirmar que a reorganização, em 1943, do Partido estilizado pelo Estado Novo e sua posterior transformação numa das maiores forças eleitorais do país também constituem um triunfo inegável. Já o termo “renovação” aparentemente sobrevaloriza as adaptações táticas ocorridas

⁴ Bernard Pudal et al., “Introduction”. In: Michel DREYFUS et al. (Dir.), *Le siècle des communismes*, pp. 9 e 11-4. Cabe estipular mais uma convenção para a monografia. Na descrição da história do MCI, o termo “comunismo” e derivados serão reservados à denominação dos Partidos e da ideologia que eles professam, enquanto “socialismo” e derivados abrangerão os regimes inspirados na Revolução Russa de outubro de 1917.

⁵ “A que herança os comunistas devem renunciar?”, *Oitenta*, v. 4, p. 197.

⁶ “Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964)”, *Lua Nova*, n. 15, pp. 143-4.

a partir de 1957, em detrimento das permanências ideológicas e organizativas, embora haja algumas brechas críticas. No mais, o autor minimiza a influência do reformismo soviético e do cenário geral do Brasil e do mundo na redefinição da linha política.

Nenhum outro livro se dedicou a estudar especificamente o período de 1956 a 1961. Como parte de um louvável esforço de compreender e comparar as políticas do PCB na história da República, com ênfase no papel de Luiz Carlos Prestes em sua elaboração e aplicação, Anita Leocadia Prestes publicou em 2010 *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. Como em outros trabalhos preliminares,⁷ a autora se contrapõe à tese de Raimundo Santos segundo a qual o “pensamento moderno”, que teria começado a se desenvolver no Partido nos debates de 1956 e 1957 e teria se consolidado, ainda que de forma “inconclusa”, na “Declaração de Março”, teria aprofundado a “questão democrática” e não se caracterizado pela conciliação de classes. Ainda em contraposição, ela também defende que o PCB, mesmo após 1958, saiu “profundamente debilitado e abalado” da crise, o que, porém, subestima a recuperação de antigas posições sindicais, culturais e políticas e, ainda que fora do recorte temporal, o protagonismo na defesa das “reformas de base” do governo João Goulart após a virada tática.

Na obra de A. L. Prestes também há uma superestima da influência, em toda a existência do Partido, da estratégia revolucionária “democrático-burguesa”, taxada por ela de “direitista”, como algo independente do momento histórico, quando, na verdade, os condicionantes conjunturais o impeliam a se adequar ao meio, o que também era inevitável, por ser parte da cultura e da política nacionais. A avaliação da linha partidária em certos períodos como “direitista” ou “esquerdista”, embora entre cautelosas aspas, empobrece parcialmente a análise ao compartilhar com o próprio PCB a releitura do passado com preconceitos do presente, algo aceitável na política, mas rejeitável na ciência, a qual pode ter preocupações contemporâneas, mas sem valorizações estranhas ao contexto do objeto. Assim, mais do que “erros”, as guinadas poderiam ser ajustes relativamente realistas às guinadas da própria conjuntura, por isso, as categorias que os comunistas compartilhavam com sua época devem ser entendidas naquele contexto, e não conforme valores atemporais e ideais ou da época do escritor sobre, por exemplo, “democracia” ou “socialismo”.

O presente trabalho é uma continuação e aprofundamento de uma pesquisa de iniciação científica de mesmo tema, financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de

⁷ Entre eles, “Algumas considerações preliminares sobre o papel de Luiz Carlos Prestes à frente do PCB no período 1945 a 1956/58”, *Crítica Marxista*, n. 25, pp. 74-94, que prenunciou o livro.

Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo rol de livros e periódicos sobre o assunto ou produzidos na época estudada foi posteriormente complementado. Grande quantidade de material primário ou bibliográfico foi copiada ou consultada nas bibliotecas da UNICAMP, no Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL/IFCH/UNICAMP) e no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), na cidade de São Paulo. Espera-se que o texto dê alguma contribuição para se prosseguir a exploração do assunto de acordo com o recorte proposto e se aprimorar o conhecimento de um capítulo importante, mas geralmente tratado com superficialidade pelos historiadores do comunismo brasileiro.

CAPÍTULO 1

Os antecedentes da “desestalinização”: o pós-guerra e uma nova configuração global

1.1 – O mundo e o comunismo internacional no imediato pós-guerra

Na história do internacionalismo, o Komintern sinalizara uma novidade: quando se esperava a prevalência dos interesses operários internacionais sobre os nacionais, a necessidade de defesa do primeiro país socialista privilegiou os russos. Argumentava-se que seus desejos eram os mesmos do proletariado mundial, o que era plausível quando as revoltas europeias pareciam vitoriosas, mas, com as sucessivas derrotas, aquela imposição tomou mais força. Com Stálin, o “egoísmo nacional” grão-russo substituiu o internacionalismo de Lênin, e mesmo com a renovação da solidariedade operária mundial após a ascensão de Hitler, a revolução mundial ainda se atava à política estatal soviética. A extinção da Terceira Internacional não se traduziu no fortalecimento dos partidos proletários nacionais, e o “internacionalismo pró-URSS” sobreviveu após a criação do Kominform, até ceder à crise do stalinismo, à pluralização do mundo comunista e ao conflito sino-soviético.¹

Ao final e logo após a Segunda Guerra Mundial, o grande prestígio internacional que a URSS alcançou pelos sacrifícios e pela coragem nos combates gerou um clima de aproximação com os países capitalistas que chegou ao ápice com a dissolução do Komintern, em 1943, e durou até aproximadamente 1947, ano tomado como o “começo” da “guerra fria”. O surgimento de um “bloco socialista” após a guerra era um fato novo, mas inusitado, e não se deu sem contradições, pois a maioria desses países era relativamente pobre e sem tradições democráticas. Mesmo sem confessar, Stálin desejava ter com eles relações de dominação, tornadas explícitas após a ruptura iugoslava de 1948, a qual já era potencial, mais do que nos satélites soviéticos, dado o caráter particular de sua chegada ao comunismo. Embora essa ordem tenha sido consequência direta dos avanços e conquistas militares soviéticos, ela foi tacitamente reconhecida pelo “bloco capitalista”, que não a contestou, assim como a URSS aceitou a esfera de influência dos EUA, inclusive a “restauração da ordem capitalista” em países como a Itália e a Grécia. No período de relativa tranquilidade terminado em meados da década de 1970, as duas superpotências fortemente evitavam guerras diretas entre si com base

¹ Monty Johnstone, “Internacionalismo”. In: Tom BOTTOMORE (Ed.), Dicionário do pensamento marxista, pp. 199-200; Aldo Agosti, “Internacionalismo”. In: Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI e Gianfranco PASQUINO, Dicionário de Política, pp. 646-8.

na confiança mútua. A aquisição de armas nucleares pela URSS facilitou a distensão, ainda que a ameaça nuclear fosse um constante meio de pressão política.²

Em setembro de 1947, com o ressurgimento das tensões e o fim das esperanças de conciliação, a URSS criou o Kominform e endureceu a política dentro de seu domínio europeu. A vitória da Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia teriam complicado ainda mais a conjuntura mundial e tornado mais difícil a possibilidade de equilíbrio.³ O “terror” e os relatos negativos dos exilados soviéticos atizaram a guerra de propaganda do anticomunismo ocidental, enquanto se esqueciam as atrocidades bélicas e os autoritarismos capitalistas e colonialistas ainda em vigor pelo mundo. Contudo, os comunistas do mundo inteiro, acostumados a acreditar nas fontes de informação soviéticas desde os tempos do Komintern, julgavam as acusações a Stálin como “intrigas da burguesia” e justificavam a experiência da URSS e sua defesa incondicional pelo seu passado de resistência heroica e pelo cerco “imperialista” vivido por aquele país.⁴

Entre 1945 e 1947, os Partidos Comunistas (PC's) do mundo capitalizaram a renovação do prestígio da URSS, que aparecia não só como o modelo exemplar de revolução e sociedade socialistas, mas também, em outros setores, como a encarnação de todas as lutas progressistas, emancipatórias e pacifistas. Desta forma, dentro do movimento comunista internacional (MCI), perpetuava-se o stalinismo, agora transmitido às novas gerações de comunistas que não tinham sido criadas nesse espírito, e chegava ao auge a canonização e a ritualização do movimento. Porém, duas contrapartidas afetavam bastante o MCI: o crescimento dos movimentos nacionalistas e de libertação oriundos das Resistências – e com o qual os PC's tinham de conviver – e a necessidade pragmática da URSS de manter a “grande aliança” com os velhos aliados. Elas gerarão uma estratégia de arrefecimento revolucionário em prol dos objetivos “nacionais” e de indiferença para com as revoluções não controladas pela URSS. Assim, minando o pretendido monolitismo, os PC's de cada país, mesmo oficialmente pró-Moscou, cada vez mais se nacionalizam, embrenham-se nas dinâmicas nacionais e até mesmo seguem a independência de ação (Extremo Oriente), a “via nacional para o socialismo” (Itália e França) ou o reformismo explícito (EUA).⁵

² Pierre BROUÉ, *Le parti bolchévique: Histoire du P.C. de l'U.R.S.S.*, p. 451; Jean ELLEINSTEIN, *O estalinismo: história do fenômeno estaliniano*, pp. 143-4; Edgard CARONE, *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*, v. II, p. VIII; Eric HOBBSAWM, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, pp. 225-7.

³ Edagr CARONE, *op. cit.*, p. IX.

⁴ Jean ELLEINSTEIN, *op. cit.*, pp. 141-2.

⁵ Fernando CLAUDÍN, *A crise do movimento comunista*, v. 2, pp. 329-30 e 332-6.

O recrudescimento da “guerra fria”, a expulsão dos comunistas dos governos no Ocidente e a imposição ao MCI de uma linha de oposição incondicional ao capitalismo farão com que os PC’s do Leste europeu, sob a direção de Stálin, tomem conta de todo o poder e abandonem a ideia das “vias nacionais”. Nos satélites, ocorrem processos, a prisão e o fuzilamento de líderes e a submissão de sua economia à da URSS. Embora não quisesse a guerra, Stálin apoiava a tensão mundial para manter esse controle, ao custo de transferir a esses países todos os defeitos da burocratização e do despotismo. Contudo, o frágil clima de unidade já se esgotara com a cisão de Josip Broz Tito e com o triunfo dos comunistas chineses e, apesar dos expurgos, o controle soviético declinava progressivamente. Dentro da URSS, recomeçavam o “terror” e a recorrência ao chauvinismo grão-russo, Stálin aumentava seu poder e a polícia secreta controlava ainda mais os cidadãos.⁶

Uma das poucas campanhas de sucesso no período do Kominform foi a da “luta pela paz”, adotada em 1949 por causa do agravamento da “guerra fria” e como resposta às “agressões diretas imperialistas” que poderiam ocasionar uma nova guerra mundial. Todavia, a frágil conciliação entre os “blocos” não seria possível se ambos não conhecessem algo sobre os poderes do outro, tendo sido a “guerra fria”, portanto, mais uma sondagem do campo inimigo para se obter o máximo de dados exatos e construir sua política exterior.⁷ Mesmo assim, a partir do final dos anos 1940, a maioria dos PC’s do Ocidente, à exceção do francês e do italiano, declinou em efetivos e influência por causa de seu atrelamento à URSS, cuja política era reprovada em boa parte do mundo.⁸

1.2 – O Brasil após 1945 e a redemocratização limitada

A sociedade brasileira do pós-guerra caracterizava-se por dinâmicas transformações estruturais econômicas e organizatórias. Diminuíu a participação da agricultura na economia, sobrepujada pela produção industrial e pela migração em massa do campo para as cada vez mais populosas cidades, e em algumas regiões, pela primeira vez a população urbana ultrapassava a rural. Além disso, a imigração perdia força e importância no crescimento populacional, superada, como movimento populacional, pela migração de mineiros e

⁶ Jean ELLEINSTEIN, *O estalinismo...*, pp. 133-5 e 146-8; Paolo Spriano, “O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947”. In: Eric HOBBSAWM, *História do marxismo*, v. 10, pp. 211-2.

⁷ Fernando CLAUDÍN, *A crise do movimento comunista...*, pp. 617-8 e 626-8.

⁸ Serge Wolikow e Antony Todorov, “L’expansion européenne d’après-guerre”. In: Michel DREYFUS et al. (Dir.), *Le siècle des communismes*, pp. 229-31. Ainda de acordo com os autores, essa diferença entre o PCI e o PCF será essencial na recepção de ambos do XX Congresso.

nordestinos para o Sudeste e o Sul. O Estado Novo de Getúlio Vargas, revelando a costumeira carência nacional de democracia, liberdade e cidadania, abria-se “de cima para baixo” de modo controlado, tendo as vitórias da URSS e dos países ocidentais na Segunda Guerra Mundial trazido um clima de relativa acomodação e equilíbrio ao Brasil em 1945-6.⁹

O Estado então erigido guardaria muitas continuidades com o regime anterior, as quais preparariam o retorno de Vargas à Presidência em 1950. O aumento da presença estatal na economia e na sociedade a partir de 1937 gerou uma espécie de “estadolatria” em muitos setores sociais e a “absorção ideológica” das camadas médias urbanas contra correntes mais radicais. O tutelar e assistencialista modelo sindical remanescente, controlado com dureza, tentaria resolver “por cima” a contradição entre capital e trabalho. No caso do PCB, o privilégio da atuação parlamentar logo após 1945 potencializou o prejuízo ao objetivo de ser um partido operário, já que os fins acabaram confundidos com os meios. Por outro lado, o Partido era o único sem ligação com nenhuma área da estrutura estatal (como o PTB tinha com o sindicalismo e o Ministério do Trabalho, por exemplo), alojando-se com mais sucesso – mas não sem problemas, especialmente com os trabalhistas –, portanto, em vários sindicatos.¹⁰

1.3 – O ressurgimento do PCB e a curta legalidade

Em 1943, após anos dispersos pela repressão varguista e em meio a uma séria luta de tendências relativas à organização e à linha política, um grupo de militantes consegue se reunir secretamente numa fazenda em Barra do Piraí, na parte fluminense da Serra da Mantiqueira, e levar a cabo a II Conferência Nacional do PCB. Apelidada de “Conferência da Mantiqueira”, ela marcou o nascimento daquele que, por muitos anos e apesar das modificações, viria a ser o “grupo dirigente” do Partido sob a liderança reconhecida do novo secretário-geral Luiz Carlos Prestes (ausente, pois estava preso), incluindo figuras como Diógenes Arruda Câmara – eleito Secretário de Organização –, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Mário Alves e Giocondo Dias. O novo “núcleo dirigente”, ainda que relativamente jovem, era um pouco mais experiente no Partido do que as direções anteriores em suas épocas, mas os novatos não tinham grande experiência no meio sindical ou em

⁹ Edgard CARONE, *Movimento operário no Brasil...*, p. X; Idem, *A República Liberal*, v. I, pp. 5 e 16; “As ideias de Marx no Brasil”. In: Leandro KONDER, *O marxismo na batalha das ideias*, p. 38.

¹⁰ Arnaldo SPINDEL, *O partido comunista na gênese do populismo: análise da conjuntura da redemocratização no após guerra*, pp. 27-36, 42 e 90-2.

organizações de massa. À exceção de Alves e Dias, o grupo ainda integraria a Comissão Executiva do Comitê Nacional com José Medina, Milton Cayres e Lindolfo Hill. Nascia também um modelo executivo e administrativo moldado pelos interesses da cúpula, já que o PCB, quase sempre perseguido e dividido internamente, não constituía um conjunto de tradições próprias.¹¹

A “Conferência da Mantiqueira” marcou não apenas a reorganização do PCB, mas uma “refundação” de fato, pois saíam de cena os líderes participantes das ebulições de 1935, majoritariamente presos, e os do período imediatamente anterior que haviam recentemente caído em desgraça. Os principais reorganizadores eram os próprios delegados da Conferência, por isso impuseram as próprias concepções políticas, organizativas e táticas, como a política de “união nacional em torno do governo”, contra o nazi-fascismo e a favor da guerra, rompendo totalmente com a geração de dirigentes das décadas de 1920 e 1930.¹² O Partido começava ainda a influir nas camadas intermediárias em geral, nos intelectuais e em outros setores de prestígio, em que o nacionalismo com viés popular passou a predominar sobre o tom classista proletário. Para tanto, foi importante a formação dessa nova liderança de relevo, com uma projeção nacional que seus antecessores não haviam alcançado.¹³

Com a anistia de 1945, o PCB obteve seu registro eleitoral após 18 anos de ilegalidade. Elegendo deputados federais e Prestes como senador em outubro, tentou prosseguir a política de “união nacional” mesmo após a queda de Vargas, priorizou a luta parlamentar-eleitoral e passou a defender a “ordem e tranquilidade” e a adiar as consignas revolucionárias. A nova linha também se favorecia do contexto nacional e internacional ainda de colaboração pacífica entre os dois “blocos” formados após a guerra.¹⁴ É importante destacar, ademais, que o prestígio da URSS com a vitória na guerra também se estendeu ao Brasil, incrementando o contingente do PCB e os sucessos eleitorais imediatos.¹⁵ Ainda assim, foi difícil na Assembleia Constituinte o trabalho dos comunistas ao propor artigos e projetos que davam aos trabalhadores e sindicatos maior autonomia e poder de decisão. Além

¹¹ Leôncio Martins Rodrigues, “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: Boris FAUSTO (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: tomo III – O Brasil Republicano*, v. 3, p. 407; Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração – 1922-1972*, pp. 185-6; Dinarco REIS, *A luta de classes no Brasil e o PCB*, v. 1, pp. 64-5; Wladimir POMAR, *Pedro Pomar, uma vida em vermelho*, p. 114; Anita Leocadia PRESTES, *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*, pp. 52-3.

¹² Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB*, pp. 35-7.

¹³ Leôncio Martins Rodrigues, *op. cit.*, pp. 371-2.

¹⁴ Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *op. cit.*, pp. 50-1.

¹⁵ Anita Leocadia PRESTES, *op. cit.*, pp. 80-2.

das constantes derrotas e do conservadorismo parlamentar, o governo do presidente recém-eleito Eurico Gaspar Dutra estava empenhado no controle do operariado e de suas greves.¹⁶

A ascensão de Dutra, líder sem o mesmo apelo popular de Vargas, por si só teria sido um ataque às conquistas democráticas e dos movimentos populares, os quais, de fato, passaram a ser reprimidos junto aos comunistas.¹⁷ A perseguição culminou com a cassação do registro do Partido a 7 de maio de 1947 e dos mandatos de seus parlamentares a 7 de janeiro de 1948. Sendo alvo preferencial da imprensa e da polícia, Prestes passou a se isolar, deixando a Arruda, na prática, muitas das funções reais de liderança.¹⁸ Para Salomão Malina, um dos erros do PCB após o “começo” da “guerra fria” teria sido ignorar as profundas mudanças políticas no cenário nacional e internacional, por isso, as cassações teriam sido uma “surpresa”, já que não houve mobilização de massas nem antes nem depois de 1947.¹⁹ Wladimir Pomar pontua que, no período da legalidade, o “culto” a Prestes havia aumentado bastante, considerando-se o secretário-geral, em síntese, onisciente, poderoso e com todas as boas qualidades possíveis contidas em grau maior do que em todos os outros comunistas.²⁰

As dificuldades impeliram o PCB ao abandono da política de “união nacional” em janeiro de 1948, quando Prestes assinou um documento em nome do Comitê Nacional conhecido por “Manifesto de Janeiro”. Segundo o escrito, as liberdades democráticas conquistadas em 1945 eram golpeadas pelo governo “de traição nacional” de Dutra, contrário ao povo e a serviço do “imperialismo” dos EUA. A linha anterior é classificada como “oportunista”, “espontaneísta” e “reformista” por ter privilegiado a luta parlamentar em detrimento da mobilização das massas e dos trabalhadores. A estrutura econômica do Brasil seria “atrasada, semifeudal e semicolonial”, e o monopólio da terra sustentaria as classes dominantes, das quais os outros partidos políticos seriam instrumentos. A revolução, sob o comando de uma frente “democrática e anti-imperialista”, deveria ser “agrária e anti-imperialista” para derrubar o governo e substituí-lo por outro, “popular, democrático e progressista”.²¹ Em outro manifesto, de maio de 1949, também assinado por Prestes, confirmava-se a virada tática com a definição dos dois “campos” mundiais (o “democrático” e

¹⁶ Marco Aurélio SANTANA, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*, pp. 47-54.

¹⁷ Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *Estratégias e táticas da revolução brasileira...*, p. 53.

¹⁸ Ronald CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, pp. 99-100; Anita Leocadia PRESTES, *Os comunistas brasileiros...*, pp. 106-9.

¹⁹ “Problemas Histórico-Políticos do PCB”, *Temas de Ciências Humanas*, v. 10, p. 47

²⁰ Pedro Pomar..., p. 158.

²¹ Luiz Carlos Prestes, “Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista” (ou “Manifesto de Janeiro”), *Problemas*, n. 8, abr. 1948, pp. 18-42 apud Edgard CARONE, *O P.C.B. (1943 a 1964)*, v. 2, pp. 72-89; Leôncio Martins Rodrigues, “O PCB: os dirigentes e a organização”..., p. 413; Anita Leocadia PRESTES, *op. cit.*, pp. 111-2 e 114.

o “antidemocrático”), cujo conflito bélico seria iminente, e o apontamento da predominância e força da “reação” na América Latina, ajudada especialmente pelos EUA.²²

1.4 – A relativa distensão global e o XIX Congresso do PCUS

No início dos anos 1950, os dois “blocos” adquiriam maior noção dos poderes reais um do outro, favorecendo a estabilidade interna de cada um, visto que o capitalismo crescia e o socialismo sufocava seus opositores. Dadas as oportunidades de negociação, Stálin, prevendo cada vez menos uma possibilidade de confronto direto, já pregava a transição da “guerra fria” para a “coexistência pacífica”.²³ A partir de certo momento, a URSS viu que a agressividade para com o “bloco capitalista”, longe de aumentar suas contradições, lhe dava um inimigo comum, enquanto ele alcançava internamente um alto nível de bem-estar. Assim, com ou sem Stálin, devia-se lidar com a necessidade estratégica da *détente* e, para alcançar por seus próprios meios o nível de desenvolvimento capitalista, deixar aflorarem as contradições do capitalismo para que ele “desabasse sozinho”.²⁴

O XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em outubro de 1952, marcou o apogeu e a consolidação de Stálin como líder. Entre outras doutrinas, ratificaram-se o crescente acirramento da luta de classes com a construção do socialismo e a continuidade do “cerco capitalista” enquanto esse regime existisse. Stálin não discursou, mas pronunciou uma pequena alocução sobre a paz, o internacionalismo, a luta pela democracia e a independência nacional, bandeiras comunistas mundiais nos anos seguintes. Não haverá nenhuma discussão relevante, a não ser a modificação dos estatutos apresentada por Khrushchov, em que o Bureau Político (ou Politburo) e o de Organização são substituídos por um Presidium de 25 membros titulares e 11 suplentes. Após o congresso, tudo indica que Stálin estaria preparando um novo expurgo, como ficou claro com o “complô dos médicos”, e que a única coisa que o impediu foi sua morte, certamente bem recebida no íntimo de cada membro de seu círculo mais próximo, que temia também ser a próxima vítima.²⁵

²² Anita Leocadia PRESTES, *Os comunistas brasileiros...*, pp. 114-5.

²³ Fernando CLAUDÍN, *A crise do movimento comunista...*, pp. 629-30.

²⁴ Herbert MARCUSE, *El marxismo soviético*, pp. 80-1.

²⁵ Pierre BROUÉ, *Le parti bolchévique...*, pp. 459-62; Jean ELLEINSTEIN, *O estalinismo...*, pp. 155-7; Francesco Benvenuti, “Russia”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), *Enciclopedia della sinistra europea nel XX secolo*, p. 1263.

1.5 – A volta de Vargas e suas primeiras políticas

Dutra perseguiu ferozmente os comunistas e os trabalhadores, mas, sem o apoio incondicional da burocracia sindical e do Ministério do Trabalho, involuntariamente possibilitou o retorno de Vargas à Presidência em 1950.²⁶ O clima vivido no Brasil passou a ser de esperança em seu desenvolvimento social e econômico, motivado por movimentos políticos que procuravam entender o país para transformá-lo positivamente. A política de toda a década seria de intensa industrialização tutelada pelo Estado para atender aos interesses da burguesia industrial ascendente e, simultaneamente, de apelos diretos à população pelo uso de conceitos genéricos como “povo” e “nação” em prol da conciliação de classes e da paz social, ainda que geralmente tênues. O nacionalismo latino-americano, instigado pela disputa econômica entre grupos nacionais e estrangeiros e relacionado à libertação da dependência e do domínio econômico dos EUA, se distinguia das formas que tomou na África ou na Ásia.²⁷ Seguindo os rumos da política brasileira e latino-americana, surgia também uma corrente nacionalista dentro das Forças Armadas, sobretudo no Exército, a qual defendia as liberdades democráticas, em oposição aos que desejavam um regime político mais rígido.²⁸

1.6 – O “Manifesto de Agosto” e a sectarização do PCB

No segundo período Vargas, os comunistas conheceram maior liberdade, conseguiram disputar e, às vezes, até vencer eleições legislativas por outros partidos e resgataram algumas posições sindicais perdidas.²⁹ Porém, o PCB não identificava mudanças na composição e na orientação do governo e lhe reservava a mesma forte oposição. A inflexibilidade tática se somaria ao autoritarismo da direção para compor um quadro de intolerância a divergências em relação às determinações da cúpula, sob pena de expulsão ou marginalização.³⁰ Um novo manifesto de Prestes, de 1.º de agosto de 1950, por isso conhecido por “Manifesto de Agosto”, ainda no fim do governo Dutra, marcara a adoção de uma linha condicionada pelo acirramento da “guerra fria” e pelo rompimento com outras forças políticas, confirmando os

²⁶ Hermínio Linhares, “O comunismo no Brasil (Conclusão)”, Revista Brasiliense, n. 28, mar.-abr. 1960, p. 123.

²⁷ José Jobson de Andrade ARRUDA. História moderna e contemporânea, p. 405; Marly RODRIGUES, A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil, pp. 8-9, 17 e 42-3.

²⁸ Edgard CARONE, Movimento operário no Brasil..., p. X; Boris FAUSTO, História do Brasil, p. 407.

²⁹ Hermínio Linhares, op. cit., p. 123.

³⁰ Anita Leocadia PRESTES, Os comunistas brasileiros..., pp. 120-1.

manifestos anteriores. Mesmo assim, não havia explicitamente o apoio à formação de um governo socialista nem a rejeição total do “capitalismo nacionalista”.³¹

O “Manifesto de Agosto”, pessimista para com a situação internacional, registra pela primeira vez a ideia de uma “Frente Democrática de Libertação Nacional”, cujo programa previa, entre outras coisas, a nacionalização de setores estratégicos, a anulação de acordos, dívidas e tratados “lesivos” e a soberania nacional na agricultura e nos serviços públicos. Devia-se substituir a “ditadura feudal-burguesa” por um “governo revolucionário” do proletariado, expropriar terras sem indenização e distribuí-las aos camponeses pobres ou sem-terra e abolir as “formas semifeudais de exploração da terra”. Pedes-se a construção de “Comitês Democráticos de Libertação Nacional”, cujas “lutas revolucionárias” não dispensariam o choque e a violência. Incentivam-se ainda os comunistas a se engajarem nas campanhas internacionais de paz e desarmamento atômico, por eles amplamente divulgadas no Brasil. Porém, continuaria inalterada a estratégia da “revolução agrária e anti-imperialista” dirigida pelo proletariado e sem qualquer participação burguesa.³²

Entre os motivos pelos quais o programa não saiu do papel estavam a redução drástica da militância, o isolamento com relação às massas e a atração maior que Vargas exercia sobre o povo, o qual, por isso, não vendo tanto no PCB seu “partido-guia”, recusou-se a cumprir dois expedientes táticos centrais, que eram o voto em branco e o abandono do sindicalismo oficial em prol de sindicatos paralelos nunca totalmente consolidados.³³ Naqueles tempos, ao custo de prejuízos e retrocessos, a clandestinidade praticada pelo PCB foi desproporcional à situação real imposta pelo governo, já que ainda havia brechas para se manterem, por exemplo, jornais e deputados por outras legendas.³⁴ Como agravante, no fim de agosto de 1950, sob várias acusações, expediu-se uma ordem de prisão preventiva contra Prestes e outros comunistas.³⁵

Para driblar a clandestinidade, o PCB prosseguiu suas atividades apoiando ou infiltrando seus militantes em campanhas populares de massa a favor das mulheres, dos jovens, dos trabalhadores, dos lavradores, dos intelectuais e da cultura e contra a carestia de vida.³⁶ Entre outras lutas importantes, destacam-se a do monopólio estatal do petróleo e de

³¹ Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, pp. 106-8.

³² “Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação”, *Problemas*, n. 29, ago.-set. 1950, pp. 3-17 apud Edgard CARONE, *O P.C.B...*, pp. 108-12; Anita Leocádia PRESTES, *Os comunistas brasileiros...*, pp. 116-9.

³³ Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *Estratégias e táticas da revolução brasileira...*, p. 64.

³⁴ Salomão MALINA, “Problemas Histórico-Políticos do PCB”... p. 48.

³⁵ Ronald H. CHILCOTE, *op. cit.*, p. 108.

³⁶ Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *Estratégias e táticas da revolução brasileira...*, pp. 135-6.

outros recursos naturais e o III Congresso do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, em 1951, em que os comunistas, inspirados nas diretivas da URSS, influenciaram grandemente as decisões pela paz na Coreia, contra a corrida armamentista e contra o envio de tropas brasileiras a outros países.³⁷ Também havia a formação de frentes únicas populares de esquerda, nas quais o PCB participava, sem ser, porém, a força principal, e as coligações com o PTB ou até com o PSD, com sucesso muito moderado, para a disputa de cargos legislativos ou outros menos relevantes.³⁸

A ligação do PCB com a URSS atingiu o ápice nos início dos anos 1950, quando se imitavam a organização, a linguagem, os comunicados e o “culto à personalidade”, como viria a ser chamado mais tarde o endeusamento e a adulação das lideranças. Esse “culto”, dirigido quase sempre a Stálin, espalhou-se pelo Partido desde as lideranças até os intelectuais, os membros ilustres e até a “velha guarda”, como Astrojildo Pereira.³⁹ Buscava-se também sistematizar a educação política e ideológica dos quadros, ainda que sob a matriz staliniana, centrada menos em teóricos marxistas do que em documentos do PCUS, do PCB e do Komintern/Kominform e em citações maceradas da ciência e filosofia soviéticas e estudadas não diretamente nas fontes, mas em apostilas com os extratos mais interessantes à direção.⁴⁰ De resto, o carisma personalista de Prestes fez com que Arruda e o secretário-geral personificassem um mandonismo difuso por todo o Partido e em todos os PC’s do mundo.⁴¹

1.7 – A morte de Stálin, a “desestalinização” e a amenização das tensões

Desde o fim dos anos 1940, os aliados europeus dos EUA aceitavam cada vez menos a política mundial polarizada. Recuperando-se economicamente, sua produção já concorria com a norte-americana, enquanto o isolamento dos países socialistas a privava de ser escoada para enormes mercados. Além disso, o armamento cada vez mais pesado e destrutivo das duas superpotências gerava o medo de que os países ocidentais, importantes bases militares norte-americanas, fossem os primeiros alvos da URSS, no caso de uma nova guerra mundial. Por isso, era preciso diminuir as tensões militares para garantir a própria sobrevivência, tendo já

³⁷ Hermínio Linhares, “O comunismo no Brasil (Conclusão)”..., p. 125; Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, pp. 109-10.

³⁸ Ronald H. CHILCOTE, *op. cit.*, pp. 241-2.

³⁹ Hersch Wladimir BASBAUM, *Cartas ao comitê central: história sincera de um sonhador*, pp. 160-1 e 164.

⁴⁰ Hermínio Linhares, *op. cit.*, pp. 134-5; Antonio Albino Canelas RUBIM, *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*, p. 23; Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *Estratégias e táticas da revolução brasileira...*, pp. 146-8.

⁴¹ Salomão MALINA, “Problemas Histórico-Políticos do PCB”..., pp. 49-50.

sido esboçada antes da morte de Stálin a política de “coexistência pacífica” e de distensão, ainda mais facilitada posteriormente.⁴² Abandonada a doutrina “marxista-leninista” da “inevitabilidade da guerra” na superação do capitalismo, a manutenção pacífica do status quo levou a esquerda de alguns países a acusar os soviéticos de “social-imperialismo”.⁴³

Nos fins da era Stálin, os fracassos internacionais eram evidentes, como a questão iugoslava e o empate na Guerra da Coreia.⁴⁴ As políticas da época e a do “pós-stalinismo”, contínuas entre si, consistiam em limitar o conflito entre capitalismo e socialismo à arena da competição econômica e política pacífica e ao desenvolvimento interno da URSS. Essa política de “competição e coexistência pacíficas” favorecia aos soviéticos uma conduta interna reformista que dirimisse as contradições mais evidentes, com base na busca de uma imitação do desenvolvimento capitalista.⁴⁵ Mesmo antes de 1953, o sistema stalinista já padecia de sérios problemas estruturais ocultos, principalmente após a guerra, quando adquirira mais uma curta sobrevida proporcionada pelo carisma da vitória do que um poder com legitimidade moral e material. Ele não conseguia sobreviver com a própria industrialização e desenvolvimento social, que geravam contradições e setores críticos não enquadráveis na tirania do sistema.⁴⁶

Morto o ditador, os outros dirigentes trataram de controlar e submeter o aparelho policial, antes destacado do Partido, por meio dos métodos de sempre, ou seja, indiciamento e afastamento ou execução de vários de seus chefes, como Lavrénti Béria. A 7 de setembro, Khrushchov, em favor dos partidários de certa abertura, foi eleito “primeiro-secretário” do PCUS no lugar de Gueórgui Malenkov e iniciou a retirada em cena da imagem de Stálin e a crítica a um genérico “culto à personalidade”.⁴⁷ A “desestalinização” (ainda sem esse nome), mais forçada do que desejada, era parcial por causa do impacto positivo que ainda causavam certos feitos de Stálin e do envolvimento de vários líderes com os excessos. Deu-se certo afrouxamento do controle estatal sobre a economia, das tensões internacionais (armistício na Coreia) e do terror, mas continuaram a excessivo burocratismo estatal e a falta de democracia

⁴² Maurice CROUZET, *História Geral das Civilizações: tomo VII – A época contemporânea*, v. 2, p. 106.

⁴³ Luigi Bonanate, “Política dos blocos”; Piero Ostellino, “Distensão”. In: Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI e Gianfranco PASQUINO, *Dicionário de Política*, respectivamente p. 114 e p. 367.

⁴⁴ Dmitri Antonovich VOLKOGONOV, *Os sete chefes do império soviético: Lênin, Stalin, Khrushchov, Brejnev, Andropov, Chernenko, Gorbachev*, p. 137.

⁴⁵ Herbert MARCUSE, *El marxismo soviético*, pp. 165-6 e 173-4.

⁴⁶ Moshe LEWIN, *O século soviético: da revolução de 1917 ao colapso da URSS*, pp. 183-4.

⁴⁷ Fernando CLAUDÍN, *A oposição no “socialismo real”*: União Soviética, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Polónia: 1953-1980, p. 4; Angelo Segrillo, “O ano de todas as possibilidades”. In: Ladislao SZABO (Org.), *Hungria, 1956: ...e o muro começa a cair*, p. 92; Dmitri Antonovich VOLKOGONOV, op. cit., pp. 164 e 175. Como bem lembra Claudín, “primeiro-secretário” era simplesmente um novo nome dado por Khrushchov para o “secretário-geral”, que assim voltou a se chamar com Bréjnev.

política.⁴⁸ Até 1956, Khrushchov não deu às mudanças o tom espetaculoso e intempestivo que daria posteriormente, mas elas eram substanciais e já faziam crescer as contradições nos satélites e entre a URSS e a China.⁴⁹ Vale lembrar que Malenkov, acumulando também o cargo de primeiro-ministro, buscara diminuir as tensões interna e externa por meio de uma distensão gradual, mas também o perdera em fevereiro de 1955 para Bulgánin por se considerar “revisonista” sua política econômica, mais voltada para a indústria leve.⁵⁰

1.8 – O suicídio de Vargas e o IV Congresso do PCB

Era difícil definir Vargas nos anos 1950, pois, apesar de rejeitar a esquerda e tutelar as classes populares, também tomava medidas que contrariavam o capital estrangeiro e os grandes empresários.⁵¹ Por isso, a política adotada em 1950 pelo PCB quase o fizera perder as bases sindicais conquistadas com dificuldade, levando, por exemplo, à adoção forçada da “Resolução Sindical” de 1952.⁵² O documento teria sido “arrancado” pelas bases operárias que, a despeito dos fracassos políticos pecebistas, estavam obtendo sucessos após terem se unido com o PTB e voltado por conta própria aos sindicatos oficiais, os quais Vargas estava abrindo gradualmente. Restou ao Partido realizar a virada oficialmente e criticar a linha anterior como “sectária”, o que se revelou frutífero para o movimento operário, como provou a greve dos 300 mil, em São Paulo, em 1953, de intensa composição comunista. Dessa forma, à medida que a realidade ia pegando a direção de surpresa, começavam a realizar-se aberturas e flexões na política, inclusive contando com a pressão das bases.⁵³

Em dezembro de 1953, o Comitê Nacional lançou o Projeto de Programa para o IV Congresso do ano seguinte, para o qual o governo Vargas, “inimigo do povo” e “de latifundiários e grandes capitalistas”, seria um instrumento nas mãos dos EUA, que teriam o desejo de controlar e “colonizar” o país, estancando o desenvolvimento nacional com os resquícios “semifeudais” e “escravistas” na agricultura. As eleições não teriam nenhum valor de mudança e a Constituição, no geral, seria opressora. O governo deveria ser substituído por

⁴⁸ Gianfranco Pasquino, “Stalinismo”. In: Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI e Gianfranco PASQUINO, *Dicionário de Política*, p. 1223-4.

⁴⁹ Jean ELLEINSTEIN, *O estalinismo...*, pp. 199-200.

⁵⁰ Ermanno Taviani, “Malenkov Georgij Maksimovič”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), *Enciclopedia della sinistra...*, p. 208; Ladislao SZABO, “Caminhando para a revolução”. In: _____, *op. cit.*, p. 45.

⁵¹ Hersch Wladimir BASBAUM, *Cartas ao comitê central...*, p. 165

⁵² Hércules CORRÊA, *Memórias de um stalinista*, pp. 69-70.

⁵³ Marco Aurélio SANTANA, *Homens partidos...*, pp. 80-1; Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *Estratégias e táticas da revolução brasileira...*, pp. 67-71; Anita Leocadia PRESTES, *Os comunistas brasileiros...*, p. 125.

um Governo Democrático de Libertação Nacional que libertasse o Brasil do jugo norte-americano com o apoio – e aqui reside a principal novidade – da “pequena burguesia” e da “burguesia nacional”. Não se desejava tocar nas “bases” do capitalismo e se centrava fogo apenas no “imperialismo norte-americano” – e não no “imperialismo” em geral – para não se ampliar “inutilmente” o leque de “inimigos da revolução”.⁵⁴

Ao ser elaborado e divulgado, no início de 1954, o Projeto já busca consolidar os princípios stalinistas no PCB e essencialmente tenta fugir da posição isolacionista vigente, mas ainda carece de precisão e faz uso de categorias, conclusões e informações deduzidas sem confronto com dados empíricos. A imprensa pecebista abriu um espaço para a “discussão” do Projeto, mas Fernando de Lacerda, o único a levantar objeções sérias ao programa, será alvo de críticas que menos refutam seus argumentos do que rememoram a acusação de “liquidacionismo” que lhe fora imputada ao se opor ao trabalho dos reorganizadores do Partido nos anos de 1942 e 1943.⁵⁵

Até pouco antes da morte de Vargas, o PCB dedicou-lhe uma forte oposição, mesmo com as medidas que contrariavam os interesses dos EUA.⁵⁶ Ainda em setembro, um manifesto datado de julho dizia que o “governo de traição nacional”, “de latifundiários e grandes capitalistas” e submisso aos EUA seria a causa da miséria do povo. O presidente é tido como “impopular”, mas as eleições, embora fossem uma farsa, poderiam levar ao poder candidatos democratas e nacionalistas – o que é mais um sinal de inflexão tática.⁵⁷ O jornal *Imprensa Popular*, no mesmo dia do suicídio de Vargas (24 de agosto), publicou como manchete “Abaixo o governo de traição nacional de Vargas”.⁵⁸ Contudo, desobedecendo a linha oficial, muitos militantes de base se juntaram às manifestações de apoio líder morto e terminaram por forçar a virada do Partido, ainda que, desde 1952, já estivesse dando bons resultados a aproximação prática com os nacionalistas e os petebistas.⁵⁹

Após o impacto do suicídio, um manifesto de 1.º de setembro “denuncia” a conspiração “imperialista” e “entreguista” envolvida por trás do evento sem, porém, fazer a autocrítica da rejeição anterior ao presidente, e chama os “trabalhadores getulistas” à unidade.

⁵⁴ “Projeto de Programa do PCB”, *Problemas*, n. 54, fev. 1954, pp. 6-27 apud Edgard CARONE, *O P.C.B...*, pp. 114-20; Anita Leocadia PRESTES, *Os comunistas brasileiros...*, p. 128.

⁵⁵ Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*, pp. 33-67.

⁵⁶ Marco Aurélio SANTANA, *Homens partidos...*, p. 85.

⁵⁷ “Manifesto eleitoral do Partido Comunista do Brasil” (Comitê Central do PCB, julho de 1954), *Problemas*, n. 61, set. 1954, pp. 1-7.

⁵⁸ Wladimir POMAR, *Pedro Pomar...*, p. 193.

⁵⁹ Marco Aurélio SANTANA, *op. cit.*, pp. 85-7.

A “ditadura americana” “entreguista” dos “golpistas” de 24 de agosto de 1954 estariam sofrendo muitos reveses com a oposição popular supostamente liderada pelo PCB, e a ela deviam opor-se as liberdades democráticas, a unidade de ação com getulistas e outros setores e o uso das eleições para mobilizar e conscientizar as massas. Ao Projeto de Programa adicionam-se novas alianças com “patriotas”, a defesa da Constituição e a participação nas próximas eleições.⁶⁰ Artigo quase simultâneo de Prestes conclama os “trabalhistas” a uma união eleitoral a 3 de outubro contra a “ditadura americana de Café Filho” e o “imperialismo” norte-americano, sob a bandeira do patriotismo nacionalista político e econômico.⁶¹

O IV Congresso do PCB finalmente ocorreu entre 7 e 11 de novembro, quando se modificaram os Estatutos e se elegeram os membros dos órgãos dirigentes. A palavra de “derrubada de Vargas” do Projeto de Programa deu lugar à de “derrubada do atual governo”, mas, no geral, consolidou-se a linha reformista em formação, de busca menos intensa pela preponderância nos movimentos nacionais, cuja origem estava na recomendação de Moscou às “sociedades dependentes” dada já em 1952.⁶² O Programa definitivo respalda muitas alterações indicadas em documentos anteriores, como a inclusão da “pequena burguesia” e da “burguesia nacional” na frente única e o respeito a uma Constituição agora considerada majoritariamente democrática. Entre as continuidades com a linha de 1948-1950, destacam-se a atribuição de “falsidade” às eleições, a visão dos EUA como sustentáculo do latifúndio “semifeudal”, “escravista” e prejudicial ao crescimento econômico, a ligação do governo “de traição nacional” com a “política de guerra” norte-americana e a necessidade de derrubá-lo em prol de um “Governo Democrático de Libertação Nacional”.⁶³ Pouco se modificou o texto discutido, e os acertos das análises pontuais relativamente lúcidas da conjuntura feitas entre o agosto e novembro não foram absorvidos nas resoluções finais, ainda caracterizadas pelos resquícios stalinistas.⁶⁴ Ao concentrar fogo nos EUA, evitar a nacionalização da terra e desejar “apenas” o confisco dos capitais da burguesia ligada aos norte-americanos, o Partido se tornava “tropa de choque” da fraca, mas dinâmica, burguesia industrial.⁶⁵

Os delegados do congresso não teriam sido eleitos democraticamente, mas selecionados pelo Secretariado do Comitê Nacional, o qual também teria manipulado suas

⁶⁰ “A ditadura Café Filho” (Manifesto do Comitê Central do PCB, 1.º de setembro de 1954), *Voz Operária*, 11/9/1954 apud Edgard CARONE, *O P.C.B...*, pp. 120-3; Anita Leocádia PRESTES, *Os comunistas brasileiros...*, pp. 129-30.

⁶¹ Luiz Carlos Prestes, “Comunistas e trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum”, *Voz Operária*, 2/10/54 apud Edgard CARONE, op. cit., pp. 123-6; Anita Leocádia PRESTES, op. cit., p. 130.

⁶² Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, pp. 112, 115, 281 e 285.

⁶³ “Programa do Partido Comunista do Brasil”, *Problemas*, n. 64, dez. 1954-fev. 1955, pp. 21-46.

⁶⁴ Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, pp. 69-81.

⁶⁵ Gildo Marçal BRANDÃO, *A esquerda positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*, pp. 241-4.

intervenções com antecedência, a fim de evitar divergências e centralizar os trabalhos em torno do “grupo dirigente”, num esforço para que o Projeto de Programa fosse aprovado sem discussão e sem alterações.⁶⁶ Também se copiaram os nomes dos órgãos do PCUS, como “Presidium do CC”, que era a Comissão Executiva, e teria se consolidado a prática de alocar nos órgãos dirigentes apenas os militantes menos resistentes às ordens de Prestes.⁶⁷ De fato, no cotidiano, o PCB optaria comumente pela “reforma” em detrimento da “revolução”, tornando “letra morta” o novo Programa ao apoiar candidatos eleitorais sem se preocupar com a linha em vigor e priorizando os benefícios imediatos de inserção na política institucional.⁶⁸

1.9 – Os comunistas entre Café Filho e a eleição de Kubitschek

O vice de Vargas, João Café Filho, entre 1954 e 1955, cedeu espaço no poder a várias figuras da União Democrática Nacional (UDN), sobre a qual, porém, estaria pesando a “culpa” pela morte do ex-presidente e a qual, por isso, no clima de oposição entre “nacionalistas” e “entreguistas”, não se via com chances de vencer as eleições de 1955, tentando, assim, adiá-las. O novo governo ampliou a participação de capital estrangeiro na indústria brasileira, privatizou empresas estatais, aproximou-se do FMI, firmou os Acordos de Cooperação Nuclear com os EUA em 3 de agosto de 1955 e mostrou pouca tolerância para com os movimentos democráticos.⁶⁹

O processo de revisão tática e de reconsideração da democracia política iniciado no IV Congresso atingiu o ápice no PCB com o Pleno Ampliado do Comitê Central (CC) de agosto de 1955. Apesar da linha doutrinária ainda muito rígida, recomendou-se a participação no processo eleitoral, abandonando-se o abstencionismo anterior, e valorizaram-se as eleições presidenciais de 3 de outubro como meio de luta contra o “golpismo”.⁷⁰ Até julho, o PTB e o PCB procuravam em conjunto um candidato que respaldasse suas propostas, de início rejeitando Juscelino Kubitschek. Porém, em agosto, uma conciliação com os conservadores do PSD, vista como a única solução contra um “golpe iminente”, fez os dois partidos

⁶⁶ Dinarco REIS, *A luta de classes no Brasil e o PCB...*, pp. 94-5; Hersch Wladimir BASBAUM, *Cartas ao comitê central...*, pp. 175-6.

⁶⁷ Wladimir POMAR, *Pedro Pomar...*, p. 194.

⁶⁸ Leôncio Martins Rodrigues, “O PCB: os dirigentes e a organização”..., p.422.

⁶⁹ Leôncio BASBAUM, *História sincera da República*, v. 3, pp. 210-1 e 219-20.

⁷⁰ Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, p. 88; Idem, “Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50”. In: João Quartim de MORAES e Daniel Aarão REIS FILHO (Orgs.), *História do marxismo no Brasil*, v. I, pp. 230-2. Segundo Anita Leocadia PRESTES, *Os comunistas brasileiros...*, p. 130, já nas eleições legislativas de outubro de 1954 o PCB participara ativamente por acreditar que assim influiria mais eficazmente na política nacional.

decidirem apoiar João Goulart como vice e, por fim, sustentarem o próprio JK para a presidência.⁷¹ Em manifesto, Café Filho é pintado como corrupto, antidemocrático, negligente e repressor, cuja derrota se daria pelo voto e pela defesa da Constituição e das liberdades democráticas. Kubitschek e Goulart são considerados democratas, “antigolpistas” e favoráveis à melhoria das condições de vida do povo.⁷²

JK venceu as eleições com apenas 36% dos votos nacionais, o que instigou seus opositores a buscarem anular o resultado sob os pretextos, entre outros, do apoio dos comunistas aos vencedores, de fraudes em algumas zonas eleitorais e da necessidade da maioria absoluta para se legitimar a vitória.⁷³ Com efeito, o peso real do PCB nesse resultado sempre foi objeto de muita dúvida e especulações não confirmadas. Jacob Gorender informa que o meio milhão de votos de diferença com que JK venceu o segundo colocado teria vindo do Partido ou do apoio que ele difundiu:⁷⁴ contra a hipótese, pode-se opor a derrota de JK em muitos estados, o que provaria o fraco poder de arregimentação comunista, mas um possível argumento favorável seria a derrota precisamente em estados onde o PCB não tinha muita relevância, entre eles São Paulo. Osvaldo Bertolino reproduz uma história contada por João Amazonas segundo a qual Lincoln Oeste e ele teriam ouvido pessoalmente do candidato Kubitschek que seriam “insignificantes” os possíveis “300 mil” votos – cifra ligeiramente distinta da indicada por Gorender – vindos dos comunistas, mas que lhes cessaria a perseguição jurídica caso ganhasse. A diferença para o segundo colocado teria sido essa mesma, e assim cessaram-se as perseguições e começou um tempo de paz ao Partido.⁷⁵

A 8 de novembro, Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, substituiu Café Filho, que se licenciava supostamente por causa de um ataque cardíaco. Segundo boatos, o presidente manobrava para não arcar com as responsabilidades de um conflito ocorrido no dia 1.º entre o coronel do Exército Jurandir Bizarria Mamede e o Ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott. Mamede, discursando a 31 de outubro no enterro do general Canrobert Pereira da Costa, expressou contrariedade à posse dos eleitos e sugeriu a rebelião militar contra eles. Carlos Luz decidiu não aprovar a punição de Mamede imposta por Lott, apoiador de JK, e o substituiu na pasta da Guerra, mas o ministro recusou-se a sair e liderou, no dia 11, a deposição do presidente, sob o pretexto de garantir a posse de Kubitschek. No

⁷¹ Anita Leocadia PRESTES, *Os comunistas brasileiros...*, pp. 138-40.

⁷² “Manifesto eleitoral do PCB” (CC do PCB, agosto de 1955), *Voz Operária*, 27/8/1955 apud Edgard CARONE, *O P.C.B...*, pp. 136-9.

⁷³ Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. II, pp. 103-4.

⁷⁴ “O PCB e sua atuação nos anos 50”. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 303.

⁷⁵ Osvaldo BERTOLINO, Maurício Grabois – *Uma Vida de Combates: da batalha de ideias ao comando da Guerrilha do Araguaia*, pp. 156-7.

mesmo dia, o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, assumiu a presidência após o impedimento de Luz pela Câmara, e no dia 21, Café Filho tentou ressumir, mas o Congresso logo o impediu também. A pedido de Lott, Ramos decretou estado de sítio a 25 de novembro e o prorrogou 30 dias depois até 31 de janeiro, na posse dos eleitos.⁷⁶

O apoio ao que muitos chamaram de “novembrada” aproximou o PCB da facção nacionalista de Lott no Exército, ainda que nada indicasse ampla participação do Partido no evento.⁷⁷ O informe que a direção transmitiu ao Kominform teria hipertrofiado o papel dos comunistas nos fatos, supostamente a fim de chamar a atenção e continuar obtendo favores materiais e morais dos soviéticos.⁷⁸ Oficialmente, o PCB se posicionou contra a presumida manobra de Café Filho, considerada um “golpe”, pelo seu impedimento e pela punição dos aliados e aclamou a vitória das forças “democráticas” a 11 de novembro a favor da desejada posse dos eleitos. Também conclamou pelo estado de alerta das forças legalistas e pela defesa da Constituição, já que os “golpistas” ainda não estariam desarmados, e comemorou a queda definitiva de Café Filho. Em todas as ocasiões, aproveitou para defender as liberdades democráticas e sindicais, a anistia dos presos e condenados políticos, a revogação das leis de segurança e de imprensa e a eliminação da carestia de vida,⁷⁹ as quais, apesar das turbulências internas, ainda seriam sua bandeira de luta por muito tempo.

⁷⁶ Jordan M. YOUNG, *Brasil, 1954/1964: fim de um ciclo civil*, p. 38; Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. II, pp. 105-6 e 108-12; Marly RODRIGUES, *A década de 50...*, pp. 58-9.

⁷⁷ Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, pp. 115-6.

⁷⁸ Osvaldo PERALVA, *O retrato*, pp. 200-6.

⁷⁹ “O golpe de Estado de Carlos Luz” (CC do PCB, 14 de novembro de 1955), *Voz Operária*, 19/11/1955 apud Edgard CARONE, *O P.C.B...*, pp. 140-1; “Novo e importante manifesto do PCB” (14 de novembro de 1955); “Entrevista de Luiz Carlos Prestes”, *Problemas*, n. 71, nov.-dez. 1955, respectivamente pp. 5-7 e 8-10; “A queda de Café Filho”, *Voz Operária*, 24/11/1955 apud Edgard CARONE, *op. cit.*, pp. 141-2.

CAPÍTULO 2

O estouro da “desestalinização”: o XX congresso do PCUS e a crise no movimento comunista internacional

2.1 – O “relatório secreto” de Khrushchov e os limites das denúncias

Inevitavelmente, a “desestalinização” soviética atingiu com força os aliados europeus, mas cada um reagirá a seu modo, vistas suas peculiaridades estruturais, apesar das medidas adotadas em comum, como a contestação da infalibilidade dos Partidos únicos, algum afrouxamento do controle da URSS, o renascimento da ideia dos “comunismos nacionais” e o surgimento de aspirações autonomistas dentro do “bloco”. Haverá também certas concessões à produção de bens de consumo e à melhoria do nível de vida da população e a adoção de uma retórica mais reformista e menos revolucionária, embora se mantenha o discurso da meta final do comunismo.¹ Contudo, os termos “stalinismo” e “desestalinização” entraram no vocabulário comum apenas com o XX Congresso do PCUS, embora já se empregassem com a cisão trotskista, com a ruptura iugoslava e suas críticas ao burocratismo soviético.²

Pressionada por familiares de vítimas do terror e por rebeliões nos campos de trabalho, a direção do Partido soviético criou, em fins de 1955, uma comissão para listar as responsabilidades de Stálin nos atos de maior repressão, com o apoio dos quadros mais jovens, mas sob a liderança de Piotr Pospélov, um colaborador do antigo líder.³ O resultado não era novidade entre os membros do Presidium, muitos dos quais, como o próprio Khrushchov, haviam atuado diretamente na repressão, mas cuja culpa se omitirá totalmente. A discórdia principal era sobre se o XX Congresso, a ocorrer em breve, ia apresentar a questão ao mundo e se os líderes de então estavam dispostos a encará-la.⁴ O relatório apresentado pela chamada “comissão Pospélov” era muito limitado, pois só concernia ao terror praticado contra quadros dirigentes do Partido e apontava como únicos responsáveis Nikolai Iejov, chefe da polícia política a partir de 1936, e Béria, que o sucedeu em 1938.⁵

¹ Antony Todorov, “À l’Est, tentatives de réforme, échec, effondrement”. In: Michel DREYFUS et al. (Dirs.), *Le siècle des communismes*, pp. 301-3.

² Adriano Guerra, “La destalinizzazione nell’Urss e nell’Europa orientale”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), *Enciclopedia della sinistra europea nel XX secolo*, p. 751. E mesmo Antonio Gramsci, nos Cadernos do cárcere, já se referia ao “centralismo burocrático” do regime então vigente na URSS.

³ Fernando CLAUDÍN, *A oposição no “socialismo real”*: União Soviética, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Polônia: 1953-1980, p. 6.

⁴ Adriano Guerra, op. cit., p. 754.

⁵ Stéphane COURTOIS “Le ‘Rapport secret’ de Khrouchtchev: la fracture du système communiste”, *Communisme*, n. 88-89, pp. 44-5.

Tendo já sido aberto o XX Congresso a 14 de fevereiro de 1956 e após dura luta interna no Presidium, Khrushchov usou de seu poder para finalmente decidir pela exposição dos resultados da comissão em forma de relatório. Em seguida, redigiram-se vários projetos para o texto definitivo, comparados e revisados, até a forma final lida na sessão “secreta”. Khrushchov deixou implícito que os dirigentes não se arrependiam dos excessos, mas precisavam de um “bode expiatório”, e ele seria o já falecido Stálin. Porém, os dois objetivos principais do secretário com as “revelações” seriam, a médio prazo, afastar a oposição e reforçar seu poder e, a um prazo mais longo, legitimar dentro do Partido a nova política “pacifista” e “democrática” da “coexistência pacífica”.⁶

O XX Congresso, de um modo geral, criticou o “culto à personalidade”, o dogmatismo político-teórico e a apologia do tsarismo que muitas vezes Stálin fazia, mas apenas Mikoyan mencionou o nome do ditador e criticou especificamente suas obras teóricas. O evento refletiu a necessidade de abertura política, econômica, burocrática e cultural nos países socialistas europeus e na própria URSS como consequência das mudanças na situação internacional. Centrou-se nas ideias da “coexistência pacífica” entre os blocos, considerada indispensável em face da corrida armamentista e da periculosidade de uma nova guerra mundial para a humanidade, e da pluralidade de caminhos para o socialismo, incluindo a via parlamentar.⁷

Na madrugada do dia 25, durante a leitura do relatório, estavam ausentes os convidados estrangeiros e jornalistas, não se fizeram atas e não se abriu o assunto ao debate.⁸ O início do relatório pontua que o objetivo não é fazer uma devassa na vida de Stálin, mas apenas denunciar o “culto” à sua “personalidade”, que subestimaria o papel das grandes massas. Citando cartas inéditas de Lênin e de sua companheira, Nadejda Krúpskaia, Khrushchov alude à rudeza de Stálin e à conseqüente inadmissão de sua continuidade na secretaria-geral do Partido. Stálin, por influência de seu caráter “desconfiado”, “doentio”, com presumida mania de perseguição, teria sido o responsável por introduzir e perpetuar o autoritarismo no Partido, ainda que tivesse sido justa a luta ideológica contra os “inimigos do leninismo”, em especial Trótski. Khrushchov também critica o papel de Stálin na Segunda Guerra Mundial por seus erros de defesa e de previsão quanto às intenções de Hitler, mas não menciona o pacto Molotov-Ribbentrop, nem a partição e invasão da Polônia em 1939 nem a

⁶ Adriano Guerra, “La destalinizzazione...”, p. 754; Stéphane COURTOIS, “Le ‘Rapport secret’...”, pp. 45-7.

⁷ Jean ELLEINSTEIN, História da U.R.S.S., v. 4, pp. 93-6; José Jobson de Andrade ARRUDA, História moderna e contemporânea, p. 394; Eric J. HOBBSBAM, “O marxismo hoje: um balanço aberto”. In: _____, História do marxismo, v. 11, p. 20. O informe de Khrushchov ao XX Congresso pode ser encontrado em Problemas, n. 73, mar.-jun. 1956, pp. 5-135.

⁸ Dmitri Antonovich VOLKOGONOV, Os sete chefes do império soviético: Lênin, Stalin, Khrushchev, Brejnev, Andropov, Chernenko, Gorbachev, p. 187.

onda de chauvinismo grão-russo ao longo e depois do conflito. O “culto”, apesar dos “méritos” de Stálin na construção do socialismo, seria estranho ao “marxismo-leninismo” e à história política da URSS e teria causado a maioria dos males nacionais, se não todos, pois o líder teria centralizado em suas mãos todas as decisões importantes.⁹

O XX Congresso e o “relatório secreto”, inaugurando oficialmente a “desestalinização”, representaram o capítulo mais importante na luta pela sucessão com a vitória de Khrushchov, devida mais a seu temperamento enérgico e corajoso do que a um ímpeto real por reformas.¹⁰ O regime abrandaria o terror em massa e a ritualização política, mas continuou a exigência de fidelidade ao Partido e ao Estado, instaurou-se um culto a Lênin com o objetivo de “reviver” o leninismo “original” e não se poriam em causa a coletivização dos campos e a industrialização forçada.¹¹ O XX Congresso do PCUS, sobretudo o “relatório secreto”, serão de uma extrema pobreza teórica na explicação do fenômeno staliniano, muito parciais e superficiais, por reduzirem-no à ideia do “culto do chefe” – suposto responsável único pelas atrocidades –, omitindo vários aspectos do terror de massa e não vendo nele uma característica inerente ao sistema, mas apenas uma degeneração temporária.¹² Apesar dos limites, a perda do caráter “secreto” do relatório aumentaria ainda mais seu impacto: o POUP (Partido Operário Unificado Polonês) fez cópias lidas em todos os seus organismos, e uma delas teria ido parar na Suíça, daí para os EUA e, então, para toda a imprensa internacional.¹³

2.2 – Esperanças e desilusões no início do governo JK

A 3 de janeiro de 1956, Kubitschek, recém-eleito presidente, viajou a vários países da Europa e aos EUA visando reforçar a cooperação econômica e financeira entre o Brasil e os países desenvolvidos e, assim, obter mais recursos estrangeiros para seu ambicioso plano de desenvolvimento. Porém, firmou aí o compromisso de manter a tranquilidade social, inclusive

⁹ O texto completo do “relatório secreto” em português se encontra em Nikita KHRUSHCHEV, *Khrushchev: memórias*, v. 2, “Anexo 4”, pp. 243-98. O chamado “testamento de Lênin”, que contém alguns dos últimos escritos do líder – certamente escolhidos a dedo pelos novos dirigentes – aludindo aos defeitos de Trótski e de Stálin e a mudanças desejadas na composição do CC, também se encontra na *Voz Operária*, 18/8/1956, e em Eugene DENIS et al. *Que é o stalinismo?*.

¹⁰ Silvio Pons, “Chruščev Nikita Sergeevič”. In: Aldo AGOSTI, *Enciclopedia della sinistra...*, p. 66; Ladislao SZABO, “Caminhando para a revolução”. In: _____ (Org.), *Hungria, 1956: ...e o muro começa a cair*, p. 34.

¹¹ Ferenc Fehér, “Marxismo soviético”. In: Tom BOTTOMORE (Ed.), *Dicionário do pensamento marxista*, pp. 253-4; Silvio Pons, op. cit., p. 66; Stéphane COURTOIS, “Le ‘Rapport secret’...” p. 43.

¹² Jean ELLEINSTEIN, *O estalinismo: história do fenômeno estaliniano*, pp. 201-2; François CHÂTELET, Olivier DUHAMEL e Evelyne PISIER-KOUCHNER, *História das ideias políticas*, pp. 232-3.

¹³ Branko LAZITCH. “Le ‘Rapport secret’ de Khrouchtchev entre la petite et la grande histoire”, *Communisme*, n. 9, pp. 54-5; João FALCÃO, *O partido Comunista que eu conheci (20 Anos de Clandestinidade)*, pp. 445-6.

não permitindo a legalização do PCB e repudiando o comunismo. No dia 23, JK e Goulart foram oficialmente declarados vencedores pelo Supremo Tribunal Eleitoral e, no dia seguinte, o presidente eleito voltou de sua viagem.¹⁴ Em decreto-lei de 1.º de fevereiro, criou um novo Conselho de Desenvolvimento para executar seu programa econômico, buscando fomentar e auxiliar o desenvolvimento econômico e industrial, incrementar a iniciativa privada e atrair o capital estrangeiro. No mesmo dia, um decreto encerrou a censura à imprensa e, no dia 10, marcou-se para dia 15 o fim do estado de sítio em vigor desde 25 de novembro.¹⁵ A 1.º de março, o presidente apresentou à Câmara uma lei de anistia “ampla e irrestrita” aos acusados de conspirar contra o regime desde novembro de 1955, inclusive os oficiais da Aeronáutica rebelados em Jacareacanga, em fevereiro. Votando a lei a 3 de maio, os deputados negaram sua extensão aos comunistas, cujos processos se arrastavam desde a época de Dutra.¹⁶

2.3 – O PCB no início de 1956 e a dúbia recepção do XX Congresso

Na imprensa comunista brasileira, o ano de 1956, como todos os outros, começou com homenagens e louvores a Prestes em seu aniversário (3 de janeiro) e com pedidos de anistia para todos os processados políticos. As liberdades do povo e a satisfação de suas necessidades materiais constituiriam a verdadeira democracia, pela qual Prestes, vindo do povo, educado pelo povo e, agora, educador do povo – num tom de comunhão tão caro aos misticismos –, teria se batido durante toda sua vida. Os textos adulatórios o chamam de “mestre”, atribuindo-lhe um papel de prevenção na época da “revolução de 30”, já que não lhe creditava a possibilidade de mudar radicalmente o Brasil, e de mobilização e carisma no curto período da legalidade do PCB, entre 1945 e 1948, quando fez discursos em vários estados.¹⁷

O evento partidário mais importante do momento foi o Pleno Ampliado do CC de janeiro de 1956, cuja produção documental seria extremamente prolífica. A queda de Café Filho volta a ser classificada como uma derrota dos “golpistas”, embora o governo ainda fosse

¹⁴ Hélio SILVA e Maria Cecília Ribas CARNEIRO, *Desenvolvimentismo e democracia: 1956-1960*, pp. 60-2. Para Jacob Gorender, a não legalização do PCB, apesar das boas relações com JK, não teria sido uma “traição”, já que ele não assumiu um compromisso explícito com a legalização por ser um “assunto fechado para o establishment conservador brasileiro” e haver pressão das lideranças conservadoras norte-americanas, como o presidente Eisenhower e o secretário de Estado John Foster Dulles. Cf. “O PCB e sua atuação nos anos 50”, *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 304.

¹⁵ Jordan M. YOUNG, *Brasil, 1954/1964: fim de um ciclo civil*, pp. 42-3.

¹⁶ *Ibidem*, p. 44; Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. II, pp. 115-6.

¹⁷ “As vozes do Brasil te saúdam, Cavaleiro da Esperança!”; “Processo contra Prestes, processo contra a liberdade”; Victor M. Konder, “Neste 3 de janeiro”, *Imprensa Popular* (doravante IP), 3/1/1956; “Prestes, o maior educador político das massas brasileiras”, IP, 8/1/1956.

de “latifundiários e grandes capitalistas”, repleto de elementos “reacionários” e com economia dependente dos EUA. Faz-se oposição ao presidente Nereu Ramos e às suas medidas “antigolpistas” coercitivas e pedem-se atitudes mais democráticas e populares. A vitória de JK e Jango teria sido uma vitória contra o “golpe”, mas os norte-americanos continuariam com planos de “opressão colonial” sobre o País. Faz-se uma autocrítica aos baixos resultados no trabalho de educação política e ideológica, à desatenção a muitos Comitês Regionais (CR’s) e à inabilidade demonstrada durante as turbulências políticas de novembro passado, a serem resolvidos pela iniciativa das bases e pela melhora na análise da realidade. A plataforma geral a ser defendida, “viável” no atual governo, é de liberdades democráticas, diplomacia de paz, defesa das riquezas nacionais e melhorias econômicas para o povo.¹⁸

Em fevereiro, os comunistas brasileiros exaltaram o XX Congresso do PCUS como “histórico” e “criador”, e àquele Partido, de “guia sábio, infalível e companheiro”. O evento seria o auge e o balanço de todas as conquistas dos soviéticos desde a época de Lênin, quando teria surgido “um mundo novo e um país novo”. A diplomacia “de paz” da URSS, agora confirmada solenemente, seria o motivo da distensão mundial e possibilitaria a construção do socialismo e a chegada ao comunismo por vias pacíficas. Potências “militarizadas” como a Inglaterra e os EUA estariam dirigindo uma cruzada contra os países socialistas, seus aliados e o proletariado no poder ou ainda lutando por ele.¹⁹ Em meio à distensão no Brasil e no mundo e ao impacto do congresso, também se pedia a volta das relações internacionais com a URSS e outros países socialistas, rompidas por Dutra em 1947.²⁰ Após a chegada dos documentos do XX Congresso, outros artigos os resumem e demonstram total defesa de seus princípios, que também deveriam ser imitados no Brasil.²¹ De acordo com Wladimir Pomar, a “cópia” das teses do “caminho pacífico” e da “coexistência pacífica” teria abafado a discussão

¹⁸ Luiz Carlos Prestes, “Unidade, chave do triunfo” (janeiro de 1956), pp. 1-6; “Manifesto do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil” (janeiro de 1956), pp. 7-11; Luiz Carlos Prestes, “A situação atual, a tática e as tarefas do Partido Comunista” (informe apresentado em nome do Presidium ao Pleno Ampliado do Comitê Central de janeiro de 1956), pp. 12-34; Diógenes Arruda, “Todo o Partido na ação política de massas” (encerramento da discussão do Pleno Ampliado do Comitê Central de janeiro de 1956, em nome do Presidium do Comitê Central), pp. 36-49; Miguel Alves, “Elevar o nível político e ideológico do partido – tarefa essencial na luta pela vitória do programa” (informe apresentado em nome do Presidium ao Pleno Ampliado do Comitê Central de janeiro de 1956), pp. 50-69. Todos esses documentos se encontram na revista Problemas, n. 72, jan.-fev. 1956, à qual se referem os números das páginas. Também apareceram na Voz Operária de 18/2/1956, à exceção do artigo de Prestes e do informe de Alves, publicado em suplemento à edição de 21/1/1956.

¹⁹ “Salve o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética!” (editorial); “Diante do XX Congresso do PCUS”, Voz Operária (doravante VO), 18/2/1956; “O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética”, Democracia Popular, Ano VII, n. 9 (379), 28/2/1956.

²⁰ Entre outros artigos, “Relações diplomáticas com a URSS é sobretudo o que quer o povo”, IP, 3/3/1956.

²¹ Miguel Alves, “Os grandes ensinamentos do XX Congresso”, IP, 29/3; Quintino de Carvalho, “À luz do XX Congresso”, IP, abril de 1956 (dia ilegível); Aydano do Couto Ferraz, “Um congresso crítico e revolucionário”, IP, 1/4/1956; Luiz Carlos Prestes, “O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética”, IP, 29/4/1956.

sobre o apoio ou a rejeição ao projeto “burguês” do eleito e empossado JK e sobre o dilema de a tática ser ou não revolucionária.²²

O otimismo, entretanto, escondia o silêncio da direção diante de postulados como o relativo ao “culto à personalidade”, à “coexistência pacífica” e às “vias nacionais para o socialismo”, que contradiziam o programa ainda vigente do IV Congresso do PCB, acenando para a necessidade de uma virada tática. Mesmo durante a reprodução de informes e resoluções de vários PC’s sobre o “culto” e durante a onda de demissões de dirigentes comunistas, nada se comentará oficialmente.²³ Um artigo de Prestes saído na Voz Operária de 5 de maio, segundo Marcus Vinícius Bandeira de Menezes, é bastante vago e tenta criar, sem sucesso, um clima de conciliação em meio aos questionamentos já levantados, enquanto a direção estaria tentando ganhar tempo até a crise amainar-se para corrigir os erros mais evidentes. Enquanto isso, os jornais estariam procurando autonomia de ação para superar a inércia dos dirigentes ao publicar os documentos estrangeiros.²⁴ No Brasil, O Estado de S. Paulo e o Diário de Notícias publicaram uma tradução do “relatório secreto”, mas o Partido julgou-a falsa, até que Arruda, Mário Alves e Maurício Grabois, a delegação enviada ao congresso, voltasse e confirmasse sua autenticidade.²⁵

A dificuldade em explicar e aceitar o “relatório secreto”, após anos de educação “marxista-leninista”, gerou uma desilusão geral para com o “bloco socialista”, contida enquanto as “denúncias” vinham pela imprensa “burguesa”, mas inevitável quando o próprio mundo socialista confirmava a crise. A consequência mais forte do choque seria o surgimento de uma tendência, mais forte nos intelectuais, ao rompimento com a URSS e o “socialismo real”. A linha seguida pelos comunistas brasileiros não sofreu grandes abalos, mas muitos militantes romperam com o PCB, insatisfeitos com o autoritarismo dos dirigentes – aos quais alguns deles, paradoxalmente, também estavam ligados.²⁶ A necessidade de renovação já se revelara com a morte de Vargas, a eleição de JK e a “novembrada”, mas o XX Congresso precipitou muito os abalos e as mudanças. Apesar do impacto, a política e os métodos do período anterior à denúncia do culto teriam causado ainda mais perdas e defecções, pois

²² Wladimir POMAR, Pedro Pomar, uma vida em vermelho, p. 213.

²³ Raimundo SANTOS, A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957), pp. 99-105.

²⁴ Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB, pp. 84-6. O artigo de Prestes se chama “O XX Congresso do PCUS: Importância de seus trabalhos e decisões para a luta de nosso povo pela paz, pelas liberdades e pela independência nacional” e não foi encontrado para esta pesquisa.

²⁵ João FALCÃO, O partido Comunista que eu conheci..., pp. 445-6; Maria Aparecida de Aquino e Pedro Gustavo Aubert, “Visões e repercussões”. In: Ladislao SZABO (Org.), Hungria, 1956..., p. 117.

²⁶ Anita Leocádia PRESTES, Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB, pp. 147-8

muitas figuras competentes foram marginalizadas, enquanto a clandestinidade teria promovido uma falta de “clareza nas relações” entre os militantes e entre estes e a direção.²⁷

2.4 – Tentativas de explicação e agravamento da crise no MCI

Uma vez detonada a crise, era impossível voltar atrás. Para todos os comunistas, restava se posicionar diante do mundo “liberal”, mas para a URSS se acrescia um ônus: prestar explicações aos “Partidos-irmãos”, em especial aos que mal conheciam o cotidiano real daquele país, mas também a seus vizinhos, aos quais foi imposto um modelo estatal estrangeiro e, agora, também as “reformas”. Um famoso editorial do jornal soviético Pravda será um exemplo da falta de clareza e das omissões caras à antologia documental da burocracia soviética. Sem acrescentar novidades ao “relatório secreto”, afirma que o “culto” é estranho ao “marxismo-leninismo” por desprezar o Partido, as massas e a direção colegiada. Stálin teria realizado feitos notáveis pela URSS, mas teria se deixado levar pela vaidade – supostamente ausente em Marx, Engels e Lênin – e pelas “artimanhas” de Béria e seu “bando”. Apesar dos fracassos, a linha do PCUS não deixaria de ser correta e de exprimir os anseios do povo, o verdadeiro agente da história e promotor das mudanças.²⁸

Após o XX Congresso, a atividade do Kominform sofreu críticas de todo o MCI por seu envolvimento no “culto” a Stálin e por seu dogmatismo teórico.²⁹ Fundado sob os auspícios do PCUS em 1947, visava ao intercâmbio de informações entre os comunistas europeus e à fundação de uma revista sobre os problemas do movimento operário internacional, no contexto da forte expansão norte-americana. Desde o começo, os soviéticos predominaram na organização, seu escopo de atividades foi se tornando cada vez mais restrito, e as reuniões do Secretariado, cada vez mais raras, até a publicação, na revista oficial *Por uma paz estável, por uma democracia popular!*, do repentino comunicado de extinção do órgão, a 17 de abril de 1956.³⁰ Por intermédio do jornal comunista italiano *L'Unità*, a *Voz Operária* comunicaria o fato e perpetuaria a visão do Kominform como uma continuidade necessária do Komintern, mas agora desnecessária diante da nova conjuntura mundial.³¹

²⁷ Salomão MALINA, “Problemas Histórico-Políticos do PCB”, *Temas de Ciências Humanas*, v. 10, pp. 52-4.

²⁸ “Por que o culto à personalidade é alheio ao espírito do marxismo-leninismo?” (editorial), *Pravda*, 28/3/1956 apud VO, 14/4/1956.

²⁹ Fernando CLAUDÍN, *A crise do movimento comunista*, v. 2, pp. 630-1 e nota 25.

³⁰ Anna Di Biagio, “Cominform”. In: Aldo AGOSTI, *Enciclopedia della sinistra...*, pp. 399-401.

³¹ “Dissolvido o Birô de Informação dos Partidos Comunistas e Operários: texto do comunicado firmado pelos Comitês Centrais dos oito partidos que o compunham” apud VO, 21/4/1956.

Os PC's italiano e francês, principais exemplos do impacto da “desestalinização” sobre os comunistas ocidentais, influenciaram bastante as futuras discussões no PCB, apesar das diversas reações dos três. Palmiro Togliatti, secretário-geral do PCI, não fez mudanças profundas e manteve o silêncio até junho, quando a revista *Nuovi Argomenti* o entrevistou. Isso não evitou que houvesse insatisfação e sangria de quadros, às quais o VIII Congresso (dezembro) tentou reagir, com ideias de reformas nos PC's ocidentais e nos países socialistas e de atuação nos quadros da democracia formal. Já o PCF oficialmente não considerou a “desestalinização” como grande transformadora do mundo comunista, postura que levou ao rompimento de muitos intelectuais. Maurice Thorez, o secretário-geral, desconfiava da abertura soviética,³² enquanto o Bureau Político condenou a divulgação do relatório pela “imprensa burguesa” e justificou o “culto” pelo “cerco” à URSS durante sua edificação, o que não diminuiria a gravidade dos crimes e a importância das correções no XX Congresso.³³

Mais avançado no debate, apesar dos limites oficiais, o PCI lançou o conceito de “policentrismo” do MCI, inspirado na defecção de Tito e no XX Congresso do PCUS.³⁴ Entrevista de Togliatti a *Nuovi Argomenti* nega a existência de luta interna dentro do Partido soviético e considera a “modelar” democracia na URSS mais eficiente e justa, embora não isenta de problemas. O reboque a Stálin teria surgido com a gratidão a suas conquistas e os excessos se explicariam pelos tempos de “cerco” e penúria – a mesma tese de Khrushov.³⁵ Já o documento “A luta pelo caminho italiano para o socialismo” reconhece que não se deveria decalcar o modelo soviético, mesmo com as supostas vantagens, mas seguir vias revolucionárias próprias, sem restrição necessária ao formalismo parlamentar.³⁶ Análises de outros PC's não trouxeram novidades e se limitaram a reiterar o “relatório secreto”, em especial a predominância dos acertos de Stálin, a justificação do “culto” pelas épocas difíceis e a simples necessidade de correção dos erros, sem mais aprofundamentos.³⁷

³² Leonardo Casalino, “Il 1956”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), *Enciclopedia della sinistra...*, pp. 761-2; Aldo Agosti, “Thorez Maurice”. In: *ibidem*, pp. 310-1.

³³ “Declaração do Birô Político do P. C. Francês Aprovada pelo Comitê Central”, 18/6/56 apud Eugene DENIS et al., *Que é o stalinismo*.

³⁴ Sergio Pistone, “Policentrismo”. In: Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI e Gianfranco PASQUINO, *Dicionário de Política*, p. 943.

³⁵ A entrevista apareceu com o nome de “Os problemas da democracia socialista” na VO de 25/8-1/9/1956 e em Eugene DENIS et al., *Que é o stalinismo*, pp. 39-71.

³⁶ O texto é um resumo do informe apresentado na reunião do CC do PCI de 22 a 26 de junho de 1956 e saiu em Eugene DENIS et al., *Que é o stalinismo*, e dividido entre vários números da VO em outubro.

³⁷ “A Experiência Histórica da Ditadura do Proletariado”, editorial do partidário chinês *Diário do Povo* publicado a 5/4/1956, apud Eugene DENIS et al., *Que é o stalinismo*, e VO, 21/4/1956; “Como foi superado na URSS o culto à personalidade de Stalin” (Resolução do CC do PCUS) apud VO, 14/7/1956

Na URSS, apesar da aparente democratização, as resistências à “desestalinização” emperravam a evolução política e econômica e impediram a reabilitação das vítimas dos processos de Moscou, enquanto as poucas liberdades concedidas continuavam sujeitas ao imprevisível arbítrio estatal.³⁸ Em junho, ocorreram protestos em Berlim Oriental contra as privações impostas pelo esforço de reconstrução após a guerra,³⁹ e na Polônia a agitação operária se transformou em levante popular, o que recrudescer a luta interna no POUP e proporcionou a readmissão do líder popular Władysław Gomułka, expulso em 1948. Alçado à secretaria-geral no lugar de Ochab, sob oposição de Moscou, a 21 de outubro, manteve o controle da “abertura” e a fidelidade à URSS e ao Pacto de Varsóvia.⁴⁰ Na Hungria, em julho, Ernő Gerő substituiu o secretário-geral do PHT (Partido Húngaro dos Trabalhadores) Mátyás Rákosi, que instaurara uma imitação grotesca da ditadura de Stálin e agora renunciava supostamente por problemas de saúde e pelo “reconhecimento” dos erros.⁴¹

2.5 – O abalo e a abertura forçada dos debates no PCB

A publicação na imprensa pecebista das notícias de outros PC's não dissipou de imediato a visão das “denúncias” de Khrushov como “intrigas do imperialismo” e “artimanhas da imprensa burguesa”, mas manteve atual a discussão e gerou ainda mais indignação, em especial o amplo material do PCI.⁴² A 25 de agosto, já reconhecendo a veracidade do “relatório secreto”, o CC reuniu-se para discuti-lo, mas sem o secretário-geral. Em clima de desabafos, especialmente da parte de Agildo Barata, houve fortes críticas à linha do Partido e aos dirigentes e a exigência de autocrítica. Somente na segunda reunião, em fins de setembro, compareceu Arruda, presente ao XX Congresso com Mário Alves e Maurício Grabois, ambos ainda fazendo um curso na URSS desde 1955. Segundo a maioria das versões, após o evento, Arruda teria ido à China, onde tomou conhecimento do relatório, teria decidido se consultar com dirigentes soviéticos em junho e, após se encontrar com Grabois em Moscou, voltara ao Brasil apenas em agosto, para irritação de Prestes. Sem resultados positivos nem a permissão

³⁸ Jean ELLEINSTEIN, *O estalinismo...*, pp. 203-4.

³⁹ Angelo Segrillo, “O ano de todas as possibilidades”. In: Ladislao SZABO (Org.), *Hungria, 1956...*, p. 56.

⁴⁰ Fernando CLAUDÍN, *A oposição no “socialismo real”...*, pp. 154-6. Mauro Martini, “Polonia”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), *Enciclopedia della sinistra...*, pp. 1213-4.

⁴¹ “Autodemissão de Rakosi na Hungria”, VO, 28/7/1956; Federigo Argentieri, “Rákosi Mátyás”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), op. cit., p. 265.

⁴² Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, pp. 99-102, 104-5, 109 e 113-4; José Antonio SEGATTO, *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*, pp. 49-50; Raimundo Santos, “Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50”. In: João Quartim de MORAES e Daniel Aarão REIS FILHO (Orgs.), *História do marxismo no Brasil*, v. I, pp. 233-5.

de se abrir os debates, o CC teria praticamente entrado em recesso após os encontros, dada a confusão nas suas instâncias superiores.⁴³

Das reuniões do CC surgiram os primeiros grupos não oficiais de oposição, como o “Sinédrio”, de maioria composta por intelectuais e jornalistas do Partido, que tinha Barata à frente, atuava em “dupla clandestinidade” (da polícia e da direção do PCB) e teria, conforme Peralva, combinado uma abertura não autorizada do debate.⁴⁴ Os jornalistas, então, expulsaram os diretores nomeados pela cúpula e, tomando o aparelho jornalístico, publicaram simultaneamente, na *Voz Operária* de 6 de outubro, uma carta de Maurício Pinto Ferreira e um artigo de João Batista de Lima e Silva.⁴⁵ A carta lamenta a ausência de um debate público sobre as questões do XX Congresso e seus reflexos na organização do PCB, pedindo sua abertura para que os comunistas se coloquem à altura de todos os seus problemas. O artigo defende que o atraso do debate ajuda o “inimigo” a se aproveitar dos erros ocultos, enquanto operários, socialistas, progressistas e democratas em geral não se fortalecessem, melhorassem a análise da realidade e discutissem o caminho brasileiro para o socialismo.⁴⁶

Entre 9 e 14 de outubro, os diários comunistas *Imprensa Popular* e *Notícias de Hoje* também publicaram contribuições dos ditos “abridistas” (partidários da abertura oficial dos debates) e “fechadistas” (contrários, ou adeptos de sua consecução controlada), que mais tarde se transformarão, de alguma forma, nos chamados “renovadores” (defensores de mudanças profundas no PCB) e “conservadores” (aliados à situação e opostos a grandes transformações).⁴⁷ Jorge Amado afirma sentir “a lama e o sangue” em torno de si diante da “desumanização” no Partido, mas pensa que se poderia, com firmeza e honestidade, voltar a aprender com o povo após livre e incondicional discussão. Moacir Werneck de Castro apoia o debate passional, pois indicaria vitalidade “revolucionária”, enquanto sua repressão apenas serviria ao “inimigo” e aos “acomodados” do MCI. Ernesto Luiz Maia acredita que o tipo de marxismo assimilado aqui e os consequentes erros no Programa e ações idealistas

⁴³ Osvaldo PERALVA, *O retrato*, pp. 216 e 294-5; Moisés VINHAS, *O Partidão: A luta por um partido de massas (1922-1974)*, p. 178; Dinarco REIS, *A luta de classes no Brasil e o PCB*, v. 1, pp. 106-7; João FALCÃO, *O partido Comunista que eu conheci...*, pp. 445-6; José Antonio SEGATTO, *Reforma e revolução...*, pp. 48-9; Emiliano JOSÉ, Carlos Marighella, pp. 187-8; Osvaldo BERTOLINO, Maurício Grabois – Uma Vida de Combates: da batalha de ideias ao comando da Guerrilha do Araguaia, pp. 121-3; Daniel Aarão Reis, “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: Daniel Aarão REIS e Marcelo RIDENTI (Orgs.), *História do marxismo no Brasil*, v. 5, pp. 88-9.

⁴⁴ Osvaldo PERALVA, op.cit., pp. 254-5 e 258; Eliezer PACHECO, *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*, pp. 209-10.

⁴⁵ Hércules CORRÊA, *Memórias de um stalinista*, p. 65.

⁴⁶ Carta de Maurício Pinto Ferreira “Ao diretor da *Voz Operária*”, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1956; “Não se poderia adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças”, ambos em VO, 6/10/1956.

⁴⁷ Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, pp. 114-5; Eliezer PACHECO, op. cit., 213-4.

contribuíram na intensidade da crise.⁴⁸ Por outro lado, Isaac Akcelrud prefere o debate disciplinado, pois o “inimigo de classe” já publicara o “relatório secreto”, e defende o governo JK, os “comunismos nacionais” e a aliança com a “burguesia nacional”. Pedro Motta Lima rejeita o sentimentalismo inicial, já que se deviam tratar os erros com objetividade e se reforçarem as forças socialistas e populares. Santos Morais afirma que se devem esclarecer objetivamente as condições de surgimento e perpetuação da ditadura stalinista e reconhecer que todos eram vítimas e igualmente culpados dos excessos, por cumplicidade e omissão.⁴⁹

2.6 – A URSS e o MCI diante das crises da Hungria e de Suez

Ao contrário da Polônia, a Hungria conheceu uma revolta mais forte contra o baixo padrão de vida, o terrorismo policial e a forte ingerência de Moscou. A explosão popular ganhou força em Budapeste a 23 de outubro, com a primeira intervenção das tropas soviéticas estacionadas no país.⁵⁰ No dia 25, János Kádár substituiu Gerő na chefia do Partido e, no dia seguinte, os soviéticos deixaram os combates, sem sair das proximidades da capital. No dia 30, Imre Nagy, primeiro-ministro desde a queda de Rákosi, dissolveu a polícia política e, a 1.º de novembro, rompeu com o Pacto de Varsóvia. No dia 4, Kádár voltou de Moscou com a segunda intervenção soviética, instigando, por rádio, a formação de um governo “revolucionário” contra a “reação”. Kádár e o novo governo se instalaram na capital em guerra apenas no dia 12, e Nagy, tendo aceitado um convite de Kádár, mas resistindo a renunciar, saiu do refúgio na embaixada iugoslava no dia 22 com um falso salvo-conduto e, capturado, foi deportado à Romênia. Kádár venceu as últimas resistências em meados de janeiro de 1957 e Nagy, reconduzido em abril a Budapeste, foi executado em junho de 1958.⁵¹

A 31 de outubro, começava ainda a chamada “crise de Suez”, em que tropas inglesas, francesas e israelenses intervieram na região do canal diante da decisão do presidente egípcio

⁴⁸ “Carta de Jorge Amado a J. B. de Lima e Silva”, IP, 11/10/1956; Moacir Werneck de Castro, “Sem extirpar o dogmatismo não conseguiremos avançar (Carta a J. B. de Lima e Silva)”, IP, 12/10/1956; Ernesto Luiz Maia, “O Programa, tema de discussão indispensável”, IP, 13/10/1956.

⁴⁹ Isaac Akcelrud, “Pela discussão, contra o ‘prato feito’”, IP, 10/10/1956; Pedro Motta Lima, “Para começo de conversa num debate apaixonante”, IP, 11/10/1956; “Não pode e não deve ser atingida a unidade de nosso movimento (Carta a J. B. de Lima e Silva escrita por Santos Morais)”, IP, 13/10/1956.

⁵⁰ Fernando CLAUDÍN, *A oposição no “socialismo real”...*, p. 157; Ladislao SZABO, “Caminhando para a revolução”. In: _____ (Org.), Hungria, 1956..., pp. 18-29, 35-6 e 44-6.

⁵¹ Fernando CLAUDÍN, op. cit., pp. 159-62; Federigo Argentieri, “Kádár János”, “Nagy Imre” e “Ungheria”. In: Aldo AGOSTI, *Enciclopedia della sinistra...*, respectivamente pp. 152-3, pp. 232-3 pp. 1308-9; Angelo Segrillo, “O ano de todas as possibilidades”. In: Ladislao SZABO (Org.), Hungria, 1956..., pp. 71-2, 79-80, 83 e 89.

Gamal Abdel Nasser de nacionalizá-lo.⁵² A crise, um marco no fim dos colonialismos, repercutiu na Hungria, mas contra os rebeldes. Primeiramente, um conflito envolvendo Inglaterra, França e Israel, aliado essencial dos EUA, sempre se destacaria mais, e a Hungria, estando no “bloco socialista”, não sofreria intervenção capitalista, conforme o consenso da época. Em segundo lugar, os três países teriam menos moral para criticar a invasão soviética por também estarem desencadeando uma, o que facilitou a ocupação de 4 de novembro. Por fim, menos diretamente, o presidente dos EUA Dwight Eisenhower, preocupado com a reeleição, dividia sua atenção com a crise de Suez, com pouco tempo para a Hungria.⁵³

No “bloco soviético”, a contraditória tentativa de conciliar o velho socialismo com as correções estruturais freava, na prática, a crítica ao passado e as chances de progresso econômico e social.⁵⁴ A repressão na Hungria iniciou um novo fechamento dos regimes vizinhos, com rejeição à divisa dos “comunismos nacionais” e reafirmação da fidelidade à URSS, mas, à exceção do processo contra Nagy e da Albânia progressivamente centrífuga, sem a volta do “terror”. O desgaste do stalinismo clássico e o risco de aberturas maiores forçaram concessões às carências mais urgentes, mas não cederam na “linha geral” nem no autoritarismo, que lançou a batalha ainda mais forte contra o “revisionismo”.⁵⁵ Na maioria dos PC’s, a “solução húngara” e seu apoio pelas direções causaram a paralisação dos debates sobre a “desestalinização” e, sobretudo no Ocidente, a evasão de muitos intelectuais.⁵⁶

2.7 – O “Projeto de Resolução” do CC do PCB e o agravamento do debate

Um Projeto de Resolução do CC sobre a polêmica em voga, publicado nos jornais pecebistas, paralisou brevemente a discussão, a qual, porém, não recomeçará tão fiel aos balizamentos sugeridos.⁵⁷ O documento critica a demora na abertura do debate e na volta da delegação ao XX Congresso, pede a revisão das posições anteriores e sugere ao Partido maior amplitude nas alianças, um estudo mais acurado da realidade e dos problemas levantados e uma aplicação não dogmática do “marxismo-leninismo” ao quadro nacional. Na URSS, as violações da “legalidade socialista” teriam sido injustificáveis, mas explicáveis nas suas

⁵² Leonardo Casalino, “Il 1956”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), *Enciclopedia della sinistra...*, pp. 759-60.

⁵³ Angelo Segrillo, “O ano de todas as possibilidades”. In: Ladislao SZABO (Org.), *Hungria, 1956...*, pp. 68-9

⁵⁴ Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, pp. 162-4; Henri CHAMBRE, “União Soviética: 1953-1963”, *Revista Civilização Brasileira*, ano 3, Caderno Especial n. 1, pp. 60-1.

⁵⁵ Fernando CLAUDÍN, *A oposição no “socialismo real”...*, pp. 165 e 168.

⁵⁶ Adriano Guerra, “La destalinizzazione nell’Urss e nell’Europa orientale”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), *op. cit.*, pp. 757-8.

⁵⁷ Raimundo SANTOS, *op. cit.*, pp. 114-22.

condições históricas, e não teriam afetado a correção da linha política. No PCB, a “revelação” dos erros estaria sugerindo a eliminação das práticas mais autoritárias e sectárias, mas sem abandono do “centralismo democrático” e da doutrina tradicional. Conclui-se com a abertura “oficial” do debate pelo CC, com vistas ao fortalecimento e à unificação do Partido e à preparação do material para seu V Congresso.⁵⁸ A autocrítica do comportamento errôneo diante do XX Congresso permanece superficial e, repetindo o PCUS, liga-se o “culto” nos PC’s não à linha stalinista ainda intocada, mas à organização e desempenho partidários e a influências históricas nacionais, sobretudo “pequeno-burguesas”, externas ao MCI.⁵⁹

Na sequência do debate na Voz Operária, entre outros articulistas, Quintino de Carvalho critica a superficialidade do Projeto e a cópia do que vinha da URSS e sugere uma análise mais profunda dos excessos da era Stálin. Em resposta, Agostinho de Carvalho estranha a separação de Quintino entre “ditadura do proletariado” e “ditadura do partido” e crê inalterada a essência do regime soviético sob Stálin, cujos acertos compensariam os erros. Treplicando, Quintino afirma não negar a liderança da classe operária pelo PC, pois o Partido “não é tudo” justamente por ser apenas um servidor esclarecido das grandes massas operárias. Maurício Pinto Ferreira acredita que o modelo organizativo obsoleto só não isolou mais os comunistas por força do “prestismo” e de algumas divisas justas. Osvaldo Peralva aplaude o espaço que o XX Congresso e do Projeto dão às “minorias”, desde que continuem obedientes à “maioria”, mas de modo “voluntário” e “persuasivo”. E Nelson Rezende pede a manifestação dos dirigentes e acredita que o Partido deve se ligar mais à realidade, não permitir o negativismo e a desilusão em suas fileiras nem explicar tudo apenas pelo “culto”.⁶⁰

Resoluções de vários CR’s (Comitês Regionais) opuseram os que pediam revisão do desempenho partidário e os que desejavam um debate mais vigiado. Os CR’s do Ceará e de Piratininga (São Paulo) criticaram o “mandonismo”, a falta de democracia no IV Congresso, a subestimação das massas e a superficialidade do Projeto de Resolução, que omitia a “culpa” de Prestes. O primeiro pede melhor trabalho de massas e a discussão sobre as organizações incômodas ao trabalho partidário, a estrutura regional do PC, o burocratismo, os direitos às

⁵⁸ “Projeto de Resolução do CC do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas conseqüências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil”, VO, 20/10/1956. Também em Edgard CARONE, O P.C.B. (1943 a 1964), v. 2, pp. 143-54.

⁵⁹ Raimundo SANTOS, A primeira renovação pecebista..., pp. 116-7; Idem, “Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50”..., pp. 236-7.

⁶⁰ Quintino de Carvalho, “O Partido não é tudo”, VO, 3/11/1956; Agostinho de Carvalho “O partido é tudo”, VO, 17/11/1956; Quintino de Carvalho, “Tão somente uma resposta”, VO, 15/12/1956; Maurício Pinto Ferreira, “Reavaliação que se impõe”, VO, 3/11/1956; Osvaldo Peralva, “Sobre os direitos da minoria”, VO, 10/11/1956; Nelson Rezende, “O Partido – um organismo vivo e atuante dentro da realidade”, VO, 17/11/1956.

minorias e outros assuntos candentes. Já o segundo tomou medidas democratizantes, como a ampliação do número de dirigentes nas reuniões, a devolução ao CR de funções sugadas pelo Secretariado, reparos a “injustiças” e restrição da cooptação de quadros.⁶¹

Na *Imprensa Popular*, somada a opiniões sobre a Hungria, será mais nítido o racha entre “renovadores” e “conservadores”. Miguel Serra demonstra com citações que Arruda plagiava textos e informes soviéticos e chineses, em trechos muito pouco modificados. Armando Lopes da Cunha elogia as partes do Projeto de Resolução que prometem corrigir os erros, mas critica a abordagem “tendenciosa” da imprensa comunista sobre os eventos nas “democracias populares”. Hélio Bloch acredita que o Projeto sobrevalorizou o papel do Partido nas conquistas de JK e adianta a futura tese pecebista sobre o governo dual, com um setor “patriótico” e outro “entreguista”. E Ernesto Luiz Maia defende, na revolta húngara, a ilegitimidade da intervenção soviética e a predominância do fundo popular e operário avesso à restrição das liberdades. Por outro lado, Célius Aulicus rejeita o controle da discussão, mas critica o tom falsamente arrependido de alguns velhos stalinistas. Leôncio Azambuja, leitor de “um pouco de Marx e Engels e muito de Lênin e Stálin”, enxerga os erros da URSS como inevitáveis, mas incomparáveis aos “crimes” da burguesia. E Renato Arena rejeita as “inépcias” de Maia e defende a ação da URSS como uma “defesa” da sobrevivência do regime “operário” húngaro contra os ataques da “reação”.⁶²

Um conflito na *Imprensa Popular* entre Octávio Brandão e o colunista Egydio Squeff demonstrou o ostracismo e o preconceito que sofriam os militantes históricos. Em artigo de duas partes, Brandão aponta que a política de quadros do PCB padecia do “culto à personalidade” e do “desprezo pela personalidade humana”, mostra como a direção sectariamente o marginalizou, assim como a outros comunistas experientes, e lista longamente as carências por que passou nos anos 1950.⁶³ No dia seguinte à conclusão, na coluna “Ponto pacífico”, Egydio Squeff zomba das descrições mais detalhadas, como da alimentação, da moradia e das doenças, e chama o texto de “desserviço ao PCB”, “subjetivista” e

⁶¹ Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, pp. 139-40, 142-3 e 148-9; “Reuniu-se o Comitê Regional Piratininga do PCB: Aprovadas medidas de democratização da vida interna do Partido Comunista”, VO, 10/11/1956; “Declaração do Comitê Regional do Ceará do PCB sobre o culto à personalidade e seus reflexos na atividade do partido”, VO, 24/11/1956.

⁶² Miguel Serra, “Elementos para a discussão do Projeto de Resolução”, IP, 4/11/1956; Armando Lopes da Cunha, “O internacionalismo e nossa posição diante do PCUS”, IP, 23/10/1956; Hélio Bloch, “Sobre o Projeto de Resolução” (2 partes), IP, 24 e 25/10/1956; Ernesto Luiz Maia, “O direito inalienável do povo húngaro”, IP, 28/10/1956; Célius Aulicus, “Para começo de conversa, prato feito não serve”, IP, 4/11/1956; Leôncio Azambuja, “O relatório K.”, IP, 4/11/1956; Renato Arena, “A traição ao trabalhador húngaro começa aqui”, IP, 30/10/1956.

⁶³ Octávio Brandão, “A política de quadros”, IP, 26 e 27/10/1956.

“egocêntrico”.⁶⁴ Em meio a demonstrações idênticas de repúdio a Brandão em artigos e cartas, destacam-se duas críticas ao colunista, mas distintos no ponto de vista. Lurdes Nascimento o censura pelas ironias, confirma a marginalização de Brandão e das bases por um Partido “injusto” e cobra-lhe a redação de um livro de relatos sobre uma viagem à China, indagando se ele não tem condições de trabalho bem melhores do que as de Brandão. José da Silva, por sua vez, concorda que Brandão seria “egocêntrico” e “arrogante” por estar na URSS enquanto muitos morriam nas lutas do Brasil, mas pensa que a resposta às “ vaidades” deveria vir em grandes reportagens sobre como o povo sempre lutou contra as opressões.⁶⁵

Em outubro e novembro, também saíram na Imprensa Popular matérias sobre a crise de Suez, chamada de “agressão anglo-francesa”, com reprovações à conduta das potências europeias e de Israel. Nos outros jornais, como as Notícias de Hoje, o debate sobre a “desestalinização” prosseguirá com a mesma divisão de opiniões. Carlos Costa Netto critica o começo desorganizado do debate, teme as consequências de sua apropriação por elementos externos ao MCI e situa implicitamente a origem “burguesa” do “culto” na adulação dos grandes chefes pelas massas “incultas”. Anastácio da Costa afirma que o debate ideal, sob princípios, busca analisar objetivamente a realidade e reconhece a culpa de todos no “culto”, sem desabafos pessoais, críticas insinceras ou posições dúbias, como o elogio a Stálin na abertura do XX Congresso e, logo depois, sua condenação. E José Ortiz Monteiro, por sua vez, duvida da eficácia das propostas vindas “de cima”, pois a prática, totalmente deficitária e sectária, tem sido menosprezar muitos trabalhos ideológicos e políticos de valor.⁶⁶

2.8 – A carta de Prestes ao debate e a reação dos “conservadores”

A explosão contestatória no PCB e o desagrado que ela causou a muitos debatedores fizeram a direção finalmente exercer seu direcionamento. Na Voz Operária de 24 de novembro, publicou-se carta de Prestes ao debate, mais tarde apelidada de “carta-rolha”, a qual colocou a figura do dirigente como referência aos desorientados e escondeu a proibição de criticar o

⁶⁴ Resta saber se o artigo de Brandão não ficou retido por um tempo para vir logo seguido da resposta de Squeff, provavelmente influenciada pelas crescentes rédeas da direção sobre os jornais. Aliás, a tréplica de Brandão só aparecerá no dia 4 de novembro, sob o título “Insídia e chalaça”, a qual reafirma a necessidade de uma nova política de quadros e rebate as “calúnias” que apenas comprovariam a permanência dos velhos métodos.

⁶⁵ Lurdes Nascimento, “Cobrando uma velha dívida (Carta a Egdio Squeff)”, IP, 6/11/1956; José da Silva, “Carta aberta a Egdio Squeff”, IP, 7/11/1956.

⁶⁶ Carlos Costa Netto, “Cismas de ‘sapo de fora’”, Notícias de Hoje, 1/11/1956; José Ortiz Monteiro, “Posição dos dirigentes intelectuais”, Notícias de Hoje, 20/11/1956; Anastácio da Costa, “Qual o debate que interessa à revolução brasileira?”, Notícias de Hoje, 22/11/1956. Não foi possível o acesso a uma quantidade maior de exemplares do periódico.

Partido e o CC por trás do pedido de respeito a três colunas: o “marxismo-leninismo”, o “internacionalismo proletário”, ou melhor, a defesa incondicional da URSS, e a unidade do PCB. É um reflexo dos limites impostos à “desestalinização” já no “relatório secreto”, que não contestou o PCUS e seus agentes.⁶⁷ Segundo o documento, o debate seria bom, mas não para atacar a URSS e comparar seus “erros” aos “crimes da burguesia”, e sim para corrigir as violações ao leninismo e à democracia interna e reforçar a unidade e as relações com as massas. As críticas aos dirigentes, a autocrítica e o combate ao subjetivismo, ao sectarismo e à centralização excessiva deveriam dar-se sob a direção do CC, com “justa relação” entre liberdade e disciplina, para não se “deseducar” o povo nem fornecer armas ao “inimigo de classe”. Assim, evitando o “liquidacionismo” sem desestimular a democracia, o CC deveria orientar a militância nessa situação difícil para os comunistas, reforçar, unificar e aperfeiçoar o Partido e fazê-lo cumprir sua “tarefa histórica” com as massas e contra o “imperialismo”.⁶⁸

A carta de Prestes respaldou o “Projeto de Resolução” e fez a defesa dos velhos princípios e o controle do debate superarem a vantagem inicial dos “renovadores”. Em novembro, alguns colaboradores chocados ainda criticaram a hipertrofia do Partido sobre as massas e a cópia do PCUS, os quais, relacionados ao “culto”, teriam ocasionado os erros recentes do PCB. Mas a “carta-rolha”, apoiada por alguns CR’s, censurou vários temas ao impor “princípios” intocáveis, em torno dos quais deviam mobilizar-se a direção e a militância, e possibilitou a autodefesa dos comunistas mais ligados ao passado, que esperavam manifestações a seu favor, chamavam os críticos de “revisionistas” e “fracionistas” e davam um caráter de “luta de classes” ao debate. O “núcleo dirigente”, segundo Barata, conhecido pela arrogância e desejo de poder de seus “membros”, foi o principal alvo das contestações e procurou defender-se pela relativização dos crimes de Stálin.⁶⁹

Na Voz Operária, após a carta de Prestes, Paulo Pio da Silva pede coesão em torno de princípios e do CC no combate ao “culto” e não exclui a hipótese da luta armada, por ser o Brasil ainda “semicolonial” e o “fascismo” quase ter vencido em países como a Hungria. Luiz Ghilardini ataca o CR de Piratininga pelas decisões “anárquicas” e o pedido de mudanças nos Estatutos fora do período congressual, quando os erros, na verdade, proviriam não deles, mas de sua má aplicação; no mesmo dia, em posição muito discreta na página 3, a esperada

⁶⁷ Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, pp. 134-5; José Antonio SEGATTO, *Reforma e revolução...*, pp. 56-7; Henri CHAMBRE, “União Soviética: 1953-1963”..., p. 51.

⁶⁸ “Importante carta de Luiz Carlos Prestes ao CC do PCB sobre o debate político”, VO, 24/11/1956. Também nas Notícias de Hoje, 21/11/1956, e em Edgard CARONE, *O P.C.B...*, pp. 154-60.

⁶⁹ Agildo BARATA, *Vida de um revolucionário: memórias*, pp. 322-3; Raimundo SANTOS, *op. cit.*, pp. 125-31 e 133-5; Daniel Aarão REIS, *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, p. 36.

Resolução do CC apenas respalda a carta de Prestes como instrução oficial. À questão “O Partido é tudo?”, José Gorender responde que ele “é tudo” nas horas de crise como guia e vanguarda inevitável das massas e rejeita o “liquidacionismo” de quem pensa que “o Partido não é nada”. E Hércules Correia dos Santos, respondendo ao artigo de Peralva sobre as “minorias”, nega sua existência nos PC’s por se guiarem de acordo com a “maioria” e terem direito apenas à liberdade de expressão.⁷⁰ A tréplica de Peralva só virá em janeiro, na qual dirá que as categorias “minorias” e “maioria” não são estanques, que nem mesmo as minorias no PCB tiveram respeitado seu direito de expressão e que sua posição seria então majoritária e exigia liberdade, e não punição. Três meses depois, nova resposta de Santos sugere o triunfo inevitável das ideias “corretas”, sejam da “maioria” ou da “minorias”, e da justeza dos Estatutos, que ordenam a submissão à maioria, contra o “dogmatismo” e o “divisionismo”.⁷¹

Entre os “renovadores” que ainda opinarão na Voz Operária, João Batista de Lima e Silva advoga que pelejam no MCI as justas forças transformadoras e as favoráveis ao atual estado de coisas, e que é injusto chamar os intelectuais insatisfeitos de “pequeno-burgueses” e a luta de opiniões, de conflito entre “proletários” e “burgueses”. Peralva faz uma detalhada análise do “núcleo dirigente”, grupo de líderes que ascendeu em 1943 e teria usurpado as funções e o poder dos órgãos máximos, como o CC, o Presidium e o Secretariado, e difundido hábitos autoritários no Partido. Para Caio Gabriel, embora o Projeto de Resolução aponte corretamente a divisão entre “nacionalistas” e “entreguistas” no governo, faltaria uma análise mais realista sobre a “burguesia nacional” e seu caráter “democrático”, mas “contraditório”, e um balanço mais honesto da real contribuição do PCB na polarização de forças. E Ernesto Luiz Maia, contrário à rotulação apressada das críticas à URSS, elogia a carta de Prestes como um bom início da exposição da direção e da blindagem do debate contra “ideologias estranhas ao proletariado”, embora ela ainda não dissesse todo o necessário.⁷²

A Imprensa Popular também sentirá o impacto da “carta-rolha”, mas continuará refletindo uma divisão persistente. Juvenal de Almeida Bastos, exemplo da linha da direção, é

⁷⁰ Paulo Pio da Silva, “Disciplina e unidade, fatores principais para a vitória”, VO, 24/11/1956; “Resolução do CC do PCB”, VO, 1/12/1956; Luiz Ghilardini, “Algumas considerações sobre a resolução do C.R. Piratininga”, VO, 1/12/1956; “Resolução do CC do PCB”, VO, 1/12/1956; José Gorender, “Quando o Partido é tudo”, VO, 8/12/1956; Hércules Correia dos Santos (provável pseudônimo de Hércules Corrêa dos Reis), “Minorias e maioria (carta a Osvaldo Peralva)”, VO, 29/12/1956.

⁷¹ Osvaldo Peralva, “Uma vez mais sobre os direitos da minoria (tréplica ao cam. HCS)”, VO, 19/1/1957; Hércules Correia dos Santos, “Minorias e maioria (depois da tréplica do companheiro Osvaldo Peralva)”, VO, 20/4/1957. A digressão para 1957 foi necessária para manter a integridade do diálogo entre os dois debatedores.

⁷² João Batista de Lima e Silva, “Duas resoluções, duas tendências”, VO, 24/11/1956; Osvaldo Peralva, “Inatualidade do ‘núcleo dirigente’”, VO, 24/11/1956; Caio Gabriel, “Sobre o Projeto de Resolução” (2 partes), VO, 8 e 15/12/1956; Ernesto Luiz Maia, “A carta de Prestes e o debate”, VO, 8/12/1956.

contra o uso do debate pela “reação”, repudia a rebelião “fascista” na Hungria e teme a proliferação de ideias “revisionistas” sob o manto do vento “liberador” do XX Congresso. Para Hércules Corrêa dos Reis, a vaidade de Stálin teria sido inevitável diante dos erros na construção do socialismo e do atraso cultural da sociedade, mas imitada e ampliada por Béria, embora não se alterasse o caráter proletário do regime. E Miraldo Mizrach, tirando como lição que o PCB deveria expor seus erros ao povo para a “reação” não usá-los, defende que a Hungria estava mesmo vivendo uma tirania sob Rákosi, mas que Nagy teria cedido aos “agentes fascistas de Horthy” e dado motivos para Kádár chamar os soviéticos em “defesa” do socialismo. Na outra posição, José Solimões elogia o Projeto de Resolução pelo esboço de autocrítica, pela tentativa de disciplinar o debate e pelo reconhecimento dos êxitos recentes do Partido, mas aponta omissões sobre a origem dos erros e a dimensão do “culto” a Stálin entre os comunistas brasileiros. E José Portella concorda com a carta de Prestes, mas exige esclarecimentos sobre a aparente proibição de apontamentos com relação à URSS, quando todos os PC’s deveriam estar em nível de igualdade fraternal, sem submissões.⁷³

2.9 – O balanço de um ano agitado para os comunistas brasileiros

Os acontecimentos na Hungria, e em menor grau os da Polônia, mas também noticiados, foram o último tormento internacional a chocar o PCB em meio a um debate já incômodo sobre o XX Congresso do PCUS. A direção terminou por adotar a tese soviética de que a revolta húngara fazia parte de um “levante fascista contrarrevolucionário” e por legitimar o apoio à intervenção militar e ao governo de János Kádár. Imre Nagy é taxado de “direitista” por ter supostamente deixado a “reação” aproveitar-se da rebelião do povo não contra o socialismo, mas contra os “erros” do Partido. Por sua vez, os grandes jornais brasileiros não falavam numa “contrarrevolução”, mas na “sufocação de levantes operários e estudantis”, encerrando o ciclo de críticas ao MCI iniciadas com a publicação do “relatório secreto”.⁷⁴ Os fatos repercutiram no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e em grupos

⁷³ Juvenal de Almeida Bastos, “Liberdade de debate, para fortalecer e consolidar e não para debilitar o Partido”, IP, 27/11/1956; Hércules Corrêa dos Reis, “O justo papel de Stalin na história”, IP, 29/11/1956; Miraldo Mizrach, “Nós, o debate do Projeto e os acontecimentos da Hungria”, IP, 12/12/1956; José Solimões, “O culto à personalidade e a atuação do PCB”, IP, 13/12/1956; José Portella “Carta aberta ao camarada Prestes”, IP, 20/12/1956.

⁷⁴ “Resolução sobre a situação da Hungria”, VO, 24/11/1956 (também no anexo 2 de Ladislao SZABO, Hungria, 1956..., pp. 167-8); “Impressionante entrevista de Janos Kadar” apud IP, 1/12/1956; “Declaração de Janos Kadar sobre os acontecimentos na Hungria”, VO, 1/12/1956 (aparentemente ambos os documentos são traduções diferentes da mesma entrevista de Kádár a *L’Humanité*); Maria Aparecida de Aquino e Pedro Gustavo Aubert, “Visões e repercussões”. In: Ladislao SZABO, op. cit., pp. 118 e 127-8.

intelectuais da USP e despertaram nas classes dominantes o velho medo do que elas supunham poder acontecer numa ocasional ascensão dos comunistas ao poder.⁷⁵

De fato, os comunistas brasileiros não deixaram de fazer um balanço desse ano histórico. No campo internacional, o fato mais importante foi, sem dúvida, o XX Congresso, com suas mágicas “liquidação” dos erros, “reavaliação” da obra e figura de Stálin e “afirmação” dos três princípios internacionais da “coexistência pacífica”, do contorno das guerras e da pluralidade de caminhos ao socialismo. A “crise de Suez”, ou “agressão imperialista” no Egito, teria comprovado a possibilidade de resistência dos povos “semicoloniais e dependentes” e a contradição crítica entre os “imperialismos” do Reino Unido e dos EUA: “Afirmou-se, mais do que antes, a possibilidade de paz, e acelerou-se a crise do sistema colonial.” A Polônia destacou-se pela resolução cordial dos problemas “antissocialistas”, mas Nagy, na Hungria, não teria sabido frear a confusão começada pela insatisfação com o mandonismo e explorada por “reacionários pró-imperialistas”. Já a reeleição de Eisenhower e a vitória democrata no Congresso e nas governadorias estaduais são vistas como votos dos norte-americanos pela paz e pela democracia.⁷⁶

Prestes, como sempre, dá voz à percepção pecebista sobre a conjuntura nacional. Em entrevista à *Imprensa Popular*, sugere que uma “camarilha golpista” estaria se aproveitando da tensão internacional e do descontentamento do povo com os “erros e vacilações” de Kubitschek para centrar fogo nos nacionalistas, em especial em seu defensor, Teixeira Lott, para desestabilizar o governo e aumentar o “domínio” dos EUA sobre o Brasil. O secretário-geral rejeita o fechamento da Frente de Novembro e do Clube da Lanterna, pois o governo não deveria fazer o jogo dos “golpistas” pisando na Constituição ou realizando ações antidemocráticas. Como tarefa principal dos comunistas, Prestes estabelece a pressão pela satisfação das necessidades populares para que os “golpistas” não se aproveitem da insatisfação geral para impor sua vontade e sejam finalmente derrotados.⁷⁷

Em novembro, a *Editorial Vitória*, ligada ao PCB, publicou *Que é o stalinismo?*, uma seleta de documentos de vários PC’s, alguns já publicados pela imprensa partidária naquele ano, que tentam explicar os excessos de Stálin, enfatizando a questão de seu “culto”.⁷⁸ No geral, concorda-se que Lênin teria instituído, com seus escritos e ações, a via “democrática”

⁷⁵ Maria Aparecida de Aquino e Pedro Gustavo Aubert, “Visões e repercussões”. In: Ladislao SZABO, *Hungria, 1956...*, p. 105.

⁷⁶ “1956 no cenário mundial”, VO, 29/12/1956.

⁷⁷ “Concede Luiz Carlos Prestes importante entrevista à IP”, IP, 9/12/1956.

⁷⁸ Denis et al. [1956]. As propagandas do livro nos jornais do Partido ajudaram a estimar o mês de publicação.

correta para a revolução socialista nacional e mundial, enquanto Stálin, embora condutor de grandes feitos, teria deixado aflorar, a partir de “certo momento”, traços “maléficos” de seu caráter, cometido inúmeras arbitrariedades e desviado “temporariamente” a URSS da “democracia” leninista. Em resumo, o empenho de Khrushchov numa “mudança conservadora” manifesta-se na caracterização da linha “geral” como correta e dos abusos como temporários e não inerentes a ela. Como sempre, a explicação oficial soviética cria divisões artificiais entre “certo” e “errado” na história nacional e do Partido, reescrita deliberadamente de acordo com as lutas internas e a necessidade de legitimar o governo do momento. Todavia, uma inconfessa divergência de posturas entre os PC’s refletia uma recepção diversa à onda vinda de Moscou e sugeria os germes das futuras cisões no MCI. De resto, a ausência de análises feitas pelo próprio PCB revela, diante de uma crise que apenas se iniciava, o silêncio e o despreparo teórico da direção, cujas consequências seriam fatais nos próximos meses.

CAPÍTULO 3

Os filhos da “desestalinização”: heterodoxias e rearranjos de poder

3.1 – As contradições do desenvolvimento comunista “desestalinizado”

A partir de 1957, as políticas instáveis de Khrushchov contrapunham certo crescimento econômico, melhora do padrão de vida da população, relaxamento da disciplina no trabalho e aumento de salários a irrealistas metas agrícolas não cumpridas e insatisfação popular com a elevação dos preços.¹ Mesmo detendo enorme poder como primeiro-secretário do PCUS, Khrushchov acumulou ainda os cargos de Supremo Comandante-em-Chefe das Forças Armadas em 1957 e de presidente do Conselho de Ministros da URSS em 1958.² Em todo o caso, embora Nikolai Bulgánin fosse o primeiro-ministro até 27 de março de 1958, Khrushchov já atuava como o líder nacional de fato³ e assim restaurava a dominação do Estado pelo Partido. Na China, Mao Zedong consolidou a nova linha soviética com o “discurso das cem flores”, que recomendava a garantia de direitos democráticos e a progressiva aproximação entre o governo e o povo.⁴ Vários grupos opositores centrados nas universidades criticaram a ditadura de partido único e a burocracia, mas logo uma campanha oficial contra os “direitistas” reprimiria os protestos.⁵

Apesar da imbricação ao Estado, as artes nos países socialistas conheceram o surgimento de frutíferas criatividades de renome internacional com a “desestalinização”, assim como em outros períodos de “relaxamento da ortodoxia”. Os artistas sentiam a necessidade de serem úteis ao público, pois, não havendo imprensa e política livres, eles eram o único canal legalizado de representação do povo.⁶ Nos anos Khrushchov, a mecanização da agricultura, a valorização da pesquisa científica e o conseqüente aumento da produção

¹ Silvio Pons, “Chruščev Nikita Sergeevič”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), *Enciclopedia della sinistra europea nel XX secolo*, p. 67.

² Dmitri Antonovich VOLKOGONOV, *Os sete chefes do império soviético: Lênin, Stalin, Khrushchev, Brejnev, Andropov, Chernenko, Gorbachev*, p. 165.

³ Nikita KHRUSHCHEV, *Khrushchev: memórias*, p. 75. Segundo Pierre BROUÉ, *Le parti bolchévique: Histoire du P.C. de l’U.R.S.S.*, p. 523, Bulgánin sairia da presidência do Conselho de Ministros e, por decisão do CC, seria substituído pelo próprio Khrushchov, que, como Stálin, passaria a acumular simultaneamente a chefia do Partido e do aparelho de Estado. “Kruschev eleito chefe do governo soviético”, *Notícias de Hoje*, 28/3/58, oferece uma descrição mais detalhada dos bastidores da “escolha”.

⁴ Pinto FERREIRA, “A China marxista”, *Revista Brasiliense*, n. 30, pp. 156-7.

⁵ Pierre BROUÉ, *op. cit.*, pp. 493-4. Pablo NERUDA, *Confesso que vivi: memórias*, pp. 276-7, ao narrar sua passagem pela China com Jorge Amado e outros comunistas por volta de 1957, também critica o endeusamento de Mao e elogia as melhorias no país, mas rejeita o que chama de “repetição” do “culto” de Stálin, com a “adulação” de sua pessoa e a sacralização do Livro vermelho.

⁶ Eric J. HOBBSAWM, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, pp. 488-9. Isso não implica que sob Stálin também não tenham surgido talentos notáveis, entre eles o compositor russo Dmítri Chostakóvitch.

permitiram desviar grande parte da mão-de-obra, especialmente a juvenil, para a educação, o que possibilitou a ampliação do período de escolaridade obrigatória e do número de diplomados nos ensinos secundário e superior.⁷ No decorrer do século XX, a politização da ciência foi maior na URSS, onde os cientistas recebiam a melhor educação e, portanto, eram mais conscientes dos defeitos do regime. Os cientistas soviéticos também eram mais essenciais ao Estado do que seus congêneres ocidentais, pois comandavam a única área em que, por algum tempo, o país superou os EUA, ou seja, a aeroespacial.⁸

3.2 – Nacionalismo e desenvolvimentismo sob JK

O governo Juscelino Kubitschek viu as massas urbanas crescerem e exigirem real inclusão econômica, por isso, apostou no desenvolvimento industrial planejado, na melhora da qualidade de vida da população e na manipulação de incentivos, porém no quadro de uma conciliação entre as elites. Embora nem todas as metas fossem cumpridas e o mandato terminasse com uma difícil situação financeira, a popularidade de JK e o fascínio da construção de Brasília distraíram a atenção do povo.⁹ Kubitschek, longe de ser um completo liberal, era adepto do intervencionismo estatal na economia, e originalmente intencionava privar certos setores de capitais estrangeiros por motivos políticos e de “segurança nacional” e liberar outros aos “não especulativos”, regulados pelas leis nacionais, conforme as necessidades de segurança do país.¹⁰ JK adequou a política de Vargas às novas condições internas e externas de valorização da democracia e do progresso econômico e social e buscou superar a situação de subordinação e estagnação do Brasil, mas sem sair da órbita dos EUA. Assim, seu discurso de união nacional e de conciliação de classes congregou diversos setores da sociedade, desde comunistas e sindicalistas até industriais e militares.¹¹

Considerada a submissão política causada pelo movimento do capital estrangeiro para os países periféricos que ofereciam mão-de-obra barata para empresas dos países ricos, o “desenvolvimentismo”, como ficou conhecida a política econômica de Kubitschek, ressaltou

⁷ Maurice CROUZET, *História Geral das Civilizações: tomo VII – A época contemporânea*, v. 2, pp. 187 e 190.

⁸ Eric J. HOBSBAWM, *Era dos extremos...*, p. 527.

⁹ Hélio SILVA e Maria Cecília Ribas CARNEIRO, *Desenvolvimentismo e democracia: 1956-1960*, pp. 47-8 e 51-2.

¹⁰ Lúcio Flávio Rodrigues de ALMEIDA, *A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*, pp. 196-7 e 199.

¹¹ Idem, “Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64”. In: Antonio Carlos MAZZEO e Maria Izabel LAGOA (Orgs.), *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*, pp. 108-10 e 112-4.

o nacionalismo, definido como o respeito à soberania da nação que dá os limites a esse fluxo, o que não impedia o “internacionalismo” na cooperação internacional e o “anticomunismo” na “proteção” do trabalho contra a “subversão” e a “desordem”.¹² Contudo, à diferença do nacionalismo varguista, a ênfase no termo “desenvolvimentista” ocultava a participação regular do capital externo, o que permitiu às multinacionais ultrapassarem as velhas barreiras protecionistas e ao chamado “nacional-desenvolvimentismo” vencer os vários projetos concorrentes de “nacionalismo” nos anos 1950 e sinalizar o fracasso da possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil.¹³

O ISEB, legitimador ideológico institucional do “nacional-desenvolvimentismo”, reuniu muitos nacionalistas de pensamentos diversos, mas geralmente conflitantes. Vários “isebianos” eram assessores técnicos de Vargas e, na crise do suicídio, tentaram aproximar-se dos militares nacionalistas e, depois, agregaram-se em torno da candidatura de JK. A burocracia estatal, especialmente a militar, que frequentemente recorria a intelectuais antes e depois da existência do ISEB, potencializava a função de instrumento dos nacionalistas que o instituto tinha e legitimara por meio dele seu projeto de interferência maior do Estado na economia e de entrada do capital estrangeiro necessário para as áreas estratégicas.¹⁴ Segundo Jacob Gorender, em 1958, quando a política externa brasileira enveredou definitivamente para o nacionalismo, os comunistas realmente teriam se aproximado do ISEB, o qual não seria apenas mais um grupo de intelectuais, mas teria uma real influência sobre a sociedade com suas conferências, sua atividade editorial e seu peso na nomeação de novos ministros.¹⁵

3.3 – A continuação dos debates no PCB em 1957

A partir de inícios de 1957, os artigos nos jornais pecebistas refletirão os limites dados pela carta de Prestes, e a “defesa dos princípios” se tornará uma luta ainda mais aberta contra o “revisãoismo”. Os “renovadores” ficarão isolados no Partido, pois os “erros” eram atribuídos não ao “marxismo-leninismo”, mas à “influência pequeno-burguesa” no PCB, e a direção instigará mais facilmente os militantes a escrever artigos negando a “crise” como “ideia inculcada pelo imperialismo”. Aferrados a esse referencial, alguns CR’s se “retratarão” ou recuarão parcialmente em suas posições. Entretanto, ainda que o Partido tenha adotado uma

¹² Marly RODRIGUES, A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil, pp. 62-3.

¹³ Anita Leocadia PRESTES, Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB, pp. 134, 144 e 154.

¹⁴ Lúcio Flávio Rodrigues de ALMEIDA, A ilusão de desenvolvimento..., pp. 158-60, 175-6 e 180.

¹⁵ “O PCB e sua atuação nos anos 50”, Revista Brasileira de História, v. 23, n. 45, pp. 306-7.

visão mais lúcida do capitalismo no Brasil, o viés classista da discussão travará o aprofundamento do processo.¹⁶ A “virada” incluiu a troca do corpo editorial e da redação da Voz Operária em fevereiro, cujo editor, Aydano do Couto Ferraz, cedeu lugar a Mário Alves. Houve até mesmo um episódio de depredação de sua redação e, no dia 28, da Imprensa Popular, segundo alguns autores, ordenada por elementos “conservadores” da direção.¹⁷ Em janeiro, não somente na Voz Operária, mas também na Imprensa Popular já predominava a discricção, enquanto as divisões se ampliavam e surgiam artigos de tom nacionalista, em defesa das riquezas nacionais e de medidas democráticas por parte do governo.

É interessante tentar reconstruir diálogos entre os articulistas, embora às vezes separados pela data de publicação. Iniciando um deles, Carlos Marighella, apoiado no Projeto de Resolução e na carta de Prestes, reitera a necessidade da fidelidade incondicional à URSS e afirma que criticá-la não implicaria negar o “internacionalismo proletário”, pois o PCUS já teria assumido suas faltas. João Batista de Lima e Silva rejeita a imbricação cega aos soviéticos, como nos tempos do “culto”, e destaca a ajuda mútua, a confiança, a igualdade e o espírito crítico entre os operários e PC’s do mundo, rejeitando as noções de “partido dirigente” e “nação dirigente”. Em resposta, Marighella atribui à URSS, por vários fatores, uma predominância natural que outras nações socialistas e oprimidas aceitariam por vontade própria, e não compulsoriamente, como ocorreria com os EUA. Contestando, José Gorender cita a cisão iugoslava e outros casos em que a submissão à URSS teria deformado o “internacionalismo”, enquanto Marighella supervalorizaria o “lado positivo”. Marighella, aparentemente buscando encerrar a contenda, admite que o PCB e o PCUS erraram, mas ao menos eles teriam aprendido a não errar mais e obtido mais acertos do que equívocos.¹⁸

Também causará grande polêmica um artigo de Barata segundo o qual os erros, nessa primeira grande crise do socialismo, deveriam ser revelados, mas a renovação deveria ser obra da intelligentsia e não cair no “excessivo liberalismo” nem na obediência servil. Entre as medidas “democratizantes” sugeridas estão eleições imediatas nos Comitês Regionais, Zonais

¹⁶ Raimundo SANTOS, A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957), pp. 157-62.

¹⁷ Osvaldo PERALVA, O retrato, p. 320; Leôncio BASBAUM, Uma vida em seis tempos: memórias, pp. 234-9; Mauro Malin e Milton Freitas, “O impacto do XX Congresso na vida interna do PCB”, Voz da Unidade, n. 30, 24-30/10/1980, p. 5; Moisés VINHAS, O Partidão: A luta por um partido de massas (1922-1974), p. 180; Eliezer PACHECO, O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964), pp. 212-3; Raimundo SANTOS, op. cit., p. 135.

¹⁸ Carlos Marighella, “Carta de Prestes e o internacionalismo proletário”, VO, 5/1/1957, e IP, 6/1/1957; João Batista de Lima e Silva, “Autocrítica ou volta ao passado?”, VO, 26/1/1957; Carlos Marighella, “Internacionalismo proletário e não jogo de palavras”, IP, 10/3/1957, e VO, 13/4/1957; José Gorender, “O internacionalismo proletário e a verdade concreta”, VO, 20/3/1957; Carlos Marighella, “Tergiversando o internacionalismo proletário”, VO, 18/5/1957.

e Distritais e substituição dos dirigentes mais ligados às arbitrariedades. Bem ao lado, aparece um texto de João Amazonas, para quem Barata estaria lutando contra pessoas, e não contra erros, disseminando “ideias estranhas à ideologia do proletariado” e à “unidade do Partido” e subestimando as massas em prol da intelectualidade. Amazonas nega a existência de “crise” no MCI e concorda com a luta contra o autoritarismo, mas não com as substituições na cúpula. Calvino Filho, embora fosse ele mesmo um editor de livros, também critica o privilégio da intelligentsia na elaboração da linha política e sua separação das massas, pelas quais eles deveriam de fato atuar e das quais deveriam tirar a “teoria revolucionária”. E Augusto Bento faz ressalvas semelhantes e, como Amazonas, pensa que a mera remoção de dirigentes não mudará os métodos e que a discriminação de organismos e pessoas impediria a fraternidade interna, a autocrítica e o reconhecimento coletivo da culpa pelos erros.¹⁹

A inserção no movimento nacionalista e o apoio político a setores da burguesia provocaram indagações semelhantes. Rui Facó rejeita o elogio de alguns ao “desenvolvimento burguês”, a influência da “ideologia burguesa” na militância, as “vacilações” do CR do Ceará, a superestimação dos erros da URSS e sua equiparação com os dos EUA e o apoio da redação da Voz Operária ao nacionalismo “vazio” do governo sem denunciar os momentos de repressão. Narceu Almeida defende que Facó teria subestimado o valor do nacionalismo, sobretudo para os povos em descolonização, e interpretado mal o CR do Ceará, e que a omissão da direção quanto ao XX Congresso e as questões nacionais teria sido maior do que as omissões dos excessos do governo, denunciados “a tempo” conforme as capacidades de um semanário. E Luís Câmara, por sua vez, discorda das teses de Caio Gabriel e do CR do Ceará sobre o apoio popular à burguesia, a união burguesia-proletariado sem hegemonia de nenhum dos dois e a apologia ao desenvolvimento pacífico do capitalismo sem crítica dos prejuízos aos trabalhadores e da “colonização” política e econômica do Brasil pelos EUA.²⁰

A tendência “conservadora” é a predominante e mais ativa. João Amazonas, por exemplo, elencando os protagonistas da história humana, assevera que as massas, lideradas necessariamente pelo PC, sempre prevaleceriam, mas seu “espontaneísmo” exigiria chefes

¹⁹ Agildo Barata, “Pela democratização do Partido”, VO, 2/2/1957, e IP, 27/1/1957 (a datação de 27/11/1956 ao final sugere claramente o “engavetamento” do artigo); João Amazonas, “Salvaguardar a unidade do partido, primeiro dever do comunista”, VO, 2/2/1957, e IP, 27/1/1957 (a publicação lado a lado com o artigo de Barata mostra a efetivação do controle do debate pela direção, da qual Amazonas fazia parte); Calvino Filho, “‘Intelligentsia’ marxista”, IP, 29/1/1957; Augusto Bento, “Em torno do artigo do companheiro Agildo Barata”, IP, 17/2/1957.

²⁰ Rui Facó, “O nacionalismo burguês está em muitas cabeças”, VO, 9/2/1957; Narceu Almeida, “As elucubrações do camarada Facó”, VO, 16/2/1957; Luís Câmara, “O objetivismo burguês no exame do desenvolvimento econômico do Brasil”, VO, 23/3/1957. Já mencionados no capítulo 2, a declaração do CR do Ceará está na VO de 24/11/1956, e o texto de Caio Gabriel, na VO de 8 e 15/12/1956.

abnegados que dominem “cientificamente” o curso da história e espelhem suas aspirações, como faria Prestes. Pedro Pomar lamenta o pessimismo dos quadros e o uso dos erros do PCUS pelo “imperialismo” e critica a má condução do atrasado debate, o exagero dos problemas no MCI e a superficialidade do Projeto de Resolução, pouco combativo e explicativo. Benedito Pontes, contestando Ernesto Luiz Maia, argumenta que Stálin não teria desejado exportar a revolução, mas não teria podido deixar o Leste europeu abandonado, que as “democracias populares” teriam “escolhido” seu regime e que as tropas soviéticas não seriam “estrangeiras”, pois os húngaros lhes deveriam agradecimento pela libertação contra o fascismo. E Carlos Danieli reconhece os erros do PCB e prefere, para sua correção, atenção às bases, autocrítica e ligação com as massas, e não expulsões sumárias, como quer Barata, nem o “revisionismo”, a subestimação do PC ou o abandono do “centralismo democrático”.²¹

Porém, delineava-se uma tendência de linguagem mais tranquila, intermediária entre a crítica do “sectarismo” e a manutenção dos “princípios”. Miguel Alves quer ponderar o lado bom e o lado ruim de Stálin na “corajosa denúncia dos erros”, da qual o socialismo sairia fortalecido, enquanto o PCB deveria corrigir a má formação dos quadros, o decalque do PCUS, a descrença nas bases e nas massas e a hipertrofia dos órgãos dirigentes sobre os comitês. Todos seriam culpados, embora os dirigentes fossem mais responsáveis, mas a autocrítica não deveria servir ao “inimigo” por meio das calúnias à URSS, do “revisionismo” e da negação do socialismo. Raimundo Schaun repele o “conservadorismo” de Amazonas e o “divisionismo” de Barata, referindo-se a seus artigos ladeados, e invoca o nacionalismo, implicitamente priorizado, e a democracia partidária e política. E José Armando respalda a carta de Prestes, que não entravaria a discussão, e rejeita tanto os “conservadorismos” que insistiam nos erros quanto, e mais fortemente, o “fracionismo” e a ausência de um centro regulador dos debates internos e do MCI.²²

Os “renovadores” já eram “voto vencido”, mas seus artigos ainda apareciam ao lado de ressalvas oficiosas. Um escrito de Barata apoiava o Projeto de Resolução, a igualdade entre os PC’s, a democratização do PCB sem abandono do “centralismo democrático” e a revolução “agrária, anti-imperialista e antifeudal” pacífica. Propugnava ainda por um governo nacional e democrático dentro do regime, por uma diplomacia “independente e de neutralidade ativa” e

²¹ João Amazonas, “As massas, o indivíduo e a história”, IP, 13/1/1957, e VO, 26/1/1957; Pedro Pomar “O XX Congresso e os nossos debates”, VO, 9/2/1957, e IP, 9/2/1956; Benedito Pontes, “A atuação soviética na Hungria”, IP, 3/3/1957; Carlos Danieli, “Corrigir os falsos métodos de direção e defender o Partido e seus princípios”, VO, 16/3/1957.

²² Miguel Alves, “As questões em debate e nossa autocrítica”, VO, 23/2/1957; Raimundo Schaun, “Por um movimento atuante, contra uma situação absorvente”, IP, 14/3/1957; José Armando, “O debate e o internacionalismo proletário”, IP, 23/3/1957.

por uma ampla frente única com burgueses e latifundiários “nacionalistas”. Seguiu-se outra resposta, aparentemente ao primeiro artigo de Barata, desta vez de Ivan Cunha, para quem não estaria havendo crise no MCI, pois estaria se dando apenas uma “correção de erros”, e não se deveriam destituir dirigentes, sob o risco de “divisionismo” e de vitória do “imperialismo” e das perseguições de JK. E Durval Tavares Sobrinho, replicando o mesmo texto, chama Barata de “autoritário” por pregar o comando de uma fração intelectual, prefere a autocrítica dos dirigentes à sua destituição e atribui a violência dos debates não a contradições internas, tidas como inexistentes no Partido, mas à interferência da “reação”.²³ Para Raimundo Santos, o que mais teria chocado em Barata não seria o tom ou a linguagem das críticas, já que teria havido outras mais incisivas, mas o fato dele ser o dirigente que mais abertamente se rebelou.²⁴

Astrojildo Pereira, o histórico fundador expulso do PCB nos anos 1930 e readmitido em 1945, contribuindo ativamente para o debate, assumiu ter praticado o “culto”, mas rejeitou os “falsos” arrependimentos e elogiou Stálin justamente por ter conseguido tornar o marxismo um esquema de fácil assimilação, embora sem valor científico. No Brasil, o debate, iniciado com nível baixo e melhorado aos poucos, teria vivenciado um clima de inimizade e indicado a necessidade de “correção dos métodos” e de incremento da democracia partidária para habituar os comunistas a críticas e autocríticas sensatas. Pereira, sem outra alternativa, defende a linha do Partido, mostra-se otimista quanto às conquistas mundiais do socialismo, elogia o XX Congresso e defende a intervenção na Hungria por debelar os “reacionários”. Embora não fosse preciso separar as funções de intelectual e de dirigente político, teria havido desprezo geral aos talentos cultos, quando o “obreirismo” cultural predominante não teria percebido o apreço dos operários pela cultura e teria separado arbitrariamente os ofícios manuais e intelectuais. O próprio Projeto de Resolução não teria sinalizado resoluções firmes ou medidas para corrigir o “sectarismo” na área da cultura. Em síntese, Pereira apoia um debate que fortaleça o PCB, e não o divida, e se posiciona pela defesa dos objetivos nacionalistas por meio de uma ampla campanha “patriótica e democrática”.²⁵

²³ Agildo Barata, “Pela renovação e o fortalecimento do Partido”, VO, 6/4/1957; Ivan Cunha, “A democratização e a unidade do partido”, VO, 6/4/1957; Durval Tavares Sobrinho, “O camarada Agildo e a ‘democratização do partido’”, VO, 4/5/1957. O artigo de Barata, também publicado em *Novos Tempos*, n. 1, set. 1957, pp. 42-7, ainda que com sua assinatura, seria um trabalho coletivo à guisa de “plataforma da maioria do grupo renovador do Rio”, segundo Osvaldo PERALVA, *O retrato*, p. 323. A datação de 15 de março aponta para novo “engavetamento”.

²⁴ *A primeira renovação pecebista...*, pp. 169-73.

²⁵ Astrojildo Pereira, “A penúltima palavra”, IP, 4/11/1956; “Formas de crítica e autocrítica”, IP, 18/11/1956; “Otimismo e vigilância”, IP, 27/11/1956; “Desapreço ao trabalho intelectual”, IP, 16/12/1956; “Ainda o trabalho intelectual”, IP, 25/12/1956; “Discriminações inadmissíveis”, IP, 3/1/1957; “O sectarismo na frente cultural”, IP, 10/2/1957; “Discussão e ação”, IP, 24/2/1957.

3.4 – O “Pleno de abril” e o desfecho da discussão

O Pleno do CC de abril de 1957, como o de janeiro de 1956, valorizou a conjuntura Kubitschek, cujo governo “dual” oporia “nacionalistas” a “entreguistas”, e as liberdades democráticas, agora associadas a um nacionalismo frequentemente priorizado, mas também sugere maior atenção às realidades locais e uma ampliação da frente única. Porém, permanecem a estratégia e a ideologia de fidelidade estrita à URSS e de “vigilância revolucionária” contra as divisões. Os documentos do Pleno, sugerindo a conciliação de algumas ideias “renovadoras” com outras do Programa de 1954 por um grupo anônimo na cúpula, mostram uma clara absorção inconfessa de várias teses “renovadoras”, numa espécie de acomodação das divergências que não implicou na participação coletiva nas decisões nem no perdão dos “renovadores”, marginalizados como “antipartidários”.²⁶

Conforme a resolução “Sobre a unidade do Partido” tirada no Pleno, muitos militantes “antipartidários” e “divisionistas” teriam aproveitado o debate para atacar o PCB e o CC, pôr-se acima de seus órgãos e revelar segredos. Todos deveriam colaborar para a democratização das práticas internas sem renunciar à própria opinião e aplicar com iniciativa as diretivas de cima, mas respeitando o “marxismo-leninismo”, o “centralismo democrático”, os Estatutos e a submissão aos superiores. Outra resolução, “A situação política e nossas tarefas atuais”, alude ao grave momento de ofensiva do “imperialismo” diante de suas derrotas no mundo e no Brasil, cuja “colonização” os EUA ainda visariam. As políticas ambíguas de Kubitschek, ora populares, ora “pró-imperialistas”, resultariam da divisão de seu governo entre “nacionalistas” e “entreguistas”. Seria necessário defender a soberania nacional, a democracia, a legalização do PCB, a extensão do direito de voto e a anistia aos comunistas, com atração e simultânea neutralização da “burguesia nacional” e concentração do fogo no “imperialismo ianque”. O “partido-diretor” deveria corrigir seus erros e estimular a colaboração entre os dirigentes e as bases, a crítica, a autocrítica, o trabalho ideológico entre as massas e a “direção coletiva”.²⁷

Mesmo publicadas com um espaço de cinco meses e se referindo a momentos diferentes da disputa, portanto com objetivos distintos, a “carta-rolha” e a “resolução sobre a

²⁶ Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, pp. 183-9; Idem, “A frente única como a grande política”. In: _____, *O pecebismo inconcluso: escritos sobre ideias políticas*, pp. 30-2.

²⁷ “Sobre a unidade do Partido: Resolução do Comitê Central”, VO, 20/4/1957, e IP, 21/4/1957 (também em Edgard CARONE, *O P.C.B. (1943 a 1964)*, v. 2, pp. 160-5); “A situação política e nossas tarefas atuais: Resolução do Comitê Central do PCB”, VO, 20/4/1957 (também em Edgard CARONE, op. cit., pp. 165-75). A VO de 27/4/1957 e as Notícias de Hoje de 1/5/1957 publicaram ainda “A situação política e as tarefas do Partido”, um informe apresentado por Prestes em nome do Presidium ao Pleno do Comitê Central que provavelmente inspirou a resolução “A situação política e nossas tarefas atuais” e tem o texto quase igual.

unidade do Partido” são parecidas em conteúdo e em espírito político, até por terem atrás de si a mão forte de Prestes. Ambas constituíram importantes balizamentos para a discussão e revelam a lenta reinserção do secretário-geral no centro das decisões internas. A carta e a resolução, apesar de beberem do presente em que surgiram, são bastante superficiais, até desanimadoras, na lida com as questões em voga. Seu tom vocativo e altissonante de louvor ao CC e à URSS e a preocupação em achar os “agentes da reação” “culpados” pela desestabilização do PCB se sobrepunham à proposta de soluções imediatas ou de longo prazo.

Depois do Pleno, o novo grupo dirigente em ascensão no CC absorvia algumas ideias “renovadoras”, mas flertava com o unitarismo dos “conservadores”, focando-se na questão da frente única, abordada à luz do desenvolvimento capitalista nacional. Já os “conservadores” continuarão atacando os “renovadores” e, para muitos, serão sinal do “anti-intelectualismo” restante da velha guarda.²⁸ Antes do fechamento das discussões, marcado para maio, apesar dos poucos divergentes e da mudança prática na linha do CC, ainda apareceriam defensores do Programa que criticavam, nos “renovadores”, o valor “excessivo” dado às mudanças no governo e a “ênfase” na participação burguesa e a “negligência” da hegemonia proletária e do PCB na frente única. Ao final, o Partido se encontrará totalmente desnorteado com a conjuntura política e o crescimento do movimento nacionalista.²⁹

Numa das últimas contribuições, Carlos Danieli alerta que os sucessos do capitalismo teriam infiltrado no PCB idéias contrárias ao proletariado, sendo necessária a luta contra o “revisãoismo” e as tendências “subjetivistas”, unilaterais e “dogmáticas”. A revolução não deveria ser obra da “burguesia nacional”, mas de proletários, camponeses, intelectuais e da “pequena burguesia” e outras camadas médias, conduzidos pelos comunistas. Para Horácio Macedo, o Programa desconsidera o incremento capitalista brasileiro e a força da “burguesia nacional” no governo, que poderia ser aliada temporária no combate ao “imperialismo” para ser depois finalmente “derrotada”. Albano Soares considera a “via pacífica e parlamentar” pouco eficaz no Brasil por ser o proletariado ainda fraco na frente única e por se estar próximo dos EUA, o que ainda implica a valorização da aliança operário-camponesa e da luta antiburguesa. E Jacob Gorender, manifestação exemplar do “centrismo” em ascensão, combate tanto o “revisãoismo” quanto o “dogmatismo”, não aceita a marginalização dos

²⁸ Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, p. 193; Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração – 1922-1972*, pp. 120-1.

²⁹ Raimundo SANTOS, *op. cit.*, pp. 193-8 e 205-6.

intelectuais por sua condição de classe, mas deseja afastá-los da “ideologia da burguesia”, e sugere criticar o ruim e elogiar o bom da URSS, sem copiá-la automaticamente.³⁰

3.5 – Expição ou luta contra o “revisionismo” remanescente?

A luta ideológica, no bojo de uma busca da reciclagem da educação partidária, não terminou com o aparente fechamento oficial da direção às críticas das bases. Na edição de 1.º de junho a *Voz Operária* começara a publicação das “Perguntas e respostas”, com soluções a questões e dúvidas postas por leitores ou militantes, e “Teoria e prática”, com excertos de textos ou discursos de Lênin, notavelmente nunca de Stálin, ou de políticos recém-subidos ao poder, como Gomulka. Era uma tentativa desesperada e improvisada de suprir as deficiências de formação teórica e de popularização da “doutrina marxista-leninista”, tão lamentadas nos debates de 1956-1957 e mesmo demonstradas pelo nível de várias contribuições. Ao mesmo tempo, com os “renovadores” já neutralizados, o CC voltou-se contra Barata, que se recusara a “retratar-se”, a partir de junho e mobiliza os quadros pela “unidade do Partido”, quando os baixos escalões lançam inúmeras moções de apoio e defesa da direção.³¹

Barata se recusou a publicar uma autocrítica na imprensa comunista e reafirmou as teses do artigo “Pela renovação e o fortalecimento do Partido” numa entrevista de maio à revista *Manchete*. Entre as declarações de apoio ao CC e à “unidade partidária” por vários comitês, os CR’s do Ceará e de Piratininga chegaram a recuar nas aberturas anteriores e a condenar Barata. Conforme Osvaldo Peralva, o final da discussão teria sido uma “caricatura”, pois vários artigos “renovadores”, engavetados pela comissão de censura, teriam saído desatualizados junto a trabalhos “conservadores”, feitos “em massa por dois ou três intelectuais auxiliares da Direção” e assinados por outros militantes.³² Em junho, uma declaração de maio do Presidium rejeitava o “fracionismo criminoso” de Barata, já afastado do PCB por iniciativa própria, e sua decisão de ter se recusado, no “Pleno de abril”, a defender a “unidade em torno do CC e de Prestes” contra o “imperialismo ativo” e de se

³⁰ Carlos Danieli, “Hegemonia do proletariado ou hegemonia da burguesia?” (2 partes), VO, 27/4 e 4/5/1957; Horácio Macedo, “O papel da burguesia”, VO, 27/4/1957; Albano Soares, “Hegemonia do proletariado ou da burguesia e o problema do desenvolvimento pacífico”, VO, 4/5/1957; Jacob Gorender, “O dogmatismo, o revisionismo e a nossa autocrítica”, VO, 4/5/1957.

³¹ Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, pp. 199-202.

³² O retrato, p. 322; Raimundo SANTOS, op. cit., pp. 199-202; Luiz Flávio de Carvalho COSTA, *Nacionalismo e alianças políticas (1954-1958)*, p. 130.

queixar a um “semanário burguês”.³³ Até mesmo um editorial acusava Barata de ter se manifestado livremente, mas ter aproveitado para espalhar o “fracionismo” e saído do Partido não pela falta de liberdade, mas por não ter conseguido impor suas ideias “errôneas”.³⁴

A ostensiva propaganda oficial contra o “direitismo” de Barata sugere antes uma campanha de uniformização da militância a favor de uma direção em crise do que uma ofensiva proporcional ao tamanho real do “inimigo”. Para não arranhar os “conservadores” e, ao mesmo tempo, evitar um expurgo ou uma sangria de quadros, decidiu-se, pois, sacrificar a “recalcitrância personificada”. Em seus artigos, Jacob Gorender nega o “marxismo” de Barata e o chama de “nacionalista burguês” “de extrema-direita” que deturpou a visão pecebista de “nacionalismo” com suas declarações “antioperárias”. Ivan Ramos Ribeiro ataca todas as posições de Barata e afirma ter sido ele cooptado, e não eleito, para o CC em 1945, assim como Prestes, mas em circunstâncias que faz questão de diferenciar. Maurício Grabois atribui a Barata e seus aliados “liquidacionistas” e “reformistas” a negação do “correto” programa do IV Congresso e a aliança ideológica com burgueses e latifundiários em detrimento dos operários e camponeses. E Mário Alves, menos “conservador”, afirma, com relação à aliança com a burguesia no movimento nacionalista, que o PCB pretende combater suas “vacilações” sem ficar “a reboque” dela, como supostamente gostaria Barata.³⁵

3.6 – Os problemas socioeconômicos brasileiros de 1957

A relativa calma política e o crescimento econômico e industrial em 1957 contrastaram com o aumento da inflação e dos gastos públicos. Em março, os parlamentares nacionalistas repeliram tentativas no Congresso Nacional de abrir a exploração do petróleo para o capital privado brasileiro sob o pretexto de racionalizar a produção, o que não estaria acontecendo com o monopólio estatal. Em junho, a posição econômica internacional do Brasil era fraca, com o aumento da dívida externa e a diminuição das reservas em dólares, gerando maior

³³ “Declaração do Presidium do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil em face das declarações feitas por Agildo Barata a um semanário burguês contra o Partido e o movimento operário”, VO, 1/6/1957, e IP, 28/5/1957.

³⁴ “Os comunistas repelem a ação antipartidária de Agildo Barata” (editorial), VO, 22/6/1957.

³⁵ Jacob Gorender, “Extrema direita do nacionalismo”, VO, 22/6/1957; “Atitudes diante de um movimento”, IP, 25/6/1957; Ivan Ramos Ribeiro, “Nas entrelinhas de uma entrevista”, IP, 16/6/1957; Maurício Grabois, “Uma plataforma tipicamente burguesa”, VO, 6/7/1957, e IP, 7/7/1957; Mário Alves, “Os comunistas e o movimento nacionalista”, VO, 13/7/1957. O espaço dedicado ao nacionalismo parece mostrar como o setor teórico, ao menos aparentemente, estaria deixando a obsessão pela URSS e se vinculando mais à realidade brasileira, embora tentasse respeitar o “marxismo-leninismo”, o que explicaria a forte rejeição ao “fracionismo” e ao “revisionismo” de Barata.

desconfiança de bancos estrangeiros, em especial americanos, e o adiamento de empréstimos. Em setembro, principalmente por causa dos gastos galopantes com Brasília, o governo precisou imprimir mais moeda, o que desfavoreceu a posição do cruzeiro face ao dólar. Buscando aproveitar as brechas democráticas na política, o PCB participou ativamente nas greves dos 400 mil em todo o país em 1956 e dos 400 mil em São Paulo em 1957, sob liderança do Pacto de Unidade Intersindical. Apesar das várias concessões salariais forçadas, o ano de 1957 terminou com um aumento de 13% no custo de vida, um grave déficit orçamentário e uma entrada recorde de capital estrangeiro.³⁶

3.7 – As fortes resistências à “desestalinização” na cúpula soviética

O XX Congresso do PCUS não foi um remédio milagroso para todos os males do país e do Partido, nem foi tão facilmente aceito quanto se pode supor.³⁷ A 18 de junho de 1957, como resultado de reuniões secretas no verão, propôs-se o afastamento de Khrushchov numa reunião de rotina do Presidium e, no dia 19, Viatcheslav Molotov sugeriu a extinção do cargo de primeiro-secretário, mas os debates continuaram nos dias 20 e 21. Gueórgui Jukov e Ivan Serov exigiram que se debatesse a questão num Pleno do CC, aberto no dia 22 e encerrado no dia 29, tempo em que a maioria defendeu o líder contra uma suposta tentativa de voltar ao “terror”. Tumultuadas, as seções terminaram com a derrota dos opositores Molotov, Gueórgui Malenkov e Lázar Kaganóvitch e com sua expulsão do Presidium e do CC, embora não do Partido, junto com Dmítri Chepílov, que também passara à oposição.³⁸ O PCB, ao reproduzir a Resolução do Pleno do PCUS, aceita que os “rotineiros” e “conservadores” avessos à desburocratização, ao “centralismo democrático” e à luta contra o “culto” deixavam a lição da luta simultânea contra o “dogmatismo” e o “revisionismo”, as duas faces do “fracionismo”.³⁹

Khrushchov teria sido autoritário com o chamado “grupo antipartidário” ao impedir sua livre defesa e expressão e lhe atribuir culpas demais, contrariando a “democracia interna” do

³⁶ Jordan M. YOUNG, Brasil, 1954/1964: fim de um ciclo civil, pp. 48 e 53-5; Emiliano JOSÉ, Carlos Marighella, pp. 190-1; Wladimir POMAR, Pedro Pomar..., pp. 220-1.

³⁷ Jean ELLEINSTEIN, História da U.R.S.S., v. 4, p. 105.

³⁸ Dmitri Antonovich VOLKOGONOV, Os sete chefes..., pp. 224-7.

³⁹ “A lição dos acontecimentos no PCUS” (editorial), VO, 13/7/1957; “‘Sectários e dogmáticos, interpretam de modo formal e rotineiro o marxismo-leninismo’ (Resolução do Pleno do PCUS sobre o grupo antipartidário Molotov-Malenkov-Kaganovitch)”, IP, 9/7/1957, e VO, 13/7/1957.

Partido e continuando a tradição política arbitrária.⁴⁰ Ironicamente, Molotov, Malenkov e Kaganóvitch, assim como Khrushchov, foram alguns dos maiores colaboradores de Stálin nas perseguições físicas e no crescimento econômico forçado, mas após a tentativa de golpe foram destituídos de todos os seus cargos de direção. Malenkov, expulso do PCUS em 1961, tornou-se diretor de uma central elétrica no Cazaquistão. Molotov, expulso em 1964, tornou-se embaixador na Mongólia. Kaganóvitch, expulso em 1962, tornou-se diretor de uma fábrica de potássio nos Urais.⁴¹ Assim, parecia se formar de modo complexo uma espécie de “neostalinismo”, em que Khrushchov, ainda que provisoriamente vencedor, precisou se conciliar com líderes simpáticos à antiga linha, sobretudo Mao, mas que, sem se adequar à nova situação dos satélites, logo submergiu na retomada intempestiva das reformas.⁴²

3.8 – O “Pleno de agosto” e o rebaixamento dos “conservadores” no PCB

Impactado pelas demissões no PCUS, o PCB passará a perseguir também o “dogmatismo”, suposto responsável pela ineficácia das mudanças. No Pleno do CC de agosto, a primeira reunião oficial de Prestes após nove anos de vida clandestina, Arruda, Maurício Grabois, João Amazonas e Sérgio Holmes foram excluídos do Presidium, mas continuaram no comitê, dando lugar a Marighella, Mário Alves, Calil Chade e Giocondo Dias.⁴³ O Pleno encarregou uma comissão de elaborar o projeto de mudanças na linha política, composta por Holmes, Francisco Gomes, Leivas Otero, Moisés Vinhas e Jover Telles e que deveria produzir um documento sobre os reflexos do “culto à personalidade” no Partido com uma autocrítica baseada no balanço do debate.⁴⁴ Tirou-se ainda uma resolução contra Barata, a qual classificava suas críticas como resquícios de “mentalidade burguesa” surgidos no “aguçamento da luta de classes” e afirmava não estar o expulsando do PCB por suas ideias,

⁴⁰ Panas FEDENKO, *A nova história do Partido Comunista Soviético*, pp. 165 e 177. Mesmo assim, o simples fato de se resolver a contenda com expulsões, e não com prisões e fuzilamentos, já indica uma notável superação da tática do “terror” indiscriminado.

⁴¹ Loris Marcucci, “Kaganovič Lazar’ Moiseevič”; Ermanno Taviani, “Malenkov Georgij Maksimovič”; “Molotov Vjačeslav Michajlovič”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), *Enciclopedia della sinistra...*, pp. 153, 207-8 e 225-6. Na verdade, o patronímico de Malenkov era “Maksimiliánovitch”, e não “Maksimovitch”.

⁴² Fernando CLAUDÍN, *A oposição no “socialismo real”*: União Soviética, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Polônia: 1953-1980, pp. 169-70.

⁴³ Raimundos SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, pp. 206-19; José Antonio SEGATTO, *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*, pp. 63-5 e 69-72; Emiliano JOSÉ, Carlos Marighella, p. 189; Raimundo Santos, “Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50”. In: João Quartim de MORAES e Daniel Aarão REIS FILHO (Orgs.), *História do marxismo no Brasil*, v. I, pp. 250-1; Osvaldo BERTOLINO, Maurício Grabois – Uma Vida de Combates: da batalha de ideias ao comando da Guerrilha do Araguaia, pp. 126-7.

⁴⁴ Wladimir POMAR, Pedro Pomar, *uma vida em vermelho*, p. 225.

mas pela ação “antipartidária”.⁴⁵ Um documento de Prestes divulgado na ocasião alude às possibilidades de luta democrática geradas pelo contexto nacional e internacional, lamenta o desprestígio do Presidium, omissos nos debates e “usurpador” das funções do CC, e clama pela democratização interna, pela “luta dupla” contra o “dogmatismo” e o “revisionismo” e pela análise da realidade concreta.⁴⁶ Para Gorender, o caso de Barata teria dado munição aos stalinistas, que, se não fossem contidos, jogariam o partido no “imobilismo político”.⁴⁷

Estava ascendendo o novo “grupo dirigente” conhecido como “pântano”, “grupo baiano” ou “centro pragmático”, que percebeu a grave crise, adotou em parte teses antes contestadas e combateu “dogmáticos” e “conciliadores”, mas apelou à unidade.⁴⁸ O grupo se dispôs a fazer uma autocrítica profunda sem abalar o Partido, e não seria exatamente “pendular”, mas teria reforçado a “esquerda” contra a “direita” e, liquidada esta, atacado então aquela. Entre seus principais nomes estavam, além de Dias, Alves e Marighella, Jacob Gorender e Moisés Vinhas. O próprio Prestes, seguindo o curso dos acontecimentos, decidiu aderir ao grupo.⁴⁹ Arruda, comprometido com o “mandonismo” no PCB, percebeu a nova correlação de forças e escreveu o que, segundo Pacheco, teria sido uma autocrítica que marcou o fim da luta interna. No artigo, pede renovação partidária por meio da crítica fraternal e do contato com as bases e a vontade das massas para fazer valer a “sabedoria coletiva” do partido, repudia a “sede de vingança” de Barata e reafirma a necessidade de lutar contra o “revisionismo” e o “dogmatismo”, mas sem ferir os princípios partidários.⁵⁰

Dinarco Reis estranha a longa duração do “cativeiro” de Prestes, sendo que o líder sempre foi conhecido pelo pouco zelo com a segurança pessoal, enquanto os outros membros do CC atuavam bem mais abertamente, e atribui a situação ao silêncio tanto de Prestes e do

⁴⁵ “Resolução do Comitê Central do PCB sobre a atividade antipartidária de Agildo Barata”, IP, 6/9/1957, e VO, 7/9/1957. Também em Edgard CARONE, *O P.C.B...*, pp. 320-5.

⁴⁶ Luiz Carlos Prestes, “O trabalho de direção e a composição do Presidium e do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil”, IP, 6/9/1957, e VO, 7/9/1957.

⁴⁷ Jacob GORENDER, *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, p. 29.

⁴⁸ Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, pp. 211-2; Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, pp. 118-9. O nome “grupo baiano” provém do grande número de baianos no CC, fato que Leôncio BASBAUM, *Uma vida em seis tempos...*, pp. 233-4, ironiza ao dizer que não havia comunistas no estado porque todos iam ao Rio de Janeiro e entravam no órgão. Já “pântano” é atribuído por Osvaldo PERALVA, *O retrato*, p. 338, segundo o qual o grupo não era “nem propriamente terra, nem propriamente água”. Jacob GORENDER, *op. cit.*, pp. 35-6, nega a existência do grupo, alegando que seus “membros” possuíam divergência de ideias.

⁴⁹ José Antonio Segatto, “Apresentação”. In: Raimundo SANTOS, *op. cit.*, pp. II-III; Raimundo SANTOS, *op. cit.*, p. 217; Ronald H. CHILCOTE, *op. cit.*, pp. 189-90; Eliezer PACHECO, *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*, pp. 213-4.

⁵⁰ Diógenes Arruda, “Renovar o Partido e derrotar o antipartido”, IP, 24/7/1957, e VO, 27/7/1957; Eliezer PACHECO, *op. cit.*, pp. 216-7. Conforme Prestes, em depoimento para Dênis de MORAES e Francisco VIANA, *Prestes: lutas e autocríticas*, p. 129, Arruda era “stalinista convicto que mudara de posição da noite para o dia, após tomar conhecimento do famoso relatório Kruchev.”

resto do CC quanto às violações cometidas pelo “núcleo dirigente”.⁵¹ Para Hércules Corrêa, a clandestinidade da linha do “Manifesto de Janeiro” de 1948 teria sido exagerada com más intenções, entre as quais aumentar o prestígio do Partido, pois a maioria dos comunistas agia abertamente, já que “Só quem não queria não sabia localizar os comunistas”.⁵² Wladimir Pomar, baseado em observações de outros militantes, supõe que Prestes estaria isolado no período da clandestinidade, mas não só saberia de tudo o que acontecia por meio do Secretariado e de seu círculo mais íntimo como também viriam dele as principais diretivas.⁵³

Mesmo com suas contradições, a nova direção tentou recuperar a autoridade e a credibilidade do CC e reorientou o PCB, como se nota nos editoriais de fins persuasivos, que criticam a condução dos debates, louvam o “Pleno de agosto”, clamam por legalidade democrática, soluções nacionalistas, contato com as massas e luta “em duas frentes”, sendo a luta mais dura contra o “dogmatismo”, e até valorizam as futuras eleições de 1958 como meio de mudança.⁵⁴ Em artigo oficioso, Gorender já citara como traços do nacionalismo dos comunistas brasileiros a defesa do monopólio estatal das riquezas naturais, o “internacionalismo proletário” e a rejeição da xenofobia, e retorna ao caso húngaro para dizer que a revolta fora aproveitada pela “reação”, mas que a URSS realmente assumira uma postura “chauvinista de grande potência” em vários momentos.⁵⁵ E Mário Alves finalmente lança o germe da nova linha: o proletariado e os setores “nacionalistas” da burguesia deveriam se unir em torno de um projeto comum e relegar a luta de classes temporariamente a segundo plano em prol de um programa de união, sem que os comunistas procurassem impor sua opinião, mas também sem cair na influência da burguesia.⁵⁶

Comparando-se os escritos dos “renovadores” e da nova direção, é notável a consolidação da influência do nacionalismo no pensamento pecebista, cujo reformismo, porém, já teria sido apontado por Prestes como um perigo aos objetivos “revolucionários” do proletariado.⁵⁷ À semelhança de outros PC’s, o PCB entrou num processo de desintegração quando ficou evidente que a liderança máxima, longe de ser um núcleo homogêneo, era mais

⁵¹ A luta de classes no Brasil e o PCB, v. 1, pp. 122-3.

⁵² Memórias de um stalinista, p. 55. Às pp. 67-9 ele volta a tratar da clandestinidade exagerada, a qual seria um “vício” entre os comunistas.

⁵³ Pedro Pomar..., p. 209.

⁵⁴ “Pelo fortalecimento do Partido Comunista”, VO, 14/9/1957; “O sentido fundamental da nossa autocrítica”, VO, 21/9/1957; “Novas soluções para a crise que ameaça”, VO, 19/10/1957. Raimundo SANTOS, A primeira renovação pecebista..., pp. 219-20; José Antonio SEGATTO, Reforma e Revolução..., pp. 73-4. Aparentemente a direção, em público, enfatizava o “dogmatismo”, enquanto na prática, para evitar os “fracionismos”, sublinhava o “revisonismo”.

⁵⁵ Idem, “Sobre o patriotismo dos comunistas”, IP, prov. 1/7/1957.

⁵⁶ Mário Alves, “Os comunistas e o movimento nacionalista”, IP, 13/7/1957.

⁵⁷ Anita Leocadia PRESTES, Os comunistas brasileiros..., pp. 153-4.

um conjunto de vários grupos de poder conflitantes entre si, como era o caso com “renovadores”, “conservadores” e o “grupo baiano” em 1956-1957. Prestes, de modo pragmático e para manter sua própria influência e liderança, passou a apoiar o grupo que procurava se afinar mais com as novas exigências do Brasil, do próprio Partido e, especialmente, da URSS. De fato, entre 1946 e 1970, a rotatividade no CC foi alta, refletindo as consequências das lutas internas de 1956-1957, 1960-1962 e após o golpe militar.⁵⁸

3.9 – Os comunistas brasileiros e o nacionalismo difuso

O PCB, mesmo calcado mais em Lênin e Stálin do que em Marx e Engels e enraizado nas cidades de um país predominantemente agrário, foi um dos poucos partidos de alcance nacional que deu algum fundamento teórico ao movimento nacionalista e democrático emergente nos anos 1950 e constituiu o núcleo mais sólido de uma esquerda matizada.⁵⁹ O “nacionalismo” abraçado pelo Partido se elaborou nas primeiras décadas do século XX, mas se popularizou após a Primeira Guerra Mundial, e buscava redimensionar o sentimento nacional com base nas preocupações sociais, e não mais nas hipóteses raciais do século XIX. Assim, a adoção do nacionalismo popularizado no país, ou seja, a influência do cenário brasileiro na definição da política pecebista, relativiza a tese da mera subordinação às diretivas do PCUS e do Komintern.⁶⁰ Anita Leocadia Prestes diferencia o chamado “nacional-estatismo” de Vargas, que defendia uma industrialização capitaneada pelo Estado e sem participação de capital externo, e o “nacionalismo desenvolvimentista” de Kubitschek, que aceitava a colaboração estrangeira e obscurecia em seu discurso político a colaboração do empresariado nacional com os interesses financeiros internacionais.⁶¹

Com a ascensão do chamado “nacional-desenvolvimentismo”, os comunistas aderiram a ele e privilegiaram a aliança com uma suposta “burguesia nacional progressista”, sem levar em conta seus compromissos com o capitalismo estrangeiro e relegando o conflito entre trabalho e capital a um segundo plano.⁶² Na opinião de Jacob Gorender, embora JK tivesse apoiado a entrada maciça de capital estrangeiro no Brasil, não teria sido incongruência do PCB apoiá-lo, pois, não sendo seu governo “entreguista”, mas “contraditório”, por conter

⁵⁸ Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, pp. 191-2.

⁵⁹ Gildo Marçal BRANDÃO, “Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964)”, *Lua Nova*, n. 15, p. 133.

⁶⁰ Anita Leocadia PRESTES, *Os comunistas brasileiros...*, pp. 40-1.

⁶¹ *Ibidem*, pp. 55-8.

⁶² *Ibidem*, p. 134.

setores “nacionalistas” e “pró-imperialistas”, tinha ao menos um plano de desenvolvimento econômico para o país. Teria havido então muitos atritos com os EUA, os quais não objetivariam que o Brasil tivesse um polo industrial, mas que continuasse exportando matérias-primas e importando manufaturas norte-americanas, e que só teriam aceitado a nova condição “quando o fato estava consumado”.⁶³

3.10 – O marxismo “heterodoxo” da revista Novos Tempos

Com maior força após 1956, as “heterodoxias” marxistas também passaram a reivindicar legitimidade, atraíram mais intelectuais ao marxismo e, com a comunicação maior entre os dois “blocos”, derrubaram as visões idílicas dos comunistas ocidentais sobre “o outro lado”. No Brasil, também ruiu a simbiose entre marxismo e Partido Comunista e surgiram inúmeros polos de irradiação marxista, processo agravado na década de 1960.⁶⁴ A corrente “renovadora”, cindida do PCB, aproveitará a pluralidade no MCI e a distensão nacional e internacional e defenderá as vias múltiplas para o socialismo, o nacionalismo, o “internacionalismo proletário” e a viabilidade ocasional do reformismo.⁶⁵ A revista Novos Tempos, fundada em setembro de 1957 separadamente do PCB como órgão da dita “Corrente Renovadora do Marxismo Brasileiro”, desenvolveu temas sufocados no Partido, descrevia a infalibilidade dos PC’s e tentava inserir seus colaboradores no movimento nacionalista.⁶⁶

A revista levou mais além a questão do stalinismo, pontuou suas origens na hipertrofia do Estado soviético e criticou a “volta a Lênin”, que só trocaria um dogmatismo por outro. Os “renovadores” não tinham consenso sobre a formação de um novo partido, mas concordavam que o modelo do PCB estava, no geral, ultrapassado e que era preciso aumentar a intervenção e a compreensão da conjuntura.⁶⁷ Evaldo Martins e Pedro Salústio esclarecem que a corrente teria surgido da impossibilidade de renovação do PCB, negam o caráter burguês do nacionalismo, que seria a forma brasileira de luta pelo socialismo, e antecipam a teoria da hegemonia operária viável apenas pela conquista de um governo que fizesse reformas de estrutura. Horácio Macedo professa um marxismo que estude o particular, não copie modelos

⁶³ “O PCB e sua atuação nos anos 50”, Revista Brasileira de História, v. 23, n. 45, pp. 305-6.

⁶⁴ Eric J. Hobsbawm, “O marxismo hoje: um balanço aberto”. In: Eric J. HOBSBAWM, História do marxismo, v. 11, pp. 20-2 e 48; Antônio Albino Canelas Rubim, “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil”. In: João Quartim de MORAES (Org.), História do marxismo no Brasil, v. 3, pp. 374-5.

⁶⁵ Edgard CARONE, A República Liberal, v. I, pp. 388-9.

⁶⁶ Raimundo SANTOS, A primeira renovação pecebista..., pp. 229 e 240-1. Alguns “renovadores” também fundaram o semanário O Nacional, mas não foi possível o acesso a uma quantidade suficiente de exemplares.

⁶⁷ Raimundo SANTOS, op. cit., pp. 231-45.

estrangeiros, liberte-se da cultura do “sim ou não” e não aplique Marx acriticamente à realidade, e chega a citar Kautsky e Trótski, entre outros, como bons autores críticos, mas combate o “revisionismo” como um “saco de gatos”. E Onaldo Freire Diniz apoia a linha do XX Congresso de caminhos plurais à revolução e atribui o “culto à personalidade” no PCB ao decalque da filosofia de Stálin, ao “prestismo” e ao cerceamento da democracia interna.⁶⁸

Porém, mesmo o discurso dos “renovadores”, apesar das ideias interessantes, ainda se ressentia das influências stalinistas e revela similaridades programáticas com o PCB.⁶⁹ Barata, sem dizer, sinalizará as “permanências” místicas em suas memórias ao confessar que, embora não domine filosofia bem, considera o “materialismo dialético” “o ponto mais exato e mais alto do pensamento humano”.⁷⁰ Eros Martins Teixeira postula o uso obrigatório de Lênin, reduzido ao seu viés etapista, e mantém as teses da “burguesia nacional” vacilante e da ligação entre dominação norte-americana, latifúndio e “atraso”. Osvaldo Peralva ainda distingue o nacionalismo “brasileiro”, que teria um caráter predominantemente econômico, do nacionalismo “burguês”, “fascista”, europeu e colonial. Ruy Fausto, ao traçar “as tarefas da revolução no Brasil”, mostra como a crítica dos “renovadores” ao PCB se limitava mais aos aspectos organizacionais e pouco atingia a teoria política, ainda muito semelhante. E Calvino Filho repele o ressurgimento dos trotskistas após o XX Congresso, julga “falsa” sua teoria, diz que Trótski difamava a URSS e lamenta os que foram executados por “sua” culpa.⁷¹

O próprio nome da publicação era uma inversão do título corrente em português de uma revista soviética oficiosa: Tempos Novos. Os resquícios do “passado”, a pouca ligação de massas e o receio em formar um partido organizado por medo do burocratismo prejudicaram a inserção do grupo no contexto político, e a prisão ao modelo tradicional de PC por parte de teóricos como Leôncio Basbaum, que dirá com ironia que Novos Tempos definiu porque todos arranjaram bons empregos, atritará com a política “para fora” dos nacionalistas. O PCB

⁶⁸ Em Novos Tempos (doravante NT), n. 1, set. 1957, apareceram: Evaldo Martins e Pedro Salústio, “Que é a Corrente Renovadora?”, pp. 14-8 e 22 (também em Edgard CARONE, Movimento operário no Brasil (1945-1964), v. II, pp. 92-102); Horácio Macedo, “Marxismo e dogmatismo”, pp. 2-8; Onaldo Freire Diniz, “O Culto à Personalidade de Stálin e seus reflexos no Brasil”, pp. 19-22.

⁶⁹ Luiz Flávio de Carvalho COSTA, Nacionalismo e alianças políticas..., pp. 131-2; Ronald H. CHILCOTE, O Partido Comunista Brasileiro..., pp. 121-3.

⁷⁰ Agildo BARATA, Vida de um revolucionário: memórias, pp. 358-60.

⁷¹ Eros Martins Teixeira, “Nossa revolução” (2 partes), NT, n. 1, set. 1957, pp. 23-9, e n. 2, out.-nov. 1957, pp. 20-7; Osvaldo Peralva, “O caráter popular do nacionalismo brasileiro”, NT, n. 3, dez. 1957, pp. 42-7; Ruy Fausto, “A burguesia nacional e as tarefas da revolução no Brasil”, NT, n. 6, maio 1958, pp. 26-9; Calvino Filho, “Trotskismo – Fantasma que quer materializar-se” (2 partes), NT, n. 3, dez. 1957, pp. 30-5, e n. 5, mar. 1958, pp. 18-22). Moniz Bandeira, “A verdade sobre L. Trotsky (Resposta ao sr. Calvino Filho)”, NT, n. 5, mar. 1958, pp. 23-5 e 33, em resposta a Calvino Filho, chama-o de “dogmático” que se esqueceu da “megalomania” de Stálin e argumenta que Trótski teria sido o primeiro a confirmar os temores de Lênin sobre a degenerescência burocrática do Estado soviético.

transpôs seus problemas políticos internos e lentamente se inseriu mais na conjuntura, mas os “renovadores” terminaram por se dispersar por não terem uma estratégia própria, não conseguirem formar uma unidade institucional ou organizacional e não conseguirem elaborar princípios político-teóricos norteadores comuns.⁷²

3.11 – O PCUS e o PCB fazem seus balanços de 1957

De 14 a 16 de novembro de 1957, diversos partidos comunistas e trabalhistas assinaram a Declaração de Moscou na Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Socialistas, a qual privilegiava o combate ao “revisionismo” e reafirmava as resoluções do XX Congresso sobre a transição pacífica, a correção dos erros e a derrocada do capitalismo. A crença no papel de vanguarda dos PC’s conviviam com o culto a Lênin e a Khrushchov, e no Brasil, ainda a Prestes, em menor grau, e no PCUS, a revitalização do CC e a “direção colegiada”, mais teórica do que prática, conviviam com o crescente poder do primeiro-secretário e a marginalização dos opositores.⁷³ Antes do fim de 1957, os soviéticos começaram uma campanha para reativar as relações diplomáticas e comerciais com o Brasil, propondo o oferecimento de produtos e benefícios a militares e comerciantes e de tecnologia.⁷⁴ Em entrevista a repórteres brasileiros, Khrushchov se mostra otimista com a possibilidade de retomar as relações com o Brasil com lucro para ambos, facilitada pela necessidade atual da “coexistência pacífica”, ainda que houvesse o perigo de novas guerras, especialmente as “locais”.⁷⁵

O sopro renovador do “relatório secreto” permaneceu no PCB até fins de 1957, quando se conteve a crítica ao “culto” na própria URSS e quando editoriais e artigos de cúpula refletiam a cautelosa adaptação tática à conjuntura e a algumas teses “renovadoras”.⁷⁶ Carlos Danieli elogia Lênin e a Revolução de Outubro pela derrota do “dogmatismo” e do

⁷² Leôncio BASBAUM, *Uma vida em seis tempos...*, p. 239; Raimundo SANTOS, *A primeira renovação pecebista...*, pp. 253-60 e 270. Basbaum defende a ideia em “Por um novo partido da classe operária”, NT, n. 5, mar. 1958, pp. 29-33. Raimundo Schaun e Hélio Oliveira, “Caminhos da renovação socialista no Brasil”, NT, n. 3, dez. 1957, pp. 36-9, haviam reprovado a formação de partido novo e preferido entrar em todos os movimentos de esquerda, mantendo independência e fidelidade a um programa comum.

⁷³ Franz Márek, “A desagregação do stalinismo”. In: Eric J. HOBBSBAWM (Org.), *História do marxismo*, v. 10, pp. 308-9; Panas FEDENKO, *A nova história do Partido...*, pp. 172-3; Nicolas WERTH. *Histoire de l’Union soviétique. De l’Empire Russe à la Communauté des États indépendants, 1900-1991*, pp. 438-40. Em 4 de janeiro de 1958 a VO publicou resolução, datada de dezembro, de apoio à Declaração e lançou o próprio texto da Declaração em suplemento do dia 18.

⁷⁴ Jordan M. YOUNG, *Brasil, 1954/1964...*, pp. 48-9.

⁷⁵ “Kruschiov fala à Imprensa Popular”, IP, 3 e 4/12/1957; “Entrevista de Krushev a NOTÍCIAS DE HOJE”, Notícias de Hoje, 3/12/1957.

⁷⁶ Raimundo SANTOS, *op. cit.*, pp. 14 e 219-24.

“revisão” da Segunda Internacional, cuja deformação do marxismo teria servido às classes dominantes e ido à bancarrota com a Primeira Guerra Mundial. Gorender, baseado na Declaração de Moscou, retorna à ideia da “luta em duas frentes”, mas afirma que cada PC, analisando a situação nacional, definirá qual dos dois é o maior perigo. No Brasil os dois seriam perigosos, o “dogmatismo” por ter cegado o Partido ao desenvolvimento capitalista, e o “revisão” por ter feito apologia dele, mas a luta principal seria, no momento, contra o “dogmatismo”, pois os outros Partidos possuiriam linhas justas no geral, enquanto o PCB teria um passado com predominância dos erros “sectários”.⁷⁷ Essa particularidade tática evidencia uma adaptação das diretivas imperantes no resto do MCI, coerente com a batalha interna processada na direção, agora sob comando do “centro pragmático”.

Além disso, esboçavam-se algumas bandeiras de destaque futuro, como a anistia dos processados políticos e o registro legal do PCB. Francisco Chermont informa que Prestes decidira se apresentar espontaneamente à polícia para “prestar declarações nos processos políticos a que responde”, os quais já duravam já nove anos, e afirma que os pedidos de prisão preventiva não fariam mais sentido diante das “condições políticas nacionais e internacionais” absolutamente diversas.⁷⁸ Na outra frente, respondendo a afirmação contrária do Diário de Notícias, um editorial da Imprensa Popular pondera que precisamente em ditaduras abertas ou períodos pouco democráticos, como o Estado Novo e o governo Dutra, é que os comunistas foram mais oprimidos, enquanto eles conheceram paz em momentos livres, como o imediato pós-guerra e o mandato de JK. O texto aponta ainda a incoerência de um regime dito “democrático” ao impedir a representação parlamentar das massas operárias e marginalizadas,⁷⁹ em cuja concretização os comunistas se empenhariam cada vez mais.

⁷⁷ Carlos Danieli, “A vitória da Revolução de Outubro, derrota do revisionismo e do dogmatismo”, VO, 26/10/1957; Jacob Gorender, “As direções da nossa luta ideológica”, VO, 14/12/1957.

⁷⁸ Francisco Chermont, “Insustentável, diante da lei, a prisão preventiva de Prestes”, IP, 2/11/1957.

⁷⁹ “A democracia e a legalidade do PCB” (editorial), IP, 2/11/1957.

CAPÍTULO 4

Os frutos da “desestalinização”: a “nova política” pecebista e a confirmação da “coexistência pacífica”

4.1 – Os incômodos externos e internos dos soviéticos

Desde a década de 1950, a URSS foi pragmática e cautelosa para com explosões revolucionárias e libertadoras nos países pobres, pois não pretendia expandir o socialismo para além de sua esfera ocidental e da área de influência chinesa no Oriente. Mesmo quando Fidel Castro declarou Cuba socialista, os soviéticos o apoiaram, mas não queriam criar problemas com os EUA. Até meados dos anos 1970, não havia indícios de pretensões em ampliar o “bloco”, pois Khrushchov acreditava na superação pacífica do capitalismo¹ e da “democracia burguesa”, que definia, em alocações de 1958-9, como o poder político dos exploradores econômicos, em contraste à “democracia socialista”, o poder político do proletariado. A “verdadeira democracia” dos países socialistas desfrutaria de liberdades que os capitalistas teriam tentado golpear, por exemplo, na Hungria, em 1956.²

Dentro da URSS, em 1958, a forte difamação contra Boris Pasternak e seu Doutor Jivago serviu de alerta a eventuais opositores, enquanto se popularizava o sistema samizdat de publicações autônomas. A intelligentsia opositora também aproveitava toda ocasião para intervir em debates legais ou publicações oficiais e criou, assim, uma fluida rede de relações que dificultava a censura. Nos anos Khrushchov, sobretudo após 1959, também explodiram greves em centros industriais significativos, mas isolados entre si, o que escasseava as informações e facilitava a dura repressão. Enfim, nessa época vão se incubando oposições religiosas, nacionalistas, acadêmicas e até intrapartidárias, afloradas sob Leonid Bréjnev.³

4.2 – Apuros socioeconômicos do governo Kubitschek

A aceleração do crescimento e a estabilidade política de 1958 não impediram que a economia nacional se exaurisse cada vez mais e o custo de vida subisse 17,3% no total do ano. Em abril, uma grave seca no Nordeste fez o governo sancionar leis de ajuda à região, que recebeu muito

¹ Eric J. HOBBSBAWM, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, pp. 423-4.

² Nikita KRUSCHIOV, *Socialismo e comunismo: trechos de entrevistas, informes e discursos pronunciados nos anos de 1956/1963*, pp. 61-7.

³ Fernando CLAUDÍN, *A oposição no “socialismo real”*: União Soviética, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Polônia: 1953-1980, pp. 13-4 e 18-23.

dinheiro e víveres. Em julho, a inflação galopante e o enorme déficit nas contas públicas também obrigaram a uma redução de 10 bilhões de cruzeiros no orçamento governamental, mesmo ao provável custo de retardar as obras de Brasília. Nos últimos meses do ano, cresciam no Sul e no Sudeste os protestos, duramente reprimidos, contra a inflação e o aumento do preço do transporte público, e no Nordeste, contra a inflação, a corrupção e a fome que ainda grassava, apesar da ajuda estatal.⁴ Em junho de 1958, o ministro da Fazenda José Maria Alkmin, considerado contrário às políticas do FMI, cedeu o cargo a Lucas Lopes, que lançou o Plano de Estabilização Monetária (PEM), enquanto JK, visando novos mercados, chegou a se mostrar favorável ao reatamento das relações comerciais com a URSS, o que lhe valeu elogios das esquerdas.⁵

4.3 – A absolvição de Prestes e a “Declaração de Março”

Com a perda de força do combate ao “culto à personalidade” também no PCB, no início de 1958, apareceram os rotineiros artigos laudatórios e congratulações de outros PC’s pelo aniversário de Prestes. Carlos Marighella, por exemplo, sintomaticamente dissecou a “personalidade” do secretário-geral e sua influência na história do Partido, das lutas sociais e do Brasil, e J. Armando de Castro associa a luta contra o “imperialismo” à sua trajetória política.⁶ Na crescente campanha pela revogação da ordem de prisão preventiva contra Prestes e outros militantes, Elias Chaves Neto descrê a efetividade do Programa que prevê a chocante “derrubada do governo”, abomina prisões baseadas na defesa de ideias e aponta o “anticomunismo” como “verdadeiro crime”.⁷ Mesmo assim, no geral, os comunistas conheceram liberdade no governo Kubitschek, a qual culminou, em março, com a revogação das ordens de prisão pelo juiz José Monjardim Filho, da 3.^a Vara Criminal do Distrito Federal.⁸ Os jornais comunistas novamente tecem loas ao líder, publicam resumos de toda a sua vida e recordam que os ex-réus, como condição, deveriam permanecer na Capital federal e comparecer em juízo todo dia 1.^o e 15 de cada mês para prestar esclarecimentos.⁹

⁴ Jordan M. YOUNG, *Brasil, 1954/1964: fim de um ciclo civil*, pp. 56-60.

⁵ Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. II, p. 127; Marly RODRIGUES, *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*, pp. 67-8; Boris FAUSTO, *História do Brasil*, pp. 432-3.

⁶ J. Armando de Castro, “Saudamos o 60.^o aniversário de LUIZ CARLOS PRESTES”, VO, 18/1/1958, onde também estão os parabéns internacionais; Carlos Marighella, “A personalidade de Prestes”, IP, 3/1/1958.

⁷ Elias Chaves Neto, “A liberdade de Luiz Carlos Prestes”, *Revista Brasiliense*, n. 15, jan.-fev. 1958, pp. 1-5. Também em Elias CHAVES NETO, *Sentido dinâmico de democracia*, pp. 58-62.

⁸ Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. I, p. 359.

⁹ “Após 10 anos de clandestinidade, Prestes volta ao convívio do povo brasileiro”, IP, 20/3/1958.

Dentro do PCB, deveria ser discutido em março o resultado da comissão que realizaria a autocrítica e o balanço dos debates, obtido em janeiro, mas um grupo composto por Giocondo Dias, Mário Alves, Jacob Gorender, Alberto Passos Guimarães, Armênio Guedes, Dinarco Reis e Orestes Timbaúba apresentou um texto alternativo, ratificado num Pleno do CC após intenso debate, com um voto de diferença. Conhecido como “Declaração de Março”, reconheceu a intensidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, a ser acelerado por uma política externa soberana e o fim do monopólio da terra. No Brasil, a contradição entre “nação” e “imperialismo norte-americano” deveria ser resolvida antes daquela entre burgueses e proletários, enquanto a etapa atual da revolução seria agora “anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática”. Sob as condições de “coexistência pacífica” mundial e de democratização do país, seria possível a luta pacífica pelo poder de um governo nacionalista e por reformas graduais e profundas. A frente única de hegemonia proletária e camponesa lutaria basicamente por uma política externa e economia independentes, pela reforma agrária, pela defesa de direitos trabalhistas já existentes aos camponeses, pela melhora no nível de vida do povo e pela consolidação da legalidade democrática.¹⁰

A “Declaração de Março” absorveu veladamente várias teses do grupo “renovador”, oficialmente combatido pela direção, consolidou a liderança do “centro pragmático” no CC e respaldaria as mais diversas alianças políticas nas eleições de 3 de outubro para governadores e deputados, especialmente do PTB.¹¹ Ainda que a “autocrítica” não fosse profunda, a tática sofreu certas alterações em direção a algum realismo e a vida partidária se liberalizou em parte. Todavia, ao dizer que teria finalmente aprofundado seu contato com as massas, o PCB, ao mesmo tempo, desvalorizava em bloco todo o seu passado, mesmo relativos sucessos como a formação da ANL em 1935, e superestimava a situação real daquela ligação, que ainda exigia considerável reforço.¹² Já a submissão do conflito entre trabalho e capital à meta de um capitalismo autônomo desconsiderou a aliança dos capitalistas brasileiros com os interesses estrangeiros, permanecendo a cópia de Lênin, para quem o proletariado russo teria

¹⁰ “Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil”, VO, 22/3/1958; Ronald H. CHILCOTE, O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração – 1922-1972, pp. 123-4; Moisés VINHAS, O Partidão: A luta por um partido de massas (1922-1974), p. 181; José Antonio Segatto, “Apresentação”. In: Raimundo SANTOS, A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957), pp. III-IV; José Antonio SEGATTO, Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964), pp. 78-9; Wladimir POMAR, Pedro Pomar, uma vida em vermelho, pp. 225-6. A declaração também pode ser encontrada em Edgard CARONE, O P.C.B. (1943 a 1964), v. 2, pp. 176-96; PCB: Vinte anos de política – 1958-1979 (documentos), pp. 3-27; EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000, pp. 513-32.

¹¹ Edgard CARONE, A República Liberal, v. I, pp. 360-3.

¹² Anita Leocadia PRESTES, “A que herança os comunistas devem renunciar?”, Oitenta, v. 4, pp. 216-7.

“interesse” em se aliar à “burguesia nacional” por sofrer mais com o “imperialismo” e com o atraso capitalista do que com seu desenvolvimento.¹³

Gorender defende que a “Declaração de Março” teria formalizado uma política já vigente na prática, mas ainda rejeitada pelos “conservadores” do CC, por isso o documento foi elaborado fora do organismo e “jogado na mesa como fato consumado” com a anuência de Prestes.¹⁴ Na verdade, o XX Congresso do PCUS, num momento “não revolucionário”, preferira favorecer movimentos de “frente única” pelas “liberdades democráticas burguesas” e pela “independência e soberania nacional”, e mesmo Stálin, no XIX Congresso de 1952, recomendara aos PC’s recolherem “a bandeira da soberania nacional e das liberdades democráticas burguesas”, que a burguesia teria jogado fora em prol de sua dominação de classe.¹⁵ Além disso, a visão “nacional-democrática” da revolução estava difundida no Brasil e permeou várias correntes intelectuais e personalidades de esquerda, e o próprio ISEB, em sua maioria, considerava o fim da contradição entre “nação” e “antinação” mais urgente do que a resolução da luta de classes. E Kubitschek, acrescentando a estabilidade democrática, deu tranquilidade aos comunistas, permitiu-lhes ocupar cargos públicos e preparou o terreno para a absolvição de Prestes, fatos também importantes para entender a declaração.¹⁶

Em documento lançado logo após a “Declaração de Março”, Prestes condena os erros do PCB na aplicação do “marxismo-leninismo”, mas critica o “dogmatismo” e a má análise da realidade brasileira. O secretário-geral rejeita as teses anteriores da estagnação econômica, da colonização crescente, dos golpes contra a burguesia “nacional-reformista” e da “apriorística” Frente Democrática de Libertação Nacional com seu privilégio da luta armada. Por fim, clama por uma política de mudanças progressistas graduais, mas sem a queda no “reboquismo” à burguesia, na negação dos “êxitos” passados e no “reformismo”.¹⁷ Prestes cedia ao fato da burguesia do Brasil, apesar da pujança, não ter força nem unidade para defender seus

¹³ Anita Leocadia PRESTES, Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB, p. 151.

¹⁴ Jacob GORENDER, “O PCB e sua atuação nos anos 50”, Revista Brasileira de História, v. 23, n. 45, p. 305.

¹⁵ Herbert MARCUSE, El marxismo soviético, pp. 74-8; Elias Chaves Neto, “Legalidade socialista”, Revista Brasiliense, n. 8, nov.-dez. 1956, p. 59 (o artigo também se encontra em Elias CHAVES NETO, Sentido dinâmico de democracia, pp. 49-57).

¹⁶ Ronald H. CHILCOTE, O Partido Comunista Brasileiro..., pp. 116-7; Caio Navarro de Toledo, “Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB”. In: Reginaldo MORAES, Ricardo ANTUNES e Vera B. FERRANTE (Orgs.), Inteligência brasileira, pp. 225, 238 e 240; Marcos Del Roio, “A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo”. In: João Quartim de MORAES e Marcos DEL ROIO (Orgs.), História do marxismo no Brasil, v. 4, p. 92. Prestes, em Dênis de MORAES e Francisco VIANA, Prestes: lutas e autocríticas, p. 156, qualifica a linha de 1958 como “direitista” e afirma que “Nós saímos de uma posição esquerdista para cair no desenvolvimentismo do ISEB”.

¹⁷ Luiz Carlos Prestes, “É indispensável a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política”, VO, 29/3/58. Também em Edgard CARONE, O P.C.B..., pp. 196-202; PCB: Vinte anos de política..., pp. 29-36.

interesses políticos diante de outras classes, o que fez vários grupos nacionalistas, inclusive o PCB, serem os guardiões da chamada “burguesia nacional” ou “progressista”.¹⁸ Caio Prado Júnior lembra que a teoria pecebista da revolução adviera do decalque que o Komintern fizera das análises de Lênin sobre a Rússia para outros países pobres, chamados de “coloniais, semicoloniais e dependentes” por supostamente estarem passando do “feudalismo” para o “capitalismo” e, por isso, devendo a etapa da revolução ser aí “democrático-burguesa”.¹⁹

4.4 – Avanços e retrocessos do “khrushovismo”

Em fins dos anos 1950, a tensão entre os “blocos” se amenizava com as mudanças internas nas superpotências, como a superação do macarthismo por Eisenhower e o “degelo” de Khrushov, ou em outros países, como a aquisição de considerável autonomia por nações como a China, a Inglaterra e a França. Tal cenário favoreceu a visita do líder soviético aos EUA, em 1959, e medidas para diminuir a tensão nuclear, na década de 1960.²⁰ Por outro lado, a reedição de 1959 da História do PCUS mantém a primazia da URSS na interpretação marxista contra o “revisionismo” e elogia uma “coexistência pacífica” e uma “democracia intrapartidária” contrastantes com o armamentismo soviético e com a derrota dos inimigos de Khrushov em 1957. A nova edição reconhece certos atrasos na ciência e na cultura sob Stálin, mas vê a repressão como útil para a segurança nacional. Prosseguem as loas ao ditador morto e a atribuição do exagero de seu “culto” a fatores psíquicos, sem mencionar o controle do primeiro-secretário sobre a arte e a literatura. A partir de 1959, a corrida armamentista, os erros na agricultura, o desperdício, a corrupção e o alto custo da burocracia conseguiram diminuir, e até mesmo retroceder, os progressos conquistados desde 1953.²¹

4.5 – Agravam-se os impasses econômicos do governo JK

Ao longo de 1959, aumentaram muito os preços de consumo e a escassez de gêneros, principalmente por causa de secas, enchentes e estocagens de negociantes contrários aos

¹⁸ Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. I, p. 142.

¹⁹ Caio PRADO JUNIOR, *A revolução brasileira*, pp. 36-7 e 65-6.

²⁰ Marly RODRIGUES, *A década de 50...*, pp. 12-3.

²¹ Panas FEDENKO, *A nova história do Partido Comunista Soviético*, pp. 9-12, 149-55, 161-3 e 179; Isaac DEUTSCHER, “O fracasso do kruschevismo”. In: _____, *Ironias da História: Ensaio sobre o comunismo contemporâneo*, pp. 154-6; Daniel Aarão REIS FILHO, *Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético*, pp. 201-2; Nicolas WERTH, *Histoire de l'Union soviétique. De l'Empire Russe à la Communauté des États indépendants, 1900-1991*, pp. 447-50.

tabelamentos, e estouravam as consequentes greves e manifestações, como o “Comício do Feijão”, com medidas governamentais para preveni-las e sufocá-las.²² Na cúpula, JK interrompeu, a 6 de junho, as negociações conduzidas por Lucas Lopes desde o início do ano para a renovação de empréstimos do FMI, cujas condições levariam, segundo o governo, à ingerência externa na política econômica e a futuras inquietações sociais. A indecisão sobre o plano de estabilização, os ataques de nacionalistas e comunistas e o olho na sucessão presidencial favoreceram a ruptura, o que marcou o abandono final do plano, a demissão de Lopes da Fazenda e sua substituição por Sebastião Pais de Almeida e a saída de Roberto Campos do BNDE. Assim, afirmando que o país poderia desenvolver sua economia por conta própria, o presidente angariou a simpatia de vários setores.²³ E a 9 de dezembro, enfim, o Brasil assinou em Moscou o primeiro acordo comercial com a URSS, como resultado de dois anos de negociações começadas pelos soviéticos, prevendo um intercâmbio de mercadorias com um crescente valor igual por ambas as partes a cada ano, num prazo de três anos.²⁴

4.6 – O PCB tenta se reerguer de seus abalos

No início de 1959, a *Voz Operária* aludiria às lutas nacionalistas e operárias, destacará, sem críticas ou debates, o XXI Congresso do PCUS (27 de janeiro a 5 de fevereiro), em que o “culto” a Khrushchov será moeda corrente, e publicará vários de seus documentos com a reafirmação dos princípios do XX Congresso.²⁵ A imprensa havia buscado se reerguer com o lançamento das revistas teóricas *Estudos Sociais*, em maio de 1958, e *Problemas da Paz e do Socialismo*, em março de 1959, que era quase uma cópia de uma revista internacional pró-URSS, mas com um “marxismo-leninismo” menos “engessado”.²⁶ Em fevereiro, o PCB substituiu a *Voz Operária* pelo semanário *Novos Rumos*, que deveria se integrar à frente nacionalista e democrática com base num marxismo não sectário.²⁷ Em seu primeiro ano de

²² Jordan M. YOUNG, *Brasil, 1954/1964...*, pp. 68-9; Marly RODRIGUES, *A década de 50...*, p. 67.

²³ Jordan M. YOUNG, *op. cit.*, pp. 70-1; Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. II, pp. 133-4; Boris FAUSTO, *História do Brasil*, pp. 434-6; Lúcio Flávio Rodrigues de ALMEIDA, *A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*, p. 273. Aparentemente Kubitschek estava num beco sem saída, pois a economia continuaria mal, fosse a solução adotada “ortodoxa” ou “nacionalista”. A política “ortodoxa”, porém, não renderia prestígio, então o presidente parece ter “fugido para frente”, comprometendo a economia, mas ao menos recebendo matizado sustento ideológico.

²⁴ Jordan M. YOUNG, *op. cit.*, p. 75.

²⁵ Para o XXI Congresso, cf. principalmente VO, 31/1, 7 e 21/2/1959, tendo sido publicados no dia 21 os principais trechos do informe de Khrushchov ao congresso.

²⁶ Antonio Albino Canelas RUBIM, *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*, pp. 35-6.

²⁷ Antônio Albino Canelas Rubim, “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil”. In: João Quartim de MORAES (Org.). *História do marxismo no Brasil*, v. 3, pp. 392-4.

existência, aparecerão a “luta em duas frentes”, o início da campanha à Presidência da República, os impasses internacionais, elogios à Revolução Cubana e a fé na chegada iminente do comunismo na URSS. Quando apareceu *Novos Rumos*, os diários foram fechados para que a imprensa partidária se concentrasse apenas nele e em *Estudos Sociais*, mas as dificuldades financeiras que determinaram os encerramentos também atingiriam a revista, que sairia em periodicidade irregular e com dificuldades²⁸.

Marca da renovação pretendida com a “Declaração de Março”, a criação da revista *Estudos Sociais*, dirigida por Astrojildo Pereira e publicada até 1964, procurou democratizar e avançar as discussões dentro do marxismo e com outros grupos no Brasil e levar a sério a provisão do PCB com maior independência e vigor intelectual. Ela também buscou ligar as questões postas pelos comunistas à cultura geral produzida então, pretendida nacional e popular e símbolo de uma rica tomada de consciência sobre os problemas brasileiros.²⁹ Mesmo sem discutir questões internas do Partido, superou a qualidade de outras publicações comunistas, como a revista *Problemas*, ao se abrir para mais autores e correntes de esquerda, tornando-se um símbolo da pluralidade do marxismo, e trazer mais artigos teóricos com predominância de autores brasileiros e menos apologéticos ou programáticos. Porém, ainda se “ousava” pouco, pois o CC controlava indiretamente a publicação, a linha editorial e a escolha dos artigos, permanecendo polêmicas, ao menos inicialmente, a divulgação de autores jovens à época ou considerados “heréticos” com relação à URSS.³⁰

Apresentando a revista *Estudos Sociais*, os editores reconhecem a insuficiência teórica do marxismo no Brasil por ele ter curta tradição e por já ter chegado como um sistema “dogmático fechado”, o que pretendem sanar pelo diálogo com não marxistas e marxistas de fora do PCB para enriquecer o pensamento nacional e intervir melhor na realidade.³¹ Os artigos teóricos, no geral, defenderão a linha partidária sobre o nacionalismo, o capitalismo e o campo. Entre outros, Fragmon Carlos Borges defende a existência pretérita do feudalismo no Brasil como definidor de sua configuração agrária e dos empecilhos atuais ao progresso. Moacyr Paz aponta o capital estrangeiro como o maior dano à independência e ao desenvolvimento nacional. Para Manuel Paiva, a superação do domínio “imperialista” e das relações agrárias “pré-capitalistas” completaria a etapa “nacional e democrática” da

²⁸ Santiane ARIAS, *A revista Estudos Sociais e a experiência de um “marxismo criador”*, pp. 40-1 e 49.

²⁹ Leandro KONDER, *A democracia e os comunistas no Brasil*, pp. 110-1; Gildo Marçal BRANDÃO, “Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964)”, *Lua Nova*, n. 15, p. 142; Celso Frederico, “A política cultural dos comunistas”. In: João Quartim de MORAES (Org.), *História do marxismo no Brasil*, v. 3, pp. 338-40.

³⁰ Santiane ARIAS, *op. cit.*, pp. 10-2 e 54.

³¹ “Apresentação”, *Estudos Sociais*, n. 1, maio-jun. 1958, pp. 3-4.

revolução, que deveria também elevar a questão agrária ao mesmo nível da questão nacional. E Alberto Passos Guimarães argumenta que o monopólio da terra, um resquício “feudal”, em certas regiões do Brasil teria obstado o desenvolvimento econômico delas, enquanto seriam mais prósperas as regiões em que os trabalhadores rurais eram mais “livres”.³²

Em janeiro de 1959, a Editorial Vitória publicou um opúsculo de Prestes em que reafirma as convicções na política do XX Congresso e da “Declaração de Março”, com retificações e atualizações conforme os fatos nacionais e internacionais. A nova linha do PCB, segundo o secretário-geral, teria gerado sucessos em 1958, ano de maior desenvolvimento industrial e maior avanço de candidatos nacionalistas que poderiam mudar os rumos do governo. Entretanto, ainda se notam na profissão teórica a tese dos “restos feudais” na agricultura, a superposição da questão nacional à democrática, a “luta em duas frentes” e os pedidos de melhor aplicação do “marxismo-leninismo” na busca dos sucessos, já que supostamente apenas o Partido poderia representar os interesses operários.³³ Em junho, Pedro Pomar, convidado ao congresso do PC romeno em Bucareste, viu pela primeira vez a China rejeitar a imposição da política soviética aos outros PC’s. Pomar, representando a opinião do PCB, apoiou a URSS, embora afirmasse pessoalmente simpatizar com algumas teses chinesas. Ouvindo seus relatos, os militantes brasileiros teriam se impressionado com o atrito sino-soviético, mas o ignoraram até sua explosão aberta, no transcorrer de 1960.³⁴

4.7 – O PCB diante da sucessão presidencial e do fim dos anos 1950

As articulações para a escolha de candidatos às eleições presidenciais de 1960 promoveram um grande racha na maioria dos partidos, que se dividiram em vários grupos interpartidários nacionalistas ou conservadores no Congresso.³⁵ Em meados de 1959, já estavam confirmados como principais candidatos Jânio Quadros, do PTN, a quem logo a UDN declararia apoio e tentaria fornecer um vice, e o marechal Lott, do PSD, que prometeria continuar a política econômica de Kubitschek, rejeitaria a oferta de apoio dos comunistas e progressivamente se

³² Apareceram em Estudos Sociais: Fragmon Carlos Borges, “Origens históricas da propriedade da terra”, n. 1, maio-jun. 1958, pp. 44-60; Moacyr Paz, “Capitais estrangeiros – fator limitante de desenvolvimento”, n. 2, jul.-ago 1958, pp. 140-53; Manuel Paiva, “Os fundos de colonização e sua importância para a questão agrária brasileira”, nn. 3-4, set.-dez. 1958, pp. 289-301; Alberto Passos Guimarães, “Alguns aspectos da formação histórica dos engenhos e das fazendas”, n. 6, maio-set. 1959, pp. 166-79.

³³ Luiz Carlos PRESTES, A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático. Aparentemente o mesmo documento, com ligeiras modificações, saiu como suplemento da VO de 31 de janeiro, sob o título “A situação política e a posição dos comunistas”.

³⁴ Wladimir POMAR, Pedro Pomar..., pp. 230-1.

³⁵ Marly RODRIGUES, A década de 50..., pp. 72-3.

aproximaria do PTB e da escolha de João Goulart como vice.³⁶ Em artigo oficial, Prestes valoriza o poder das eleições no esclarecimento político do povo, elogia os atos populares e nacionalistas de JK, apesar das “concessões” aos EUA, e associa o clima democrático do Brasil à distensão internacional. Conforme análise dos candidatos, Quadros seria um “entreguista” que estaria fazendo demagogia com os erros de Kubitschek, e Lott, um conservador anticomunista, mas com o mérito da indicação pelo PTB e da participação no movimento “antigolpista” de 1955. Sem optar por ninguém, o PCB lança um programa mínimo nacionalista, democrático e popular que o candidato deveria seguir.³⁷

Desde a “Declaração de Março”, o PCB, praticamente “semilegal”, retomou parte da antiga ligação com as massas e adquiriu uma influência política e cultural impensável nos anos da clandestinidade explícita. Mesmo assim, nem todos os analistas comemoram a nova fase. De acordo com Leôncio Basbaum, no fim dos anos 1950, o Partido teria desaparecido como força política organizada e como polarizador dos grupos e indivíduos progressistas. A estagnação, certamente exagerada, teria advindo dos “erros” táticos, do alheamento aos problemas do país, da gravitação em torno da política externa da URSS, da luta interna aberta em 1956, da “desmoralizante venda de votos” e da associação a sindicalistas “pelegos”.³⁸ Atendo-se à ideologia, Santos escreve que o enfraquecimento da “alma comunista” no PCB teria se dado ao custo da negação do stalinismo assimilado ao longo da década, do progressivo afastamento das teses leninistas a respeito da transformação social e da crítica ao modelo soviético de sociedade.³⁹ De qualquer forma, daí para frente apenas se agravaria a mudança da organização partidária comunista para algo mais parecido com o que era usual na política brasileira, uma “nacionalização”, em outras palavras.

³⁶ Jordan M. YOUNG, *Brasil, 1954/1964...*, pp. 78-80

³⁷ Luiz Carlos Prestes, “Os comunistas e a sucessão presidencial”, *Novos Rumos* (doravante NR), 4-10/9/1959. Também em Edgard CARONE, *O P.C.B...*, pp. 202-9.

³⁸ Leôncio BASBAUM, *História sincera da República*, v. 3, p. 230.

³⁹ Raimundo SANTOS, “O PCB e o pecebismo contemporâneo”. In: _____, *O pecebismo inconcluso: escritos sobre ideias políticas*, p. 54.

CAPÍTULO 5

O arranque da “desestalinização”: rupturas e o fim definitivo do monolitismo marxista

5.1 – Khrushchov e seu otimismo “pacifista” exacerbado

No início dos anos 1960, Khrushchov estava demasiado otimista quanto às conquistas do socialismo e à “falência” capitalista. Sua inevitável superioridade seria fruto de uma doutrina “correta” e “justa” e do “governo operário” e, ainda que os números não fossem tão bons, o líder a construção, a habitação, a indústria, a economia, a saúde e os índices de bem-estar para provar sua tese. Também falariam por si as mulheres, a juventude, os sindicatos e, acima de tudo, a educação em todos os níveis, impulsora do progresso técnico e científico. O mundo socialista, sobretudo o “bloco soviético”, estaria bastante unido, embora não se fale em coesão forçada, mas em “amizade”, “igualdade”, “colaboração mútua” e “fraternal”. Khrushchov traça ainda a influência do socialismo, sobretudo da URSS, para a paz e o equilíbrio mundiais e na luta de vários países jovens ou pobres pela libertação política, social e econômica.¹

Ao menos na documentação oficial, a Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários, que reuniria 81 agremiações entre novembro e dezembro de 1960, parecia confirmar tamanha esperança. O fortalecimento e a supremacia do sistema socialista mundial, a possibilidade e a necessidade da “coexistência pacífica”, a inevitável derrocada do colonialismo, as vias múltiplas ao socialismo e as conquistas operárias estariam confirmando o ideário vigente do PCUS e o de conferências anteriores. Poderiam se evitar guerras entre os dois “blocos”, mas não entre os grandes capitalistas ou dentro do “bloco capitalista”, enquanto os países neutros e colônias estariam rejeitando as “agressões” dos EUA e de outras potências e se solidarizando contra as “provocações” à URSS. Os países capitalistas e os territórios dominados por eles deveriam passar por um processo de desarmamento, mobilização e pacificação, mas veladamente os soviéticos não garantiriam fazer o mesmo.²

Descontada a apologética, nos anos 1960, o desarmamento, a descolonização e o desenvolvimento foram mesmo as principais metas da humanidade. Porém, a despeito das

¹ Nikita KRUSCHIOV, Socialismo e comunismo: trechos de entrevistas, informes e discursos pronunciados nos anos de 1956/1963, pp. 5-11, 12-40, 75-87 e 89-95.

² “APELO AOS POVOS DO MUNDO por 81 Partidos Marxistas-Leninistas” (excerto extraído de Political Affairs, jan. 1961, pp. 32-6) apud C. Wright MILLS, Os marxistas, pp. 412-7; “Declaração da Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários”, NR, Suplemento Especial, 16-22/12/1960 (também em Problemas da Paz e do Socialismo, n. 12, dez. 1960, pp. 9-34). Prestes respaldará o documento em “A Conferência dos Partidos Comunistas e operários”, NR, 30/12/1960-5/1/1961.

restrições ao arsenal bélico nuclear, ele ainda representava uma renda maior do que as de todos os países do “terceiro mundo” somadas, o que mostra como EUA e URSS continuaram a controlar o mundo na base da força.³ Para Khrushchov, com a eliminação dos antagonismos de classes, não seria mais necessária a ditadura, pois o equilíbrio de forças estaria tão a favor do socialismo que ele poderia vencer pela competição pacífica, numa coexistência tão necessária quanto mais sofisticado fosse o poder de destruição do arsenal atômico mundial. Mao Zedong, fiel ao modo como tomou o poder, não tinha a mesma ideia e, junto a movimentos guerrilheiros e libertadores do Sudeste Asiático e da América Latina, postulava uma guerra mais prolongada rumo ao socialismo, em que a iniciativa do povo seria mais decisiva do que os grandes armamentos.⁴ Era o germe do maior racha na história do MCI.

5.2 – A campanha eleitoral e o Brasil no limiar dos anos 1960

A partir de 1960, o Brasil buscou laços com os países do “terceiro mundo”, enquanto crescia a causa da reaproximação com o bloco socialista. A posição financeira do país não progredira nos últimos 12 meses, e em janeiro de 1960, o governo anunciou racionamentos, austeridade nos gastos públicos, possível intervenção em greves “ilícitas” e congelamento de salários. Em discurso por rádio, a 5 de fevereiro, fazendo um balanço de 1959, Kubitschek elogiou o progresso da indústria e da infraestrutura, mas lamentou o aumento de 100% no custo de vida desde sua posse, a crescente inflação, a queda do ritmo de industrialização e de investimento estrangeiro e a falta de trabalho especializado e de uma firme base agrícola. Entre os dias 23 e 25, o presidente Eisenhower visitou o Brasil como parte de uma viagem de boa vizinhança pela América Latina,⁵ e a 21 de abril foi inaugurada Brasília, onde já estariam funcionando, na posse do presidente seguinte, o governo e a maior parte dos ministérios.⁶

O estilo de governo e a presença ou ausência de certas propostas e ações em JK talvez façam parecer paradoxal o apoio que o PCB lhe dispensou. A interdição do voto aos analfabetos, a manutenção da estrutura sindical herdada do Estado Novo, o desenvolvimento capitalista com massiva ajuda estrangeira, o compromisso de não legalizar o Partido Comunista e a paralisação do debate sobre a reforma agrária desmentem parte do

³ José Jobson de Andrade ARRUDA, *História moderna e contemporânea*, p. 417.

⁴ Neil Harding, “Violência”. In: Tom BOTTOMORE (Ed.), *Dicionário do pensamento marxista*, p. 404.

⁵ Jordan M. YOUNG, *Brasil, 1954/1964: fim de um ciclo civil*, pp. 83, 92, 94-5 e 99-100. Em janeiro, quando o Ministério das Relações Exteriores anunciou a visita, o PCB solicitou que seus militantes não se envolvessem em atividades hostis contra o presidente, mas que mostrassem rejeição ao “imperialismo ianque”. Cf. *Ibidem*, p. 94.

⁶ Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. II, p. 135.

progressismo que frequentemente se lhe atribuía. Mesmo Lott, seu pretense continuador, era igualmente contra a legalização do PCB e a retomada das relações com os países socialistas.⁷ Apesar dos obstáculos, o apoio dos comunistas a Lott deveu-se especialmente à ligação dele com os nacionalistas e com os apoiadores do movimento de 1955 e por seu apoio ao programa de “reformas de base” do PTB,⁸ mas a concentração na discussão do Projeto de Teses para seu V Congresso os impediu de participar mais ativamente na disputa eleitoral.⁹

Pressionado a envolver-se mais na campanha, Lott renunciou ao Ministério da Guerra a 12 de fevereiro, enquanto o PTB indicou, em sua convenção dos dias 17 e 18, a chapa Lott-Jango, com um programa de posições nacionalistas a respeito do direito de greve, da legislação social, da reforma agrária e da remessa de lucros. Luiz Carlos Prestes, em março, publicou um manifesto incitando o voto em Lott, que confirmou, porém, não querer legalizar o PCB, caso eleito, por considerá-lo “filial” de uma potência estrangeira. Em comício em São José dos Campos, a 27 de maio, Lott definiu os dez pontos do programa de governo, entre eles a inviolabilidade da Petrobrás, a nacionalização e o desenvolvimento das fontes de energia, a integração nacional sob o símbolo de Brasília e o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro. Falando em Porto Alegre no dia 28, Quadros ressaltou o combate à corrupção, a continuação das obras da nova capital, a reforma agrária no Nordeste e um controle severo na remessa de lucros e dividendos de companhias estrangeiras no Brasil.¹⁰

5.3 – O PCB discute as Teses para seu V Congresso

Em abril de 1960, a direção do PCB lançou um projeto de Teses a serem debatidas em preparação para o V Congresso do Partido, a ocorrer em agosto. Elas confirmam o sucesso do sistema socialista, das guerras de libertação nacional, da “coexistência pacífica” e da ideia das vias múltiplas para o socialismo, mas prossegue a rejeição da “colaboração de classes” e do “revisonismo”. O desenvolvimento brasileiro teria como “travas” a dependência externa, o monopólio da terra e as relações “pré-capitalistas” de trabalho no campo. O governo JK ainda é considerado “dual”, o que justificaria suas concessões ao “imperialismo”. As contradições

⁷ Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, “Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64”. In: Antonio Carlos MAZZEO e Maria Izabel LAGOVA (Orgs.), *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*, pp. 105-7. O autor deixa subentendido que o PCB teria apoiado JK incondicionalmente, o que não é verdade, vistas as várias ressalvas apontadas em capítulos anteriores desta monografia.

⁸ Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. I, p. 365.

⁹ Wladimir POMAR, *Pedro Pomar, uma vida em vermelho*, p. 235.

¹⁰ Jordan M. YOUNG, *Brasil, 1954/1964...*, pp. 86-9.

de resolução mais urgente seriam aquela entre nação e “imperialismo” norte-americano e aquela entre forças produtivas em expansão e monopólio da terra, sendo secundária, por enquanto, aquela entre proletariado e burguesia. A atual etapa da revolução seria “anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”, com as tarefas nacionais mais prementes do que as democráticas. O proletariado deveria conquistar, e não impor, sua hegemonia na frente única, em que os trabalhadores ainda não combateriam a burguesia, mas lutariam a seu lado e a impeliriam à por um governo nacionalista e democrático nos marcos do atual regime. Há uma autocritica do passado do Partido, mas a imputação de erros de “direita” ou de “esquerda” aos discordantes das Teses já descredencia de antemão inúmeras críticas. Por fim, defende-se a legalidade do PCB como sinal de uma verdadeira democratização política.¹¹

A abertura de uma “Tribuna de Debates” nos Novos Rumos para um confronto aberto de posições sobre as Teses já mostra a grande diferença com relação aos preparos do IV Congresso.¹² Anulada a ação do grupo de Agildo Barata, extravasaram os conflitos contidos entre os dois principais grupos, o majoritário de Prestes, taxado de “direitista”, e o minoritário de Amazonas, Grabois e outros, rotulado como “esquerdista”. Suas propostas comuns eram a etapa “anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática” da revolução, a participação da “burguesia nacional” na frente única e a luta contra o sectarismo “passado”, mas discordavam quanto à participação dos fazendeiros e burgueses e ao grau de adesão à “via pacífica” e de reconhecimento da importância do desenvolvimento capitalista, pontos “superestimados” nas Teses, segundo os opositores. Os artigos, como em 1956 e 1957, revelam amplo e razoável contato com os “clássicos”, mas lidos e assimilados de forma dogmática.¹³

O grupo contrário à direção será o primeiro e mais enfático a se manifestar. Para Maurício Grabois, a “Declaração de Março” e as Teses “embelezam” o capitalismo, criam uma frente única de composição prejudicial, induzem à “passividade” das massas e têm a mesma matriz dos recentes “erros de direita”. Propõe várias teses alternativas, muito ligadas ao Programa de 1954, mas com várias semelhanças às Teses, como a etapa atual da revolução. Pedro Pomar, adepto das “soluções radicais”, ataca a sobrevalorização da burguesia, a “apologia do capitalismo” sem citar suas mazelas e a linha “direitista” da Declaração, das Teses. Calil Chade lamenta o “tumulto” do debate de 1956 e 1957 e pede um novo, mas sob a “dupla luta” contra o “sectarismo” e o “revisonismo”, a verdadeira correção dos erros e uma

¹¹ “Teses para discussão” (suplemento especial), NR, 15-21/4/1960.

¹² José Antonio SEGATTO, *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*, pp. 83-4; Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB*, p. 102.

¹³ Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *op. cit.*, pp. 103 e 148.

“autocrítica” da “Declaração de Março” e do período posterior, contra as ideias de Caio Gabriel e Barata, impostas “de cima”. E Carlos Danielli chama a declaração de “oportunista”, afirma que as Teses, “eccléticas” e “reformistas”, negam os sucessos do PCB, superestimam o desenvolvimento do capitalismo e não unem as lutas camponesas às nacionais e operárias, e pensa não estar a frente única levando em conta as reivindicações das massas.¹⁴

Entre os oficiosos, Jacob Gorender, refletindo o “retorno a Lênin”, invoca a atualidade das ideias do líder, tira Stálin veladamente da lista dos “clássicos”, não o cita ao falar do sucesso soviético na Segunda Guerra Mundial e não usa o termo “marxismo-leninismo”. Em outro texto, já aludindo claramente a Grabois e defendendo as Teses, acusa-o de deturpar a Declaração, que não louvaria o capitalismo, nem teria sido imposta de cima, mas nascido de longa discussão, e de omitir as inovações dos documentos posteriores. Mário Alves também rebate Grabois e pensa que as Teses não embelezam o capitalismo, mas apontam suas mazelas, não adulam a burguesia, pois a chamam de “inconsequente”, não separam as tarefas nacional, democrática e agrária nem impõem o “caminho pacífico”. Hércules Corrêa Reis imputa os “erros” à má aplicação da “Declaração” pelos dirigentes “sectários” e vê o aumento do trabalho nas bases como condição para a mobilização das massas. E até mesmo Diógenes Arruda faz uma autocrítica da linha anterior sem citar a si mesmo e tenta conciliar com os opositores das Teses ao escrever que elas corrigiriam os erros “de direita” da “Declaração”.¹⁵

Os discordantes não esmoreceram facilmente. Danielli, por exemplo, afirma que as Teses não citam a composição de classe do povo, no qual não poderia haver latifundiários e burgueses “imperialistas”, e que o “caminho pacífico” ainda não é uma possibilidade pronta. Chade reserva à “Declaração de Março” as qualidades de “espontaneísta”, “reboquista”, “direitista”, “revisionista” e “subjetivista”, com uma tática desvinculada da estratégia, apoio à burguesia e ao “nacional-reformismo” do ISEB e menosprezo do trabalho dentro do Partido e entre as massas. Pomar rejeita nas Teses a postura “conciliatória” e “acrítica” na descrição de uma burguesia “inconsequente” e da história de sua atuação na política nacional e pontua que

¹⁴ Maurício Grabois, “Duas concepções, duas orientações políticas” (3 partes), NR, 22-28/4, 29/4-5/5 e 6-12/5/1960; Pedro Pomar, “Análise marxista ou apologia do capitalismo?”, NR, 6-12/5/1960 (também em Luís Maklouf CARVALHO et al., Pedro Pomar, pp. 114-8); Idem, “Ainda sobre a apologia do capitalismo” (2 partes), NR, 10-16/6 e 17-23/6/1960 (também em Luís Maklouf CARVALHO et al., op. cit., pp. 119-29); Calil Chade, “Um debate oportuno e necessário”, NR, 22-28/4/1960; Carlos Danielli (grafado a partir de agora com dois LL, ao contrário das contribuições anteriores para a VO), “Sobre as ‘Teses para discussão’” (2 partes), NR, 29/4-5/5 e 6-12/5/1960.

¹⁵ Jacob Gorender, “Presença de Lenin”, 22-28/4/1960 (o tema do “retorno a Lênin” é brevemente comentado em Henri CHAMBRE, “União Soviética: 1953-1963”, Revista Civilização Brasileira, ano 3, Caderno Especial n. 1, pp. 49-50); Jacob Gorender, “Crítica ou falsificação?”, NR, 13-19/5/1960; Mário Alves, “As bases falsas de uma linha falsa”, 20-26/5/1960; Hércules Corrêa Reis, “Teses, atuação e Estatutos”, 3-9/6/1960; Diógenes Arruda, “Compreensão autocrítica da nossa política” (2 partes), 3-9/6 e 10-16/6/1960.

é pela crítica, e não pela conciliação, que o proletariado conseguirá liderar a frente única. Grabois volta a atacar, na “Declaração”, o que chama de conciliação com o capitalismo e com JK e de omissão dos reais desejos dos trabalhadores. E João Amazonas, crítico da “Declaração” e das Teses, questiona a suposta correlação automática entre desenvolvimento capitalista com democracia e com independência do imperialismo, denuncia a conciliação da burguesia com o “imperialismo” e o latifúndio, pede que a simples troca de governo não substitua a ação das massas e, bem ao final, assume parte da culpa pelos “erros” passados.¹⁶

Em contraposição, Gorender defende que lutar com a burguesia não implica deixar de lutar contra ela ou abdicar da liderança proletária na frente única, e que, segundo os documentos, a luta anti-imperialista não seria a principal em “toda” a revolução, mas “em parte” dela. Fragmon Carlos Borges faz ataques pessoais aos “falsificadores” da “Declaração de Março”, que teriam sido os responsáveis pelos erros do PCB, não teriam feito autocrítica, teriam desprezado os intelectuais e desrespeitado as normas do debate. Diógenes Arruda novamente critica a linha anterior sem falar de si mesmo, alude à “correção” do “direitismo” da “Declaração” pelas Teses, que ainda não seriam perfeitas, e tenta a conciliação com os opositores. E Mário Alves aponta que Grabois teria esquecido o caminho da revolução e ressaltado os objetivos finais, supostamente deixando de lado a perspectiva socialista e a questão do poder e da hegemonia operários.¹⁷

Caio Prado Junior deu uma volumosa contribuição independente que atacava a bandeira da revolução “antifeudal”, quando, na verdade, predominariam no campo relações de trabalho assalariadas, mas que, ignorada, não findou a marginalização interna do intelectual não doutrinado pelo Partido, ao contrário da maioria dos dirigentes.¹⁸ Primeiramente, o historiador analisa minuciosamente o campo brasileiro para criticar as diretivas agrárias dos comunistas e sua rotulação do “monopólio da terra”, do “latifúndio” e da “parceria” como “pré-capitalistas”. As Teses fariam uma conceituação errônea de “nação” e “imperialismo”, o

¹⁶ Carlos Danielli, “O caráter do governo pelo qual lutamos e o caminho da revolução brasileira”, NR, 13-19/5/1960; Calil Chade, “A linha oportunista da Declaração”, NR, 13-19/5/1960; Pedro Pomar, “A burguesia, o Estado e as Teses...”, NR, 27/5-2/6/1960; Maurício Grabois, “Quem falsifica? Quem deturpa?”, NR, 27/5-2/6/1960; João Amazonas, “Uma linha confusa e de direita”, NR, 3-9/6/1960.

¹⁷ Jacob Gorender, “A oposição ‘esquerdista’ e a contradição principal”, NR, 27/5-2/6/1960; Fragmon Carlos Borges, “Maurício Grabois & Cia., um grupo antipartido”, NR, 3-9/6/1960; Diógenes Arruda, “Compreensão autocrítica da nossa política” (2 partes), NR, 3-9 e 10-16/6/1960; Mário Alves, “Revolucionarismo em palavras, oportunismo na prática”, NR, 10-16/6/1960.

¹⁸ José Antonio SEGATTO, *Reforma e revolução...*, pp. 91-2; Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *Estratégias e táticas...*, p. 123. Rodrigues confirma o fato de Prado Jr. nunca ter sido um dirigente destacado, apesar de ser visto como “o mais importante historiador marxista brasileiro”, e sua rejeição da análise da agricultura brasileira como “semifeudal”. Cf. Leôncio Martins Rodrigues, “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: Boris FAUSTO (Dir.), *História Geral da Civilização Brasileira: tomo III – O Brasil Republicano*, v. 3. p. 392.

qual se trataria não apenas das empresas estrangeiras, mas de todo um sistema em que o Brasil e elas se inseririam, por isso, o importante seria efetivar o monopólio estatal das transações financeiras com o exterior para evitar a sangria de capitais e, assim, promover uma industrialização socialmente justa. Como propostas centrais, Prado Jr. defende a planificação econômica estatal na reforma agrária, o aumento da tributação fundiária para impedir a especulação sobre a terra inculta, a substituição de algumas importações e o combate ao subemprego para gerar melhores condições de vida e “aumento da riqueza coletiva”.¹⁹

Até o final do debate, os principais contendores não trarão novidades. Os situacionistas continuarão a atacar o “dogmatismo”, desmentir a absolutização do “caminho pacífico” e pedir a unidade do PCB, enquanto os discordantes novamente criticarão o “nacional-reformismo” e rotularão seus opositores com inúmeros “ismos”. As contribuições de Isabel M. Fontoura e de Ana Montenegro lamentam a subestimação das mulheres, relegadas a tarefas secundárias, e a “inadmissível” omissão do trabalho feminino nas Teses, embora elas estivessem entre as comunistas mais fervorosas, tivessem enorme importância na economia brasileira e já fossem bem organizadas na burguesia. Prestes, ao aparecer para defender as Teses e a “Declaração”, fala genericamente da autocrítica de “erros”, atendo-se ao plano teórico e dizendo não conseguir ainda citar suas causas, volta ao lema da “luta em duas frentes” e, sobre vários problemas levantados, afirma apenas que “precisam mesmo ser mais bem analisados”. Somente Pedro Pomar responde ao líder e lhe atribui superficialidade na análise dos erros, ausência de ensinamentos tirados da realidade, omissão do “culto” a si mesmo e dos abusos da direção, conclusões falsas sobre a situação internacional e o papel da burguesia na revolução, “apologia” do capitalismo e demora na colaboração.²⁰

5.4 – O V Congresso dos comunistas brasileiros: decisões e confrontos

Finalmente, em agosto de 1960, ocorreu o V Congresso do PCB, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, na cidade do Rio de Janeiro, num ambiente de legalidade de fato e de atuação aberta. A possibilidade de qualquer militante e qualquer pessoa poder participar

¹⁹ Caio Prado Junior, “As Teses e a revolução brasileira” (7 partes), NR, 10-16/6, 17-23/6, 24-30/6, 1-7/7, 8-14/7, 15-21/7 e 22-28/7/1960. Em A revolução brasileira, pp. 39-53, o autor também faz uma longa negação de existência de “feudalismo” ou de seus resquícios no Brasil, já que os trabalhadores do campo não estariam lutando pela posse ou ocupação da terra, mas por melhores condições de trabalho e de remuneração dentro de sua condição de assalariados agrícolas.

²⁰ Isabel M. Fontoura, “Sempre somos esquecidas”, NR, 15-21/7/1960; Ana Montenegro, “As Teses esqueceram o trabalho entre as mulheres”, NR, 5-11/8/1960; Luiz Carlos Prestes, “Por uma justa linha política”, NR, 29/7-4/8/1960; Pedro Pomar, “Observações sobre o artigo do camarada Prestes”, NR, 12-18/8/1960.

contrastava com a estrita clandestinidade do congresso anterior.²¹ O evento adotou uma Resolução Política com 30 itens, sendo os primeiros dedicados a assinalar o desenvolvimento progressista do capitalismo brasileiro, ainda visto como obstado pelo monopólio da terra aliado ao “imperialismo norte-americano”. Por isso, a atual etapa da revolução permaneceria “anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática”, com a submissão da contradição entre a burguesia e o proletariado àquela entre “nação” e “imperialismo”. O governo JK seria “de compromisso”, oscilando, assim, entre “nacionalismo” e “entreguismo”. No campo internacional, reconfirma-se a “coexistência pacífica”, a “superioridade” do socialismo e o declínio do “imperialismo”. Na frente única, o proletariado, guiado pelo Partido, deveria conquistar com luta sua hegemonia, manter-se independente e buscar reformas dentro do atual regime por meios pacíficos, não excluindo a violência em casos extremos. No campo, focam-se a luta legal, os assalariados e semiassalariados agrícolas, as reivindicações imediatas, a reforma agrária, a sindicalização e a união operário-camponesa. E no terreno organizacional, continuam as lutas “em duas frentes” e pela legalização do PCB.²²

Ainda que, na Resolução Política, a oposição pressionasse pela valorização da hegemonia proletária e dos comunistas na frente única e pela abertura de uma brecha à via “não pacífica”, forçando a alguma conciliação, a manutenção da estratégia e da etapa da revolução e a possível aliança com burgueses mostraram o domínio dos prestistas sobre o debate e as conclusões.²³ De fato, as concessões visavam estabilizar relativamente o atribulado Partido, o que o grupo “centrista” de Prestes poderia tentar ao consolidar seu controle sobre o aparelho.²⁴ Por isso se mantiveram algumas concepções inspiradas no VI Congresso do Komintern, como a divisão do processo histórico em etapas, ocorrendo uma reafirmação da “Declaração de Março”, mas com formulações mais hesitantes.²⁵ Além disso, tanto a “Declaração” quanto a Resolução não aludem aos graves “erros” e ao “culto à personalidade” do período anterior às “denúncias”, padecendo, portanto, de baixa ou nula autocrítica.²⁶ Por fim, notam-se nos resultados a influência parcial do relaxamento das tensões

²¹ Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *Estratégias e táticas...*, p. 102.

²² “Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas”, NR, 16-22/9/1960. Também encontrada em PARTIDO Comunista Brasileiro, *Documentos do Partido Comunista Brasileiro (1960-1975)*, pp. 9-41; Edgard CARONE, *O P.C.B. (1943 a 1964)*, v. 2, pp. 209-27; PCB: *Vinte anos de política – 1958-1979 (documentos)*, pp. 39-69. Cabe pensar se a luta por “reformas” com uma linha que se pretende “antirreformista” não seria um mero lapso dos redatores.

²³ Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *op. cit.*, pp. 126-7.

²⁴ Marco Aurélio SANTANA, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*, p. 94.

²⁵ José Antonio SEGATTO, *Reforma e revolução...*, pp. 93-100; Daniel Aarão REIS, *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, pp. 24-6; Leandro KONDER, *A democracia e os comunistas no Brasil*, pp. 106-7; Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração – 1922-1972*, pp. 123-5.

²⁶ Dinarco REIS, *A luta de classes no Brasil e o PCB*, v. 1, pp. 121-2 e 126.

internacionais e entre as superpotências e da radicalização progressiva do movimento nacionalista, com o surgimento de lideranças posicionadas mais à esquerda.²⁷

No V Congresso, vários opositores conseguiram entrar ou voltar ao CC, entre eles Pedro Pomar, Calil Chade, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Ângelo Arroyo.²⁸ Segundo Osvaldo Bertolino, teria havido intervenção dos dirigentes nas conferências e assembleias para a aprovação das Teses, pois nos debates da imprensa e das reuniões preparatórias a maioria teria divergido delas, mas na plenária final quase não houve oposição, enquanto o CC teve 12 de seus 25 membros efetivos, além de vários suplentes, substituídos.²⁹ Realmente, os congressos eram em tese a instância máxima do Partido, mas seu poder estava relativamente limitado, já que em geral apenas eram ouvidos e aprovados, sem discussões, os documentos preparados com antecedência pelo CC ou pelo “núcleo dirigente”, enquanto, em caso de luta interna, os líderes exerciam suas prerrogativas para expulsar ou disciplinar os contestadores.³⁰

5.5 – A eleição de Quadros, incalculável revés do juscelinismo

A inflação, o aumento da dívida externa e os consequentes problemas sociais e econômicos foram o custo da rápida industrialização e das altas taxas de crescimento sob Kubitschek. Até o início dos anos 1960, o Estado promoveu uma industrialização contraditória e oscilante, mas sua rapidez gerou a negação da própria política tutelar e paternalista vigente, ou seja, a classe operária crescia e cada vez mais se tornava consciente e hábil em fazer reivindicações independentes. Figurando entre os pessedistas mais “modernizadores”, JK não comungava do antigo modelo varguista, mas recebeu dele o aval para seu mandato por meio do vice Goulart. Mesmo assim, o desenvolvimentismo que buscou agradar a todos os setores da sociedade levou a uma grave crise econômica que influenciou o período imediatamente posterior.³¹

O quadro nacional influenciou diretamente o pleito presidencial de 3 de outubro de 1960. O candidato Lott aglutinara as forças contrárias a Jânio Quadros e se favorecia de seu compromisso nacionalista, de seu comportamento legalista e do prestígio angariado desde os fatos de novembro de 1955. Isso não impediu que Quadros fosse eleito com o apoio do maior

²⁷ Leôncio Martins Rodrigues, “O PCB: os dirigentes e a organização”..., p. 431.

²⁸ Wladimir POMAR, Pedro Pomar..., p. 240.

²⁹ Maurício Graboys – Uma Vida de Combates: da batalha de ideias ao comando da Guerrilha do Araguaia, pp. 157-8.

³⁰ Ronald H. CHILCOTE, O Partido Comunista Brasileiro..., pp. 165-6. O autor se refere certamente ao período em torno de 1972, ano de publicação do livro, mas a afirmação parece válida também a momentos anteriores.

³¹ Jacob GORENDER, Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, pp. 17-8 e 20.

número de partidos da história da República até então, por 48% dos votos nacionais, contra 32% de Lott, enquanto Goulart, reeleito vice-presidente, obteve considerável diferença do segundo colocado, o udenista Milton Campos.³² O alto custo de vida e a ânsia das classes médias pela moralidade na política embalsamaram a vitória da oposição, enquanto a vitória de Jango como vice expressou, por outro lado, o avanço do PTB, sobretudo nos meios operários.³³ Pesaram na derrota de Lott sua exibição como continuador de JK e, por extensão, de suas políticas antipopulares, devidamente canalizadas por Quadros, e a subestimação das necessidades imediatas da população pela ênfase na oposição ao “entreguismo”, abstrata para a maioria do eleitorado.³⁴ Para os comunistas, o maior auxílio no triunfo de Quadros teria sido o “engano” do povo, mas a composição do novo governo dependeria da ação das massas, pois a luta nacionalista deveria prosseguir: “Truste ganhou mas não deve levar”.³⁵

5.6 – As discórdias sino-soviéticas e o XXII Congresso do PCUS

A revolução comunista na China atordoou a URSS desde o começo, pois seu nacionalismo “anti-imperialista”, crítico inclusive do “imperialismo soviético”, e sua imensidão territorial e populacional, com porte de potência, obrigariam a uma revisão do equilíbrio de forças no “bloco”.³⁶ Mesmo antes de 1960, quando chineses e soviéticos se enfrentaram na conferência dos PC’s, outros comunistas do mundo já conheciam o conflito geopolítico, diplomático e doutrinário antes restrito à cúpula.³⁷ As demonstrações de amizade escondiam uma relação estagnada já em 1959, quando Mao afirmou que Khrushchov teria rompido com o “internacionalismo proletário” ao buscar a harmonia com os EUA.³⁸ Além disso, era difícil aos chineses criticar o “culto”, também praticado com Mao, e aceitar a suspensão gradativa da política soviética de cooperação nuclear.³⁹ A cisão criou um jogo de forças perigoso para a URSS que esfacelou o MCI e começou a arruinar a credibilidade de Khrushchov no PCUS.⁴⁰

³² Jordan M. YOUNG, *Brasil, 1954/1964...*, pp. 83-5; Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. II, pp. 138-9.

³³ Boris FAUSTO, *História do Brasil*, pp. 436-7.

³⁴ Leôncio BASBAUM, *História sincera da República*, v. 3, pp. 241-2.

³⁵ “Prestes apresenta a posição dos comunistas ante o resultado do pleito”; “O futuro depende da ação das massas”, NR, 14-20/10/1960.

³⁶ Osvaldo PERALVA, *O retrato*, pp. 176-9.

³⁷ Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, pp. 294-6.

³⁸ Nicolas WERTH, *Histoire de l'Union soviétique*. De l'Empire Russe à la Communauté des États indépendants, 1900-1991, p. 167; Dmitri Antonovich VOLKOGONOV, *Os sete chefes do império soviético: Lênin, Stalin, Khrushchev, Brejnev, Andropov, Chernenko, Gorbachev*, p. 210.

³⁹ Dmitri Antonovich VOLKOGONOV, *op. cit.*, p. 208.

⁴⁰ Silvio Pons, “Chrusčëv Nikita Sergeevič”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), *Enciclopedia della sinistra europea nel XX secolo*, p. 68.

Em outubro de 1961, o XXII Congresso do PC soviético reafirmou a denúncia de Stálin, incluindo a retirada de seu sarcófago do mausoléu de Lênin, decidida no dia 30.⁴¹ Khrushchov lançou também a teoria do “Estado do povo inteiro”, segundo a qual, com a consolidação do socialismo, o Estado ainda deveria desenvolver a economia e defender o país de ameaças externas, mas com atuação cada vez mais restrita e protagonizada pelo povo, até desaparecer, chegando o comunismo ao qual levaria a nação.⁴² Inaugurou-se ainda uma abertura nova, mas breve, com o objetivo de jogar os burocratas mais liberais contra os opositores stalinistas restantes, mas aproveitada ao máximo pela contestação não oficial. O próprio Khrushchov autorizou ambigualmente certos “excessos” intelectuais, quase sempre retrocedendo por pressão dos conservadores e invocando o “espírito de Partido” e a obediência. Sem poder voltar ao terror puro, os dirigentes escolheram meios mais sutis de repressão, como a acusação de “loucura” e a internação “psiquiátrica” forçada.⁴³ Khrushchov culpava a herança stalinista e os outros comunistas pelos problemas, raramente tomava decisões em conjunto e deu margem, se não a um novo culto, à adulação de sua pessoa.⁴⁴

5.7 – O PCB e os distúrbios nacionais de 1961

Entre janeiro e abril de 1961, defendendo uma diplomacia independente, o governo brasileiro reatou, aperfeiçoou ou estabeleceu laços com os satélites soviéticos e a Albânia e, em fins de novembro, com Jango retomou as relações com a URSS,⁴⁵ sob influência dos grupos e personalidades de esquerda e dos grandes capitalistas desejosos em ampliar seu mercado externo.⁴⁶ Prestando contas do mandato a 16 de janeiro, Kubitschek atribuiu a alta inflação ao êxodo rural, à adoção do estilo de vida urbano pelos migrantes, às despesas imprevistas contra a seca nordestina e a vários orçamentos “malfeitos e desequilibrados” aprovados pelo Congresso. De qualquer forma, analistas independentes apontavam que o problema inflacionário não tinha precedentes, que as despesas ultrapassaram as receitas em todos os anos do governo e que houve impressão de moeda para cobrir os déficits.⁴⁷

⁴¹ Silvio Pons, “Chruščev Nikita Sergeevič”. In: Aldo AGOSTI (Dir.), *Enciclopedia della sinistra...*, p. 67; Dmitri Antonovich VOLKOGONOV, *Os sete chefes...*, p. 199.

⁴² Olivier NAY, *História das ideias políticas*, p. 458.

⁴³ Fernando CLAUDÍN, *A oposição no “socialismo real”*: União Soviética, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Polónia: 1953-1980, pp. 15-7.

⁴⁴ Dmitri Antonovich VOLKOGONOV, *op. cit.*, pp. 190-3.

⁴⁵ Jordan M. YOUNG, *Brasil, 1954/1964...*, pp. 104-5.

⁴⁶ Leôncio BASBAUM, *História sincera da República...*, p. 246.

⁴⁷ Jordan M. YOUNG, *op. cit.*, pp. 105-6

Jânio Quadros, no discurso de posse de 31 de janeiro, lamenta a “grave situação financeira” e o fisiologismo supostamente deixados pelo antecessor, aceita uma liberdade de organização e greve que, porém, não “prejudique” a “ordem” econômica e social e prega uma política externa independente e voltada também para os países pobres egressos do colonialismo “agonizante”.⁴⁸ Para o PCB, a vitória de Quadros, cujo governo teria uma composição “reacionária”, representaria um revés temporário para os nacionalistas e democratas, mas ao menos o Brasil se encontraria em condições favoráveis às lutas progressistas e populares. Um governo nacionalista e democrático poderia surgir das pressões de massa, da mudança na correlação das forças políticas ou da derrota dos “reacionários” e “entreguistas” no governo e na política. Internamente, reafirma-se a luta contra o sectarismo, o “espontaneísmo” e o “liberalismo”, pela iniciativa das bases e pela ligação com as massas.⁴⁹

Medidas econômicas imediatas no sentido da austeridade financeira, como a supressão das subvenções a produtos importados, não resultaram em benefícios duradouros e geraram prejuízos à população, muito afetada pela conseqüente alta dos preços.⁵⁰ A abertura diplomática atingiu o ápice com o reconhecimento de Cuba e a condecoração de Ernesto Che Guevara com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a 18 de agosto, em meio à crescente tensão de Quadros com a direita e a oposição. Com a capitalização por Carlos Lacerda, governador da Guanabara, da indignação de alguns setores com a condecoração, o presidente se sentiu mais pressionado a renunciar. Especula-se que, tendo se dirigido a São Paulo após o envio do pedido de renúncia ao Congresso a 25 de agosto, Quadros esperava que ele não fosse aceito e que voltasse ao poder triunfalmente, mas, com a imprevista formalização do pedido e a ausência de reação nos meios políticos, não voltou ao cargo.⁵¹

Muitos militares não aceitavam a posse do vice Goulart, em visita à China, gerando um grave conflito até o dia 7 de setembro, quando se instaurou o regime parlamentarista, solução de compromisso que diminuiu os poderes do presidente.⁵² Já empossado, Jango confirmou a política janista em relação a Cuba e a outros países socialistas, e a 23 de novembro San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores, renovou os laços com a URSS ao firmar notas com Víktor Azov, chefe de uma missão comercial permanente soviética em Brasília, como resultado da retomada do diálogo entre os dois países em meados de setembro

⁴⁸ Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. II, pp. 141-2.

⁴⁹ “Os comunistas e o governo de Jânio Quadros” (10 de março de 1961), NR, 17/3/1961 apud Edgard CARONE, *O P.C.B...*, pp. 234-44.

⁵⁰ Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. II, p. 143.

⁵¹ *Ibidem*, pp. 149, 158 e 161.

⁵² Boris FAUSTO, *História do Brasil*, pp. 442-3.

para o reatamento das relações diplomáticas, em curso no governo anterior e que havia sido suspenso a 29 de agosto.⁵³ Clamando pelo cumprimento da Constituição e contra a emenda parlamentarista, o PCB havia atribuído o impedimento de Goulart a “golpistas”, “entreguistas” e “reacionários” que também teriam provocado a renúncia de Quadros ao contrariar sua política de abertura ao “bloco socialista” e de apoio a Cuba.⁵⁴ Confirmada a posse, outro artigo comunista descreve os fatos após 25 de agosto como uma tentativa de “golpe” que teria terminado frustrada pelas forças nacionalistas e pelo povo e pede à Assembleia Legislativa da Guanabara o impeachment de Lacerda.⁵⁵

A partir do governo Jango, o PCB se engajou na luta pelas “reformas de base”, criticou as políticas desfavoráveis à classe trabalhadora, apoiou as favoráveis e manteve o sustento à “burguesia nacional progressista”, mas com reservas à conciliação incondicional do presidente com outros burgueses e à suposta incapacidade da “burguesia nacional” de ser consequente nas mudanças sociais.⁵⁶ As “reformas de base”, gradualmente radicalizadas, baseariam no Partido a defesa de um “capitalismo de Estado” nacionalista e progressista, ancorado principalmente na estatização de setores produtivos importantes.⁵⁷ Também voltou a crescer, então, a militância comunista, que consolidou sua vantagem e comando na estrutura sindical conquistados na segunda metade dos anos 1950⁵⁸ e que, com força política, mas sem expressão eleitoral, tentaria transformar as manifestações populares de que participava, mais do que em verdadeiros protestos políticos, em expressões de presumido triunfo.⁵⁹

5.8 – Mudanças e resistências entre os comunistas brasileiros

Em meio à agitação nacional, a calma dentro do PCB era apenas aparente. Os Novos Rumos de 11 a 17 de agosto de 1961 anunciavam na manchete que “Prestes vai pedir registro do Partido Comunista Brasileiro” e traziam um suplemento contendo um Manifesto, um Programa e Estatutos novos, cuja capa trazia um enorme retrato de Prestes. O Manifesto, escrito pelo secretário-geral, reforça a luta pela legalização do Partido diante da nova situação

⁵³ Jordan M. YOUNG, *Brasil, 1954/1964...*, pp. 130-1.

⁵⁴ “Nenhuma conciliação com o golpismo! Posse imediata ao presidente Goulart!”, NR, 1/9/1961 apud Edgard CARONE, *O P.C.B...*, pp. 244-6.

⁵⁵ “Posse de Jango é vitória do povo!”, NR, 4/9/1961 apud Edgard CARONE, *op. cit.*, pp. 246-50.

⁵⁶ Marco Aurélio SANTANA, *Homens partidos...*, pp. 96-7.

⁵⁷ José Antonio Segatto, “O PCB e a revolução nacional-democrática”. In: Antonio Carlos MAZZEO e Maria Izabel LAGOA (Orgs.), *Corações vermelhos...*, pp. 129-31.

⁵⁸ Marco Aurélio SANTANA, *op. cit.*, p. 98.

⁵⁹ Wladimir POMAR, *Pedro Pomar...*, p. 256.

mundial, da força real dos comunistas no Brasil e do matizado apoio ao seu registro e pede mudanças não radicais dentro da lei e a “eliminação da estrutura agrária atrasada”. E o breve Programa se bate por um desenvolvimentismo estatizante, a paz mundial com “coexistência pacífica”, melhores condições de vida ao povo, “medidas parciais” moderadas por uma reforma agrária dentro da lei, a abolição das desigualdades jurídicas e o combate a todas as discriminações raciais e religiosas, sempre com a questão nacional à frente da democrática.⁶⁰

Os Estatutos, que merecem uma análise à parte, rompem radicalmente com os aprovados em 1954, e mesmo com o Projeto lançado em agosto de 1960. A mudança mais óbvia e que causará maior agitação é a do nome “Partido Comunista do Brasil” para “Partido Comunista Brasileiro”. A “Introdução”, de teor humanista, mas ainda operário, não cita a Revolução Russa, o “marxismo-leninismo”, os “quatro clássicos” ou o “internacionalismo proletário” e tem como meta apenas o socialismo, e não o comunismo, mas o corpo mantém referências ao “centralismo democrático”, à disciplina e à censura de “organizações fracionistas”. Na parte organizacional, os “Comitês” tornam-se “Diretórios”, sendo o CC o “Diretório Nacional”, a “Conferência” torna-se “Convenção”, o “Congresso”, “Convenção Nacional”, o “Presidium”, “Comissão Executiva” e o “secretário-geral” é agora o “presidente” do Partido, mas mantém-se o “Secretariado do Diretório Nacional”. Afora umas poucas disposições eleitorais e certas mudanças na contribuição financeira fixa de cada militante e na atuação em fábricas, os Estatutos assemelhavam-se muito aos de outros partidos da época.⁶¹

Desde o V Congresso, o chamado grupo “conservador” estava marginalizado, mas voltou à cena na Conferência Nacional de setembro de 1961, quando se aprovaram os Estatutos, o Programa, o Manifesto e a mudança no nome do Partido, a qual pretextava legalizá-lo sem parecer que se tratava de uma “filial da URSS”. Os ressentimentos dos opositores vieram à tona, mas os novos líderes já haviam decidido que a rejeição às decisões seria interpretada como simpatia ao velho autoritarismo, e assim a reunião conseguiu recompor a liderança e fortalecer o controle da facção dominante.⁶² Wladimir Pomar observa

⁶⁰ Luiz Carlos Prestes, “Ao povo brasileiro! Aos trabalhadores!”, “Programa”. In: “Partido Comunista Brasileiro: Manifesto, Programa, Estatutos”, NR (Suplemento), 11-17/8/1961. Junto ao Projeto de Teses para o V Congresso também fora lançado um Projeto de Estatutos muito debatido, mas não se aprovou uma versão definitiva na reunião final.

⁶¹ “Estatutos”. In: “Partido Comunista Brasileiro: Manifesto, Programa, Estatutos”, NR (Suplemento), 11-17/8/1961. Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, p. 165, nota 3, equivoca-se em algumas nomenclaturas, mas observa corretamente que se retomaram as velhas denominações após 1964.

⁶² Ronald H. CHILCOTE, *op. cit.*, pp. 125-7 e 166; Daniel Aarão REIS, *A revolução faltou ao encontro...*, p. 37. A presumida associação entre o nome do Partido e a ingerência internacional é facilmente compreensível quando se recorda de nomes de indústrias como, por exemplo, “Volkswagen do Brasil” e dos partidos brasileiros atuais, quase todos com o epíteto “Brasileiro”, à exceção do PCdoB.

que aparentemente Prestes e a direção viam a conjuntura e o cenário cultural influenciado pelo ISEB como a certeza da realização de suas propostas aprovadas em agosto de 1960, o que os teria estimulado a realizar as mudanças formais e a marginalizar os divergentes.⁶³ Porém, o TSE não se convenceu e negou o pedido de registro.⁶⁴

Em agosto, um grupo discordante havia lançado a chamada “Carta dos Cem”, dirigida ao CC, criticando a “descaracterização” do PCB e o descumprimento dos Estatutos na tomada das últimas resoluções.⁶⁵ Segundo os subscritores, a Conferência teria tomado atitudes cabíveis apenas a um Congresso, as quais, aliás, não encontrariam motivação na conjuntura e significariam uma concessão às forças “reacionárias”, enquanto o abandono do caráter “revolucionário” não facilitaria o registro, pois outros partidos também teriam tido seu registro rejeitado por suspeita de oferta das legendas a candidatos comunistas. Além disso, omitir qualquer referência ao comunismo seria um erro, visto que na URSS já se teria começado a construir a sociedade “comunista”.⁶⁶ Entre os signatários não estavam apenas opositores da direção e simpatizantes de Stálin, mas também militantes que concordavam com as Teses do V Congresso ou que ainda permaneciam fiéis ao PCUS, mas que, antes de tudo, acreditavam na falência definitiva do “mito Prestes”.⁶⁷

Em resposta, foram expulsos do CC, em outubro, Arruda, Amazonas, Grabois, Pomar, Danielli, Orlando Pioto e Ângelo Arroyo, foram dissolvidos vários organismos em que atuavam alguns divergentes e foram expulsos do Partido os principais assinantes da carta.⁶⁸ Em dezembro, um texto circulado entre a militância pedia a legalização sem o abandono do “marxismo-leninismo” e a anulação dos documentos de agosto. O CC, então, expediu uma ordem de expulsão de todos os “fracionistas” a 3 de janeiro de 1962, entre eles Arroyo, Danielli, Amazonas, Grabois, Pomar e Calil Chade, e publicou um longo editorial nos Novos Rumos do dia 5 condenando o “fracionismo” e justificando as expulsões como um remédio ao “divisionismo” e à “falta de disciplina”.⁶⁹ Ironicamente, continuaram os velhos métodos, desta vez na presença de Prestes, o que demonstra o autoritarismo difuso entre os comunistas, e não a tirania isolada de um ou outro dirigente. Também é notável como os antigos

⁶³ Pedro Pomar, *uma vida em vermelho*, pp. 248-9.

⁶⁴ Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *Estratégias e táticas da revolução brasileira...*, pp. 127-8.

⁶⁵ *Ibidem*, pp. 127-8.

⁶⁶ “Ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil” (panfleto). In: Edgard CARONE, *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*, v. II, pp. 102-8. Também em EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000, pp. 23-30, sob o título “Em defesa do Partido (Carta dos 100)”.

⁶⁷ Wladimir POMAR, *op. cit.*, p. 250.

⁶⁸ Dinarco REIS, *A luta de classes no Brasil e o PCB...*, pp. 125-6; Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *op. cit.*, pp. 129-30; Osvaldo BERTOLINO, *Maurício Grabois...*, p. 161.

⁶⁹ Dinarco REIS, *op. cit.*, pp. 125-6; Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *op. cit.*, pp. 130-1.

situacionistas, zelosos da conservação da “unidade”, agora eram acusados justamente de quebrá-la. Para Dulce Pandolfi, terminado esse capítulo, Prestes apareceu para muitos como o “nacionalizador das esquerdas”, apesar da fidelidade à URSS,⁷⁰ mas poderia se acrescentar que o custo foi doloroso para o organismo e para os que não concordaram com o novo projeto.

5.9 – O racha nos comunismos mundial e brasileiro

Escancaradas as divergências sino-soviéticas em 1960, o PCB negou longamente a cisão, atribuía-as a “intrigas da imprensa burguesa” e mantinha cautela até a emissão das primeiras críticas dos soviéticos a chineses e cubanos.⁷¹ Antes de 1964, à medida que se aproximava de várias correntes políticas brasileiras e se afastava de outros marxistas, a precaução se mantinha pelo apoio discreto à Revolução Cubana, pelo seguimento passivo da URSS e pela tentativa de não romper com a China.⁷² A crise de 1956 e, mais tarde, a eleição do contraditório Quadros à presidência também favoreceram o aparecimento de grupos esquerdistas, dissidentes ou não do PCB, que, sob a influência das Revoluções Chinesa e, depois, da Cubana, trilharam caminhos mais radicais.⁷³ Os acontecimentos de Cuba, em especial, levantaram o problema da atualidade do socialismo, da revolução armada e da tomada do poder por partidos que não os comunistas, o que gerou os questionamentos de vários grupos menores à atuação, teoria e vanguardismo do “Partidão”.⁷⁴

Após a primeira cisão dos “renovadores” em 1957, a segunda e mais grave, em 1962, foi resultado da discussão sobre a democracia interna e sobre a busca da legalidade, condicionada pelo “degelo” na URSS e pelo relativo democratismo da era JK e em que o antigo “núcleo dirigente” se confrontou com a nova liderança ascendente.⁷⁵ Os estopins da separação foram as teses do V Congresso do Partido e as mudanças formais efetuadas na conferência de 1961, ambas impostas sem debates e, de acordo com os divergentes, tendentes ao “revisionismo”. Os ex-pecebistas Grabois, Amazonas, Pomar, Danielli, Arroyo, Chade e Lincoln Oest, na “Conferência Nacional Extraordinária” iniciada no dia 18 de fevereiro na

⁷⁰ Camaradas e companheiros: memória e história do PCB, p. 179. Nos anos 1980, o PCB condenaria oficialmente o “prestismo” como uma “forma peculiar do stalinismo” e o “sectarismo” de 1950 e 1954, advindos da ilegalidade impingida em 1947. Cf. *Ibidem*, pp. 179-80.

⁷¹ Daniel Aarão REIS, *A revolução faltou ao encontro...*, pp. 87-8. Os Novos Rumos haviam se encarregado de contestar várias vezes os supostos atritos entre a China e a URSS.

⁷² Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, pp. 34-5.

⁷³ Dinarco REIS, *A luta de classes no Brasil e o PCB...*, pp. 133-4.

⁷⁴ Sem autor, “PC realiza V Congresso. Surge a nova esquerda”, *Em Tempo*, n. 79, 30/8-5/9/1979, pp. 12-13.

⁷⁵ Edgard CARONE, *A República Liberal*, v. I, pp. 389-90.

cidade de São Paulo, afirmaram estar “reorganizando o PC do Brasil”, fundado em 1922 e “liquidado” no ano anterior, agora com a sigla PCdoB para evitar confusão.⁷⁶ Arruda, não reeleito para o CC do PCB no V Congresso, também foi “puxado” mais tarde para o novo partido, que lhe teria dado um novo estímulo após um tempo afastado da militância política.⁷⁷ Mais tarde, o PCdoB se voltou para a China rebelde, quando o interesse chinês pelo Brasil cresceu lentamente diante da firme permanência do PCB com o PCUS e da campanha de Prestes para que outros PC’s não apoiassem a agremiação cindida.⁷⁸

Contudo, cabe observar duas coisas. Por um lado, embora antes de 1963 os chineses relutassem em reconhecer partidos aliados afastados da URSS, os reflexos do conflito sino-soviético no Brasil já datavam de 1956, quando os comunistas conheceram melhor a China por meio de Arruda e se impressionaram positivamente.⁷⁹ Por outro lado, a rotulação do PCdoB como “pró-chinês” só fez sentido algum tempo depois da fundação, pois a causa principal da cisão não foi a fragmentação internacional, mas as discórdias de 1960 e 1961 dentro do PCB. O PCdoB, inclusive, solicitou apoio ao PCUS, que preferiu manter-se ao lado de Prestes por causa de seu prestígio pessoal, do respeito às decisões congressuais e da sustentação à linha de apoio à “burguesia nacional” e de busca da legalidade. Só a partir daí a China passou a ser o novo referencial. De qualquer forma, apesar das táticas diversas, a estratégia de ataque ao latifúndio e ao “imperialismo” persistiu tanto no PCdoB quanto em grupos de esquerda posteriores, inclusive os que adeririam à luta armada em 1968.⁸⁰

5.10 – MCI: a agonia de uma esperança

Durante os anos 1960, a relativa liberalização política e econômica dos países socialistas, após a estabilização e consolidação do “bloco” em sua homogeneidade e modernização, proporcionará reformas econômicas profundas,⁸¹ mas a crise iniciada em 1953 não conseguirá destruir o aparelho burocrático da URSS, embora o abale, e a concentração de poder nas mãos

⁷⁶ Edgard CARONE, *Movimento operário no Brasil...*, p. XX; Marcus Vinícius Bandeira de MENEZES, *Estratégias e táticas da revolução brasileira...*, p. 131; Osvaldo BERTOLINO, *Maurício Grabois...*, pp. 161-2. Tanto o PCB quanto o PCdoB passaram a reivindicar a herança de 1922.

⁷⁷ Osvaldo BERTOLINO, *op. cit.*, pp. 158 e 162-3.

⁷⁸ Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, pp. 296-7.

⁷⁹ *Ibidem*, pp. 296-7.

⁸⁰ João Quartim de Moraes, “O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência”. In: João Quartim de MORAES e Marcos DEL ROIO (Orgs.), *História do marxismo no Brasil*, v. 4, pp. 167-9.

⁸¹ Antony Todorov, “À l’Est, tentatives de réforme, échec, effondrement”. In: Michel DREYFUS et al. (Dirs.), *Le siècle des communismes*, p. 303.

de Khrushchov aumentará as contradições na sociedade.⁸² A possibilidade de uma revolução mundial sofrera um grave revés em 1956, quando os soviéticos e seus apoiadores começaram a perder o monopólio do “apelo revolucionário” e da teoria marxista, pulverizada em vários polos separados e, muitas vezes, rivais. Até 1968, o “internacionalismo proletário” com centro em Moscou se esfacelará lentamente, tendo como marcos a autonomização dos PC’s, em especial os ocidentais, a ruptura sino-soviética, a diversificação do grau de lealdade à URSS dentro do “bloco” original de 1947, desde os submissos búlgaros até os cisionários iugoslavos, e a repressão brutal da “primavera de Praga”.⁸³

No Brasil, a luta pelas reformas de base, com forte teor nacionalista e apoio dos sindicatos e dos trabalhadores, ganhará força com Jango, mas a “burguesia nacional”, tida como aliada, se distanciará cada vez mais do governo diante da mobilização social e da incerteza financeira. O PTB será o partido que mais terá crescido entre 1945 e 1964, graças à atração de votos de um PCB ilegal, ao avanço da industrialização, por ser um partido essencialmente urbano, e à conjuntura politicamente dinâmica. Temendo o “alastramento” do comunismo, as Forças Armadas penderão cada vez mais à direita após a Revolução Cubana, e a partir de 1961 a situação financeira do Brasil piorará, com ênfase na galopante inflação.⁸⁴ Na visão peculiar de Caio Prado Junior, desde a renúncia de Jânio, as “esquerdas”, certamente se referindo principalmente ao PCB, teriam se “acomodado” e julgado bastar o discurso “irreal” da luta contra o “feudalismo” para mobilizar as massas, mas sem sucesso. Elas também teriam se deixado levar de modo “oportunista” pelas confortáveis alianças político-eleitorais, como a de 1955 com Kubitschek e a de 1960 com o “reacionário” Lott.⁸⁵

No fim dos anos 1950 e no começo da década seguinte, o PCB aumentou sua penetração sindical com o relativo relaxamento do controle e pressão estatais, adotado com fins pragmáticos face às dificuldades econômicas. Isso dará ao Partido ampla vantagem sobre outras organizações de esquerda, mas a amplitude de seu poder e influência será mais aparente, enquanto permanecerá débil a penetração real de massas. Assim, aparentemente haverá exagero do papel que a direita, pouco antes e após o golpe militar, atribuiria aos comunistas nos acontecimentos políticos do período.⁸⁶ De fato, a crise do comunismo brasileiro iniciada em 1956 ainda seria sentida depois, inclusive na propagação, ao longo dos anos 1960, de pequenos partidos e grupos armados contrários ao regime militar, como a ALN

⁸² Pierre BROUÉ, *Le parti bolchévique: Histoire du P.C. de l’U.R.S.S.*, pp. 525-7.

⁸³ Eric HOBSBAWM, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, pp. 435-6.

⁸⁴ Boris FAUSTO, *História do Brasil*, pp. 447-9, 450-3 e 455.

⁸⁵ Caio PRADO JUNIOR, *A revolução brasileira*, pp. 23-6.

⁸⁶ Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro...*, pp. 227-8.

de Marighella e o PCBR de Gorender, ambos rompidos diretamente com o PCB.⁸⁷ Logo após o golpe militar, alguns dirigentes pecebistas chegarão a sugerir que a linha vigente teria sido responsável pela “derrota”, mas a maioria do CC decidirá não a pôr em causa e atribuir a culpa a outros setores e personalidades.⁸⁸ Enfim, o Partido Comunista perceberia que a mera busca da inserção nas instituições políticas tradicionais não seria uma garantia total de estabilidade futura em meio a um período histórico turbulento e imprevisível.

⁸⁷ Maria Aparecida de Aquino e Pedro Gustavo Aubert, “Visões e repercussões”. In: Ladislao SZABO (Org.), Hungria, 1956: ...e o muro começa a cair, p. 119.

⁸⁸ Apolonio de CARVALHO, Vale a pena sonhar, pp. 195-6.

CONCLUSÃO

A história da “desestalinização” é a história da grande crise do modelo partidário e estatal leninista-stalinista, derrotado pelo crescente dinamismo mundial, pelas discrepâncias internas de um suposto “bloco socialista” e pelo inesperado progresso capitalista dos anos 1950 e suas várias formas de cooptar o operariado e os movimentos sociais, desde o welfare state europeu até os regimes paternalistas latino-americanos. No pós-guerra, contradizendo-se a força e o prestígio ascendentes da URSS e as tendências centrífugas no MCI, embora devidamente controladas, como a cisão iugoslava, começou a decair o modelo comunista construído pela “sovietização” dos PC’s, iniciada com a fundação do Komintern e o sucesso isolado da Revolução Russa, e pela sua “bolchevização” posterior, que era apenas o nome oficial da “stalinização”. Assim, a progressiva ruína teve duas faces contraditórias e dialéticas que podem ser chamadas de “dessovietização” e “desestalinização”.

O lema das “vias nacionais” surgido com o fim do Komintern confirmava o progressivo descontrole soviético sobre os movimentos comunistas ao redor do mundo e iniciou a “dessovietização” do MCI, embora ainda não se contestassem Stálin e o stalinismo. Na verdade, mais do que uma contestação teórico-ideológica, a ruptura titoísta foi um problema nacionalista, pois o autoritarismo iugoslavo, embora sem recorrer ao terror de massa, não diferiu muito dos outros países socialistas, enquanto o regime não se baseou num cânone político-filosófico, tendo sido os dissidentes iugoslavos, inclusive, os únicos a formularem críticas ao sistema socialista como um todo. A “desestalinização” só começou e foi possível com a morte de Stálin, mesmo tendo ele lançado os germes da distensão, mais condicionados, porém, por necessidades táticas políticas e diplomáticas do que pela vontade sincera de arejar a sociedade soviética. O próprio XX Congresso foi antes um episódio explosivo da luta pela sucessão do que a inauguração real da abertura.

A partir de 1953, “dessovietização” e “desestalinização” seguiram uma carreira equívoca, não se implicando mutuamente, ainda que a “dessovietização”, fruto do contexto internacional, tenha favorecido a “desestalinização”, exigida, por sua vez, pelas contradições internas do regime soviético. Nos PC’s que continuarão alinhados à URSS, como o PCB e os dos satélites, ocorrerá a “desestalinização”, mas não a “dessovietização”. Nos Partidos ocidentais, mais independentes, ambas ocorrerão. Já nos PC’s orientais, em especial o chinês, e na Albânia, as contradições com o poderio soviético e a inabilidade diplomática de Khrushchov provocarão a reivindicação da herança staliniana e a oposição ao “revisionismo”

da URSS, com a qual esses Partidos romperão. Conclui-se, pois, que a “desestalinização”, longe de ser um processo estanque ou isolado, foi uma das manifestações de um grande rearranjo do MCI ocasionado pelas transformações mundiais desde as frentes populares antifascistas até o conflito sino-soviético, passando pela Segunda Guerra Mundial, pela ruptura titoísta, pela morte de Stálin, pelos XX, XXI e XXII Congressos do PCUS e pela intempestividade khrushoviana. Entre as mudanças globais se encontram os novos belicismos da guerra mundial e da “guerra fria”, o declínio da Europa e dos colonialismos, a partição bipolar do mundo, os neutralismos, os nacionalismos, os progressos técnicos do pós-guerra e a eclosão de revoluções socialistas fora do âmbito soviético, como na China, em Cuba e, até certo ponto, na Iugoslávia e na Albânia.

No período estudado, o PCB era um caso à parte por não ser um partido governante. Para compreender sua linha política, deve-se em parte recorrer a suas ligações com Moscou e à teoria “marxista-leninista” daí advinda. Inicialmente, esse corpus consistia numa adaptação feita por Lênin da doutrina de Karl Marx e Friedrich Engels à situação russa, o que já exigiu alguma revisão dos postulados originais. Com Stálin, ele finalmente ganhou o nome de “marxista-leninista”,¹ mas, afastando-se em vários pontos mesmo dos escritos de Lênin, tornou-se um cânone institucional de formato totalmente novo. Seduzidos pela sua apresentação ao mundo como “dogma universal imutável”, os comunistas brasileiros trabalharam pouco para adaptá-lo à realidade local, o que empobreceu consideravelmente seu trabalho teórico, mas foi compensado pela maior sensibilidade de várias camadas do Partido aos acontecimentos políticos e sociais cotidianos, especialmente por parte das bases, responsáveis por algumas das principais viradas táticas.

Quanto às influências externas ao PCB, como a política brasileira, soviética e internacional, deve-se lembrar primeiramente que elas não funcionavam separadamente, mas eram orgânicas. Assim, a política brasileira e soviética influenciava o Partido, mas ambas também eram influenciadas pela política internacional, o que gerava um cenário geral de distensão e relaxamento das tensões internacionais. Daí se originou a política da “via pacífica e democrática” para o socialismo por parte do PCUS, a qual certamente influenciou, em algum grau, o PCB a buscar se legalizar. Por isso, num processo de reformas semelhante ao que ocorreu em outros PC’s dentro ou fora do “bloco socialista”, o Programa e os Estatutos de

¹ Não é necessária aqui a incursão na polêmica em torno de quem e onde se utilizou pela primeira vez esse nome, a qual por vezes faz alusão inclusive ao subtítulo de *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, de Octávio Brandão, escrito em 1924.

1961, sem contar a mudança do nome da organização, abandonaram as referências ao “marxismo-leninismo”, ao “internacionalismo proletário” e à marcha para o comunismo.

Para avaliar a vantagem das mudanças para o PCB, deve-se lembrar que ele obteve, nos dez anos posteriores à “desestalinização”, uma influência considerável não traduzida em poder efetivo, pois, além de ilegal, desde o início dos anos 1950, perdera a coesão interna e a eficácia do carisma de Prestes e sofrera defecções que a partir de 1957 só aumentariam. Além disso, há muito os comunistas eram objeto de barganhas políticas, por isso, em sua grande maioria, da cúpula às bases, apoiavam políticos diversos conforme as vantagens imediatas para ambos os lados, o que nunca garantiu a legalização partidária. O reformismo, portanto, já encontrara guarida na política tática soviética, mas o PCB foi um dos que levou mais além a divisa de ser um partido “como os outros”. Era um processo comum à maioria dos PC’s ocidentais de abandono da feição comunista, ao menos no sentido leninista original e da maior parte da era Stálin, ou seja, da luta anticapitalista, da marcha ao comunismo, do apoio incondicional ao operariado e da ligação proletária internacional, a qual o nacionalismo marginalizou em parte.

Todavia, não se deve pensar que as mudanças táticas ocorriam subitamente, como que por clarividência da direção e sem demora em sua aplicação. Conforme as necessidades internas e externas forçavam o Partido, a linha oficial era progressivamente desobedecida ou discretamente posta de lado pelo dinamismo das bases, por graduais recuos ou giros dos quadros médios e superiores ou mesmo por documentos diretivos que consolidavam mudanças antes não reconhecidas na cúpula. Além disso, a cada vez que se renunciavam modificações programáticas, muitos militantes ou frações lhes ofereciam certa relutância ou até rejeição explícita. Assim, a evolução das táticas comunistas só pode se revelar após um minucioso trabalho de genealogia das correções e das resistências.

Para a maioria dos pesquisadores, o PCB, ao longo de sua história e especialmente após 1956, teria negligenciado a “questão democrática” em favor da “questão nacional”. Esse argumento, atado ao que se passou a entender nos anos 1980 como “democracia”, impõe ao Partido valores e metas que ele não se cobrava, alheios ao contexto e aos condicionamentos a que estava sujeito. Parece mais razoável dizer que, ao menos na visão comunista, as duas questões eram inseparáveis, conforme uma peculiar associação lógica feita entre o nacionalismo, a democracia, a “burguesia nacional”, o “anti-imperialismo” e o próprio Kubitschek. Para o PCB, JK, ao seu modo, era nacionalista. O nacionalismo era geralmente considerado uma atitude democrática. Portanto, JK, ao menos se comparado a outros

políticos, era um democrata. Além disso, o nacionalismo costumava ser uma forma de “anti-imperialismo”. Assim, JK era também, ao menos em algum grau, “anti-imperialista”. JK tinha ainda o apoio da chamada “burguesia nacional”, a qual os comunistas supunham ser vacilante, mas com interesses básicos nacionalistas. Desse modo, a “burguesia nacional” era, ou pelo menos deveria ser, não somente “anti-imperialista”, mas também democrata. Ao final, concluía-se que o mal menor seria apoiar a “burguesia nacional” em nome da democracia e do nacionalismo. Daí a luta contra a ideia de uma “burguesia nacional” monolítica e inteiramente “anti-imperialista” ser tão cara a autores como Caio Prado Junior.

Nas décadas posteriores à de 1950, o PCB atribuiria oficialmente o autoritarismo em sua vida interna à manipulação do “mito Prestes” pelo “núcleo dirigente” com Diógenes Arruda à frente, numa combinação do autoritarismo tradicional brasileiro com o mandonismo stalinista assimilado dos soviéticos. A junção parece correta, mas deve-se verificar até que ponto a “tradição” brasileira era tão influente, já que um compartilhamento dessa característica entre vários organismos políticos nacionais certamente não os tornaria radicalmente diferentes entre si nem daria muitas chances para sua superação. Igualmente, à insistência no autoritarismo “da direção” ou “de Arruda”, e não também de Prestes e outros militantes, pode-se opor a hipótese mais realista de um “autoritarismo difuso” entre os comunistas, inculcado por meio da doutrinação leninista-stalinista. De acordo com essa visão, a coesão, a unidade e a disciplina deveriam suplantar temporariamente a liberdade de expressão e movimento dentro do Partido ou dos países socialistas em favor de uma forma “superior” de democracia a ser alcançada após a revolução ou a chegada ao comunismo, antes das quais se deveria “apertar o cinto” para não desagregar as forças. De resto, líderes comunistas de países desenvolvidos eram igualmente arbitrários, o que contesta também a ideia do “atraso cultural” e do “autoritarismo” brasileiros como fatores primários no baixo desempenho do PCB.

O modelo teórico e organizacional leninista-stalinista teria fincado raízes fortes no Brasil e continuado a se reproduzir junto com o “núcleo dirigente” porque provavelmente era difícil romper com ele, por ter sido o primeiro, e por muito tempo o único, modelo de marxismo aportado, com o agravante de não ter raízes fortes no movimento operário nacional. Em outras palavras, não havendo no Brasil uma tradição marxista prévia à Revolução Russa, a evolução das lutas dos trabalhadores não era acompanhada necessariamente da evolução do Partido; daí ainda, talvez, o fato dos grandes acontecimentos do PCB estarem ligados mais a datas estatais brasileiras e soviéticas do que proletárias e o fato de muitas conquistas

trabalhistas terem se dado antes ou a despeito da linha partidária, muitas vezes, na verdade, influenciada por elas. Abandonar a filiação à URSS era visto quase como abandonar o marxismo em geral, e provavelmente por isso outras cisões, como a trotskista, não tiveram vida longa. Portanto, a pluralização do marxismo no Brasil a partir de 1956, consequência direta do impacto da “desestalinização” soviética e no MCI, foi dolorosa e forçada, mas foi definitiva e deixou marcas profundas no cenário político e intelectual.

À pergunta sobre se a “desestalinização” tornou o MCI, seus regimes e partidos, incluindo o PCB, mais produtivos política e economicamente, a resposta definitiva é não, pois se o movimento “mudou para não mudar”, os fundamentos do sistema permaneceram intocados. A economia perdulária e a ideologia imóvel não se adequaram às transformações históricas e, assim, possibilitaram a degradação do sistema. Desde sua invenção política com o Komintern, desde sua invenção econômica nos primórdios da era Stálin e desde sua invenção como sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial, a autofagia derivada do dogmatismo e das contradições internas e as consequentes adaptações pragmáticas concessivas destinaram o marxismo leninista-stalinista a jamais cumprir seu objetivo básico e primordial: ser uma alternativa viável e eficaz ao capitalismo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ARIAS, Santiane. A revista Estudos Sociais e a experiência de um “marxismo criador”. Campinas, SP: [s.n.], 2003. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2003.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. História moderna e contemporânea. 9. ed. rev. São Paulo: Ática, 1978.

BARATA, Agildo. Vida de um revolucionário: memórias. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BASBAUM, Hersch Wladimir. Cartas ao comitê central: história sincera de um sonhador. São Paulo: Discurso, 1999.

BASBAUM, Leôncio. História sincera da República. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976a. (V. 3. “De 1930 a 1960”.)

_____. Uma vida em seis tempos: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1976b.

BERTOLINO, Osvaldo. Maurício Grabois – Uma Vida de Combates: da batalha de ideias ao comando da Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Anita Garibaldi: Instituto Maurício Grabois, 2004.

BRANDÃO, Gildo Marçal. “Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964)”. Lua Nova, São Paulo, n. 15, pp. 133-49, out. 1988.

_____. A esquerda positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

BROUÉ, Pierre. Le parti bolchévique: Histoire du P.C. de l’U.R.S.S. Paris: Minuit, 1963.

CARONE, Edgard. Movimento operário no Brasil (1945-1964). V. II. São Paulo: Difel, 1981.

_____. O P.C.B. (1943 a 1964). V. 2. São Paulo: Difel, 1982.

_____. A República Liberal. São Paulo: Difel, 1985. (2 vols.)

CARVALHO, Apolonio de. Vale a pena sonhar. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, Luís Maklouf et al. Pedro Pomar. São Paulo: Brasil Debates, 1980. (Coleção “Brasil Memória”, v. 2.)

CHAMBRE, Henri. “União Soviética: 1953-1963”. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, ano 3, Caderno Especial n. 1, pp. 47-62, nov. 1967.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. História das ideias políticas. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHAVES NETO, Elias. Sentido dinâmico de democracia. Apresentação de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHILCOTE, Ronald H. O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração – 1922-1972. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CLAUDÍN, Fernando. *A oposição no “socialismo real”*: União Soviética, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Polônia: 1953-1980. Tradução de Felipe José Lindoso. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. A crise do movimento comunista. Tradução e introdução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1986. (V. 2. “O apogeu do stalinismo”).

CORRÊA, Hércules. Memórias de um stalinista. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Nacionalismo e alianças políticas (1954-1958). Campinas, SP: [s.n.], 1976. Dissertação (mestrado) – Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, SP, 1976.

COURTOIS, Stéphane. “Le ‘Rapport secret’ de Khrouchtchev: la fracture du système communiste”. *Communisme*, Paris, n. 88-89, pp. 43-60, 4^e trimestre 2006-1^{er} trimestre 2007.

CROUZET, Maurice. História Geral das Civilizações: tomo VII – A época contemporânea. Tradução de Paulo Zingg e J. Guinsberg. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973. (V. 2. “O mundo dividido”).

DENIS, Eugene et al. Que é o stalinismo? Rio de Janeiro: Vitória, [1956].

DEUTSCHER, Isaac. Ironias da História: Ensaio sobre o comunismo contemporâneo. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DREYFUS, Michel et al. (Dirs.). *Le siècle des communismes*. Paris: Les Éditions de l’Atelier; Éditions Ouvrières, 2000.

ELLEINSTEIN, Jean. História da U.R.S.S. Tradução de J. Ferreira. [Mem Martins]: Publicações Europa-América, 1975. (V. 4. “A U.R.S.S. contemporânea”).

_____. O estalinismo: história do fenômeno estaliniano. Tradução de Pedro Baptista. [Mem Martins]: Publicações Europa-América, 1976.

EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

FALCÃO, João. O partido Comunista que eu conheci (20 Anos de Clandestinidade). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FAUSTO, Boris (Dir.). História Geral da Civilização Brasileira: tomo III – O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1981. (V. 3. “Sociedade e política (1930-1964)”).

_____. História do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FEDENKO, Panas. A nova história do Partido Comunista Soviético. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 6 ed. São Paulo: Ática, 2003a.

_____. “O PCB e sua atuação nos anos 50”. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 303-9, 2003b. Entrevista concedida a Waldir José Rampinelli.

HOBBSAWM, Eric J. Revolucionários: Ensaio Contemporâneos. Tradução de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggioro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. (Org.). História do marxismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. (V. 10. “O marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do socialismo”; V. 11. “O marxismo hoje (Primeira Parte)”.)

_____. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOSÉ, Emiliano. Carlos Marighella. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.

KHRUSHCHEV, Nikita. Khrushchev: memórias. V. 2. Comentários e notas de Edward Crankshaw. Tradução para o inglês e organização de Strobe Talbott. Edição em português de Álvaro Pacheco. Tradução para o português de Renato Bittencourt et al. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. O marxismo na batalha das ideias. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KRUSCHIOV, Nikita. Socialismo e comunismo: trechos de entrevistas, informes e discursos pronunciados nos anos de 1956/1963. Tradução de Laura Austregésilo. Rio de Janeiro: Vitória, 1964.

LAZITCH, Branko. “Le ‘Rapport secret’ de Khrouchtchev entre la petite et la grande histoire”. Communisme, Paris, n. 9, pp. 52-8, 1^{er} trimestre 1986.

LEWIN, Moshe. O século soviético: da revolução de 1917 ao colapso da URSS. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MALINA, Salomão. “Problemas Histórico-Políticos do PCB”. Temas de Ciências Humanas, São Paulo, v. 10, pp. 35-69, 1981. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Machado, Fátima Murad e Luis Arturo Obojes e editada por José Paulo Netto.

MARCUSE, Herbert. El marxismo soviético. Tradução de Juan M. de la Vega. 5. ed. Madri: Alianza, 1984.

MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOVA, Maria Izabel (Orgs.). Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

MENEZES, Marcus Vinícius Bandeira de. Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB. Campinas, SP: [s. n.], 2002. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2002.

MILLS, C. Wright. Os marxistas. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. Prestes: lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAES, João Quartim de (Org.). História do marxismo no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. (V. 3. “Teorias. Interpretações”.)

MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (Orgs.). História do marxismo no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. (V. 4. “Visões do Brasil”.)

MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). História do marxismo no Brasil. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. (V. I. “O impacto das revoluções”.)

MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Orgs.). Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NAY, Olivier. História das ideias políticas. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NERUDA, Pablo. Confesso que vivi: memórias. Tradução de Olga Savary. 25. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Camaradas e companheiros: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PARTIDO Comunista Brasileiro. Documentos do Partido Comunista Brasileiro (1960-1975). Lisboa: Avante, 1976.

PCB: Vinte anos de política – 1958-1979 (documentos). Apresentação de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

PERALVA, Osvaldo. O retrato. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

POMAR, Wladimir. Pedro Pomar, uma vida em vermelho. São Paulo: Xamã, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRESTES, Anita Leocadia. “A que herança os comunistas devem renunciar?”. Oitenta, Porto Alegre, v. 4, pp. 197-223, 1980.

_____. “Algumas considerações preliminares sobre o papel de Luiz Carlos Prestes à frente do PCB no período 1945 a 1956/58”. Crítica Marxista, Campinas, SP, n. 25, pp. 74-94, 2007.

_____. Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESTES, Luiz Carlos. A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático. Rio de Janeiro: Vitória, [1959].

REIS, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). História do marxismo no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. (V. 5. "Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960.")

REIS, Dinarco. A luta de classes no Brasil e o PCB. V. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

RODRIGUES, Marly. A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992. (Série "Princípios", 220.)

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

SANTANA, Marco Aurélio. Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001.

SANTOS, Raimundo. A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. O pecebismo inconcluso: escritos sobre ideias políticas. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro/Editora Universidade Rural, 1994.

SEGATTO, José Antonio. Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Desenvolvimentismo e democracia: 1956-1960. São Paulo: Três, 1975. ("História da República Brasileira", 16.)

SPINDEL, Arnaldo. O partido comunista na gênese do populismo: análise da conjuntura da redemocratização no após guerra. São Paulo: Símbolo, 1980.

SZABO, Ladislao (Org.). Hungria, 1956: ...e o muro começa a cair. São Paulo: Contexto, 2006.

VINHAS, Moisés. O Partidão: A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

VOLKOGONOV, Dmitri Antonovich. Os sete chefes do império soviético: Lênin, Stalin, Khrushchev, Brejnev, Andropov, Chernenko, Gorbachev. Tradução para o inglês de Harold Shukman. Tradução para o português de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

WERTH, Nicolas. *Histoire de l'Union soviétique*. De l'Empire Russe à la Communauté des États indépendants, 1900-1991. 5. ed. rev. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

YOUNG, Jordan M. Brasil, 1954/1964: fim de um ciclo civil. Tradução de Milton Persson. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

Obras de referência

AGOSTI, Aldo (Dir.). *Enciclopedia della sinistra europea nel XX secolo*. Roma: Riuniti, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2 v. Tradução de Carmen C. Varriale et al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

Periódicos

Democracia Popular, Rio de Janeiro, ano VII, n. 9, 28 de fevereiro de 1956.

Em Tempo, São Paulo, n. 79, 30 de agosto-5 de setembro de 1979.

Estudos Sociais, Rio de Janeiro, nn. 1 a 3-4 (julho-agosto de 1958 a setembro-dezembro de 1958) e 6 (maio-setembro de 1959).

Imprensa Popular, Rio de Janeiro, janeiro de 1956 a março de 1958.

Notícias de Hoje, São Paulo, novembro de 1956 a março de 1958.

Novos Rumos (jornal), Rio de Janeiro, fevereiro de 1959 a agosto de 1961.

Novos Tempos, Rio de Janeiro, nn. 1 a 3 (setembro a dezembro de 1957) e 5 a 6 (março a maio de 1958).

Problemas, Rio de Janeiro, nn. 61 (setembro de 1954), 64 (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955) e 71 a 73 (novembro-dezembro de 1955 a março-junho de 1956).

Problemas da Paz e do Socialismo, Rio de Janeiro, n. 12 (dezembro de 1960).

Revista Brasiliense, São Paulo, nn. 8 (novembro-dezembro de 1956), 15 (janeiro-fevereiro de 1958), 28 (março-abril de 1960) e 30 (julho-agosto de 1960).

Voz da Unidade, São Paulo, n. 30 (24-30 de outubro de 1980).

Voz operária, Rio de Janeiro, janeiro de 1956 a fevereiro de 1959.

Arquivos e centros de documentação

Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), UNICAMP.

Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CEDEM/UNESP).

